

CRÉDITO



Marcelo Camargo - Agência Brasil

O PRESIDENTE LULA ASSINOU, UMA MP QUE CRIA O PROGRAMA ACREDITA, um pacote de ações de acesso a crédito e renegociação de dívidas de microempreendedores individuais (MEI) e micro e pequenas empresas. Com o objetivo de estimular a geração de emprego e renda e o desenvolvimento econômico, o programa também prevê ampliação de crédito para mulheres empreendedoras e incentivos a investimentos estrangeiros em projetos sustentáveis. O incentivo à renegociação de dívidas é inspirado no Desenrola Brasil, programa do Ministério da Fazenda que tem como público-alvo pessoas físicas com o CPF negativado e que foi prorrogado até 20 de maio. Já o Desenrola Pequenos Negócios tem como público-alvo os MEI, as microempresas com faturamento bruto anual de até R\$ 4,8 milhões. **PÁGINA 2**

O presidente disse que os bancos não estão preparados para receber pobres

Lula: sociedade precisa de crédito para crescer

O presidente afirmou que seu governo deve organizar um canal por telefone para que usuários possam levar suas reclamações sobre o programa

O presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, disse na segunda-feira, 22, que as pessoas precisam ter acesso ao sistema financeiro. "Não tem nada mais imprescindível para uma sociedade, qualquer que seja ela, se desenvolver, se ela não tiver condições de ter oportunidade e se ela não tiver crédito", declarou. Ele deu a declaração no lançamento do programa Acredita, voltado para crédito, no Palácio do Planalto. Lula também disse que

seu governo deve organizar um canal por telefone para que usuários possam levar suas reclamações sobre o funcionamento do novo programa. "Não sei se é no ministério do Márcio França, ministro do Empreendedorismo, a gente deveria criar uma espécie de um 190, um 180. Um telefone para que as pessoas pudessem telefonar e se queixar se as coisas não estiverem acontecendo. Porque muitas vezes as pessoas não têm a receptividade que elas imaginavam que iam ter e não têm para quem reclamar." **PÁGINA 2**

AMAZÔNIA

Brasil não trata meio ambiente com seriedade

O promotor Alexandre Gaio defende ações efetivas de defesa do meio ambiente e da Amazônia. Ele destacou a falta de seriedade com que o país ainda lida com questões ambientais, o crescimento do crime organizado e a falta de proteção com ativistas. **PÁGINA 8**

CRISE

Prefeito de Bogotá sugere banho a dois

PÁGINA 5

AQUECIMENTO



Reuters

A EUROPA É O CONTINENTE DE AQUECIMENTO MAIS ACELERADO E SUAS TEMPERATURAS aumentam quase o dobro da velocidade média global. A Organização Meteorológica Mundial e o Copernicus advertiram sobre as consequências para a saúde humana, o derretimento de geleiras e a atividade econômica. As entidades apontaram que o continente tem a oportunidade de desenvolver estratégias específicas para acelerar a transição para recursos renováveis, como a energia eólica, a solar e a hidrelétrica, em resposta aos efeitos da mudança climática. **PÁGINA 5**

DIÁLOGO

Lewandowski diz que não há crise entre os Poderes

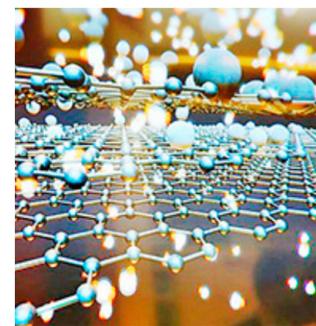
O ministro da Justiça, Ricardo Lewandowski, negou que haja uma crise entre os Poderes no Brasil. Segundo ele, que deixou o STF no ano passado, a Constituição é "forte e sólida" e há um diálogo "bastante razoável" entre Executivo, Legislativo e Judiciário. **PÁGINA 7**

MEMES

Aliados de Lula minimizam ato de Bolsonaro no Rio

O ato em defesa do ex-presidente Jair Bolsonaro realizado na praia de Copacabana, foi ignorado por grande parte de quem faz oposição a ele. Nas redes sociais, governistas falaram na manifestação de forma indireta. **PÁGINA 7**

TECNOLOGIA



NANO-Z deve investir em mineração no país

O Brasil chama atenção pelo potencial do mercado de construção civil e pela atuação já tradicional na área de mineração. O CEO da NANO-Z, Ofer Levy, decidiu expor 10 de seus itens que prometem revolucionar os setores durante a 12ª edição da M&T Expo. **PÁGINA 6**

IBOVESPA 125.573,16 ↑ 0,36%

Maiores Altas

	PREÇO - R\$	%	OSCIL.
PETZ ON NM	5,34	+11,25%	+0,54
CVC BRASIL ON NM	2,13	+10,94%	+0,21
RAIZEN PN N2	3,120	+3,31%	+0,100
TOTVS ON NM	28,89	+2,81%	+0,79
PETROBRAS ON N2	43,76	+2,43%	+1,04

Maiores Baixas

	PREÇO - R\$	%	OSCIL.
PETRORECSA ON NM	20,550	-2,84%	-0,600
CSNMINERACAOON N2	5,200	-1,89%	-0,100
SABESP ON NM	82,79	-2,01%	-1,70
KLABIN S/A UNT N2	24,09	-2,15%	-0,53
VAMOS ON NM	7,270	-1,62%	-0,120

Mais Negociadas

	PREÇO - R\$	%	OSCIL.
PETROBRAS PN N2	41,50	+2,39%	+0,97
VALE ON NM	63,33	-0,05%	-0,03
ITAUNIBANCOPN N1	31,53	-0,06%	-0,02
BRASIL ON EB NM	27,39	-1,15%	-0,32
PETROBRAS ON N2	43,76	+2,43%	+1,04

BOLSAS NO MUNDO

	FECHAMENTO	%
DOW JONES	38.239,98	+0,67%
S&P 500	5.010,60	+0,87%
NASDAQ	15.451,31	+1,11%
DAX 30	17.860,80	+0,70%
FTSE 100	8.023,87	+1,62%
IBEX 35	10.890,20	+1,50%

DÓLAR COMERCIAL

COMPRA	VENDA	%
5,168	5,169	↓ -0,59%

PESO

COMPRA	VENDA	%
0,006	0,006	↓ -1,67%

EURO

COMPRA	VENDA	%
5,505	5,505	↓ -0,61%

LIBRA

COMPRA	VENDA	%
6,383	6,387	↓ -1,25%

OURO

BM&FBovespa/Grama	Comex NY/Onça
R\$ 388,81	2.326,97

INCENTIVO

Governo facilita crédito e renegocia dívida do pequeno negócio no país

O ProCred 360 é destinado a MEI e microempresas com faturamento anual limitado a R\$ 360 mil e estabelece condições especiais de taxas e garantias por meio do Fundo Garantidor de Operações (FGO)

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva assinou, na segunda-feira (22), a medida provisória (MP) que cria o Programa Acredita, um pacote de ações de acesso a crédito e renegociação de dívidas de microempreendedores individuais (MEI) e micro e pequenas empresas. Com o objetivo de estimular a geração de emprego e renda e o desenvolvimento econômico, o programa também prevê ampliação de crédito para mulheres empreendedoras e incentivos a investimentos estrangeiros em projetos sustentáveis.

“Nós precisamos fazer alguma coisa para ajudar as pessoas que têm um pequeno comércio, que têm um pequeno restaurante, um pequeno bar, e que durante a crise econômica da pandemia de covid, essa pessoa se endividou e não consegue sair dessa dívida”, disse Lula durante a cerimônia no Palácio do Planalto.

O incentivo à renegociação de dívidas é inspirado no Desenrola Brasil, programa do Ministério da Fazenda que tem como público-alvo pessoas físicas com o CPF negativado e que foi prorrogado até 20 de maio. Já o Desenrola Pequenos Negócios tem como público-alvo os MEI, as microempresas e as pequenas empresas com faturamento bruto anual até R\$ 4,8 milhões e que estão inadimplentes com dívidas bancárias.

Até o fim deste ano, os pequenos empresários poderão renegociar as dívidas que estavam inadimplentes até o dia da publicação da MP, previsto para esta terça-feira (23), na publicação regular do Diário Oficial da União. Por meio do programa, o governo federal vai autorizar que o valor renegociado possa ser contabilizado para a apuração do crédito presumido dos bancos nos exercícios de 2025 a 2029.

“Isso significa que os bancos poderão elevar seu nível de capital para a concessão de empréstimos”, explicou a Presidência. Segundo um comunicado, esse incentivo não gerará gasto extra para o governo este ano. Nos próximos anos, o custo estimado em renúncia fiscal é de R\$ 18 milhões em 2025; R\$ 3 milhões em 2026 e sem nenhum custo em 2027.

De acordo com dados do Serasa Experian, cerca de 6,3 milhões de micro e pequenas empresas estavam inadimplentes em janeiro de 2024, maior número da série iniciada em 2016.

O Programa Acredita também cria o programa de crédito ProCred 360 destinado a MEI e microempresas com faturamento anual limitado a R\$ 360 mil. A iniciativa estabelece condições especiais de taxas e garantias por meio do Fundo Garantidor de Operações (FGO), administrado pelo Banco do Brasil.

Para esse público, o pro-



O presidente Lula e o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, participam do lançamento do Programa Acredita, em cerimônia no Palácio do Planalto

AUXÍLIO

Lula diz que a sociedade precisa de crédito para se desenvolver

O presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, disse na segunda-feira, 22, que as pessoas precisam ter acesso ao sistema financeiro. “Não tem nada mais imprescindível para uma sociedade, qualquer que seja ela, se desenvolver, se ela não tiver condições de ter oportunidade e se ela não tiver crédito”, declarou.

Ele deu a declaração no lançamento do programa Acredita, voltado para crédito, no Palácio do Planalto. De acordo com o presidente, os bancos não estão preparados para receber pessoas pobres.

Lula disse que pessoas que precisam emprestar grandes quantidades de dinheiro têm mais facilidade do que as que precisam retirar pouco. “É muito difícil, não tem banco para a gente entrar. Porque banco não foi preparado para receber pobre”, comentou o presidente da República.

Lula também disse que seu governo deve organizar um canal por telefone para que usuários possam levar suas reclamações sobre o funcionamento do novo programa. “Não sei se é no ministé-

rio do Márcio França, ministro do Empreendedorismo, a gente deveria criar uma espécie de um 190, um 180. Um telefone para que as pessoas pudessem telefonar e se queixar se as coisas não estiverem acontecendo. Porque muitas vezes as pessoas não têm a receptividade que elas imaginavam que iam ter e não têm para quem reclamar.”

Segundo Lula, é preciso “um lugar para o povo colocar pra fora suas angústias”. O presidente disse também que a Medida Provisória (MP) do Acredita só será aprovada se houver diálogo com o Congresso. “A gente vai mandar essa medida provisória, eu estou muito otimista. Mas essa medida provisória, quando chegar no Congresso Nacional, tem 513 deputados, nem todo mundo é obrigado a concordar com nossos artigos. Tem pessoas que vão querer mudar. A gente vai xingar? A gente vai achar ruim? Não”, comentou.

E declarou: “A gente vai ter que colocar o governo para conversar, e se for preciso, da ajuda de você para conversar com os deputados. Por que se não,

a gente não aprova. E eu acho que sem crédito esse país não vai a lugar nenhum.”

Lula disse que não falaria sobre os juros para não tirar o foco do programa acredita. “Eu não quero nem falar de juros e outras coisas porque se não a manchete do jornal será essa e não o programa Acredita.”

Em seguida, declarou que “ninguém falou mal de juros, todo mundo sabe que está difícil”.

Lula também voltou a dizer que o País vai crescer mais do que as previsões do mercado financeiro. “Quero alertar pessimistas que o Brasil crescerá em 2024 mais do que vocês falaram até agora.”

O presidente disse que 87% dos acordos salariais feitos em 2023 estipularam aumentos acima da inflação, e que isso é sinal de que os empresários acreditam na economia.

“Isso é um sinal de que não é apenas eu que estou acreditando na economia, e o Haddad. É sinal de que os empresários também estão acreditando embora nem todos falem para a imprensa”, disse.

grama oferece juros fixados em Taxa Selic mais 5% ao ano, uma taxa menor que a do Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Pronampe). Hoje, a Selic, a taxa básica de juros, está em 10,75% ao ano. Além disso, o programa permite o pagamento de juros no período de carência, “contribuindo para uma melhor organização financeira dos tomadores de crédito”.

Para as empresas de porte médio, com faturamento de até R\$ 300 milhões, a medida reduz os custos do Programa Emergencial de Acesso a Crédito (Peac), com 20% de redução do Encargo por Concessão de Garantia (ECG).

O Programa Acredita está

baseado em quatro eixos principais. O primeiro é o Acredita no Primeiro Passo, política destinada a famílias de baixa renda inscritas no Cadastro Único (CadÚnico); os informais; as mulheres que recebem o Bolsa Família; os pequenos produtores rurais que acessam o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA); e o apoio ao programa Fomento Rural. Esse eixo será desenvolvido no âmbito do Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado.

O sistema de garantia de crédito será realizado por meio do FGO-Desenrola e terá a fonte de R\$ 500 milhões em recursos para investimentos este ano. O FGO-Desenrola é um instrumento de garantia

destinado às instituições financeiras que operam com crédito para regularização de dívidas dos beneficiários do Faixa 1 do Desenrola Brasil.

“Uma importante diretriz do programa de microcrédito é que, pelo menos metade das concessões devem ser destinadas a mulheres”, explicou a Presidência, destacando as dificuldades de acesso ao crédito no Brasil por mulheres. “Apenas 6% das empreendedoras contaram com auxílio de instituições financeiras para abrir seus negócios, e a maioria, o equivalente a 78%, começou a empreender com recursos próprios, segundo o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas”, acrescentou.

De acordo com os dados, do total de empreendedoras, 54,9% conciliam as tarefas domésticas e de negócio, sendo um dos fatores apontados por elas que afetam o seu desempenho. Mais de 70% das empreendedoras têm dívidas, sendo que 43% estão com parcelas atrasadas. As mulheres que se enquadram nessa estatística são predominantemente negras, das classes D e E, com faturamento de até R\$ 2,5 mil e que empreendem por necessidade.

Em relação ao Cadastro Único, atualmente há cerca de 95 milhões de pessoas inscritas. Entre janeiro de 2018 e junho de 2022, apenas 1 milhão de famílias do CadÚnico tiveram acesso ao microcrédito produ-

tivo. Nesse período, foram feitas 5,6 milhões de operações que totalizaram R\$ 32,5 bilhões em transações, com valor médio de R\$ 5,74 mil. A taxa de inadimplência entre as pessoas do CadÚnico anual é inferior a 1,7%.

O segundo eixo do programa é o Acredita no seu Negócio, voltado às empresas por meio do Desenrola Pequenos Negócios e ProCred 360, detalhados anteriormente. Além deles, o Acredita também prevê uma modernização do Pronampe para permitir a renegociação das dívidas e a criação de melhores condições para mulheres empreendedoras. A partir da MP, quem está inadimplente de dívidas do Pronampe poderá renegociá-las com os bancos, mesmo após a honra das garantias, permitindo que estes empresários voltem ao mercado de crédito.

As empresas que tiverem o Selo Mulher Emprega Mais e as que tiverem sócias majoritárias ou sócias administradoras poderão pegar empréstimos maiores, de até 50% do faturamento bruto anual do ano anterior.

Ainda dentro do eixo Acredita no seu Negócio, o Sebrae expandirá as linhas de crédito no âmbito do Fundo de Aval para a Micro e Pequena Empresa (Fampe). Nos próximos três anos, o objetivo é viabilizar mais de R\$ 30 bilhões em crédito.

Para isso, o Sebrae capitalizou o fundo, que alcançou um patrimônio líquido de R\$ 2 bilhões para serem alavancados para novas operações. A estratégia é ampliar a quantidade de instituições operadoras, sendo os quatro bancos públicos federais, os principais sistemas cooperativistas, as agências e bancos de desenvolvimento regionais e, por meio do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), os bancos privados.

Já o eixo Acredita no Crédito Imobiliário visa a criação do mercado secundário para crédito imobiliário. De acordo com o governo, o Brasil apresenta uma baixa oferta de crédito imobiliário, equivalente a 10% do Produto Interno Bruto (PIB), enquanto em países de renda média a oferta gira entre 26% a 30% do PIB.

Dessa forma, tendo como público-alvo o mercado imobiliário e setor de construção civil, o programa beneficiará especialmente as famílias de classe média, que não se qualificam para programas habitacionais populares, como o Minha Casa, Minha Vida, mas para quem o financiamento tradicional a taxas de mercado é muito caro.

Em ocasiões diferentes, o presidente Lula já havia defendido a criação de um programa habitacional que atendesse à classe média.

O papel da Empresa Gestora de Ativos (Emgea) para atuar como securitizadora no mercado imobiliário será expandido com a criação do mercado secundário para crédito imobiliário.

Diário DC Comercial

Propriedade de Editora Diário Comercial Ltda

Filiado à:

ANJ ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE JORNALISTASDIRETORA DE REDAÇÃO E EDITORA
Bruna LuzDIRETOR EXECUTIVO
Marcos Luz • marcosluz@diariocomercial.com.br

REDAÇÃO: Vinicius Palermo - vipalermo@diariocomercial.com.br

DIAGRAMAÇÃO: André Mazza e Ricardo Gomes • paginacao@diariocomercial.com.br

PUBLICIDADE: RJ - Tainá Longo e Jerônimo Júnior • comercial@diariocomercial.com.br - SP - José Castelo • dcsp@diariocomercial.com.br

SERVIÇO NOTICIOSO: Agências: Estado, Brasil, PR Newswire, Senado e Câmara

IMPRESSÃO: RRM Gráfica e Editora Ltda.

As matérias assinadas são de responsabilidade dos autores e não representam necessariamente a opinião deste jornal.

Acesse nossa edição digital:

RIO DE JANEIRO
Rua Santa Luzia, 651 - 28º andar - parte - Centro
CEP: 20030-041 - Tel: (21) 2262-2906ADMINISTRAÇÃO, REDAÇÃO E DEPARTAMENTO COMERCIAL
SÃO PAULO
Av. Paulista, 1159 - 17º andar, conjunto 1716 - Bela Vista
CEP: 01311-200 - Tel: (11) 3283-3000BRASÍLIA
Ed. Serra Dourada, 6º andar - sala 612 - SCS
CEP: 70300-902 - Tel: (61) 3321-2845BELO HORIZONTE
Av. Álvares Cabral, 397 - salas 1001 e 1002 - Lourdes
CEP: 30170-001 - Tel: (31) 3222-5232REPRESENTANTE COMERCIAL
Brasília: EC Comunicação e Marketing - Quadra QS 01
Rua 210 LL nº 34/36, Bloco A, sala 512 Ed. Led Office - Águas Claras
CEP: 71950-770 - Tels: (61) 99186-6647 - e-mail: opec.eccm@gmail.com

redacao@diariocomercial.com.br | administracao@diariocomercial.com.br | comercial@diariocomercial.com.br | comercialsp@diariocomercial.com.br | homepage: www.diariocomercial.com.br

SEGURANÇA

Haddad disse que as medidas de crédito terão fases diferentes

O ministro destacou o potencial de desenvolvimento do mercado secundário de crédito imobiliário no Brasil, assim como o impacto desses instrumentos no PIB



Marcelo Camargo - Agência Brasil

Fernando Haddad afirmou que o desenvolvimento do mercado de crédito é "imprescindível" para o desenvolvimento econômico e ressaltou o papel da construção civil na elevação do PIB

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, afirmou que as medidas que constam no novo programa de acesso a crédito e renegociação de dívidas, denominado Acredita, lançado na segunda-feira, 22, serão oficializadas na terça-feira, 23, no Diário Oficial da União (DOU), mas ainda passarão por "fase de maturação" diferente. "Essas medidas amplas, cada uma tem uma fase de maturação, mas todas elas vão se desenvolver a partir de hoje (segunda) e vão sendo entregues à medida que forem ficando prontas, do mais simples, que estará a rua amanhã, até o mais sofisticado, que vai levar um tempo de maturação, como foi o Desenrola", afirmou o ministro, durante cerimônia de lançamento do Programa Acredita, nesta manhã no Palácio do Planalto.

No discurso, Haddad citou o instrumento de hedge, que foi iniciado em reunião em Dubai, com o presidente do Banco Interamericano de Desenvolvimento, Ilan Goldfajn.

Na avaliação de Haddad, um dos maiores legados do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na economia foi o acúmulo de moedas fortes.

"Esse foi um legado inestimável porque eu tenho segurança em dizer que a crise de 2008 e a pandemia da covid-19 não teriam o desfecho que tiveram sem que o senhor Lula tivesse prevenido o País para essas crises", afirmou o ministro. "Porque um país tem que ser previdente e o senhor tomou as medidas corretas daquela época de blindar o Brasil de solavancos."

Haddad pontuou que "a volatilidade do real caiu muito desde então, mas ela ainda é muito elevada". De acordo com ele, diante do cenário, a gestão federal desenvolve um produto que é uma "espécie de seguro de longo prazo que coíbe as variações abruptas do câmbio".

O ministro da Fazenda destacou ainda o potencial de desenvolvimento do mercado secundário de crédito imobiliário no Brasil a partir das medidas lançadas na segunda-feira, assim como o impacto desses instrumentos no crescimento econômico.

VULNERABILIDADE

Febraban reconhece que as medidas de crédito do governo são oportunas

A Federação Brasileira de Bancos (Febraban) afirma que o conjunto de medidas de crédito anunciadas na segunda-feira, 22, pelo governo federal é oportuno, e deve manter o estímulo à recuperação da economia do País. O pacote do governo, voltado a microempreendedores individuais e a micro e pequenas empresas, foi detalhado em evento no Palácio do Planalto.

"As medidas de crédito anunciadas na segunda-feira pelo governo para micro e pequenas empresas, Desenrola Pequenos Negócios, ProCred 360 e novo Pronampe, chegam em momento oportuno e se alinham a plataformas consolidadas e bem-sucedidas que os bancos já operam, permitindo injeção de mais recursos para as empresas em situação vulnerável", disse a entidade.

Ainda de acordo com a Federação, as medidas são importantes para manter os estímulos à recuperação da economia. A Febraban afirma que os programas possibilitarão a redução de impactos negativos do cenário para micro e pequenas empresas que estão em situação financeira mais delicada.

O Desenrola Pequenos Negócios levará as renegociações do programa voltado a pessoas físicas para as micro e pequenas empresas, que faturam até R\$ 4,8 milhões ao ano. Essas renegociações terão garantia do Tesouro. Já o ProCred 360 é voltado a microempreendedores individuais. Há ainda um novo Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Pronampe), que já era operado pelos bancos e que também tem garantia do Tesouro.

A Febraban ressalta que o Desen-

rola para pessoas físicas chegou a 14 milhões de pessoas, e renegociou cerca de R\$ 50 bilhões em dívidas. O programa voltado às pessoas físicas termina no dia 20 de maio, após duas prorrogações de prazo, e passou a ser acessado também pelas plataformas dos bancos e nas agências dos Correios.

"A extensão do Programa até o dia 20 de maio deste ano, aliada às evoluções em processos implementadas na plataforma, possibilitará que mais pessoas possam conhecer e acessar o Desenrola PF para renegociar suas dívidas, o que contribuirá para uma retomada mais robusta do ciclo econômico", diz a entidade.

O Palácio do Planalto anunciou a formatação do instrumento de hedge cambial para investimentos em projetos sustentáveis dentro do Programa Acredita, denominado Eco Invest Brasil. "No cenário atual, dada a volatilidade do real, o custo da proteção cambial para prazos mais longos é tão alto que inviabiliza investimentos ecológicos em moeda estrangeira. Com isso, praticamente não existem soluções no mercado nacional para prazos acima de 10 anos", justificou a Presidência.

Nos últimos dias, o dólar rompeu a marca de R\$ 5,00 e na manhã de segunda-feira já se firmava acima de R\$ 5,20, com incertezas externas e desconfiança em relação às contas públicas, com a mudança da meta fiscal do ano que vem, de 0,50% do Produto Interno Bruto (PIB) para déficit zero.

A iniciativa, conforme o governo, visa a incentivar investimentos estrangeiros em projetos sustentáveis no

País e oferecer soluções de proteção cambial.

"Deste modo, os riscos associados à volatilidade de câmbio podem ser minorados e não atrapalham negócios que são cruciais à Transformação Ecológica brasileira", trouxe a nota do Planalto.

O público-alvo do hedge são os investidores estrangeiros, as empresas de projetos sustentáveis, o mercado financeiro e as entidades governamentais envolvidas em sustentabilidade. O Eco Invest Brasil tem como parceiros o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e o Banco Central.

Por meio da iniciativa, o governo pretende garantir proteção de longo prazo em moeda estrangeira no País. O programa, porém, não tem como objetivo interferir no mercado de câmbio. Sua meta é alavancar os recursos já disponíveis no Brasil. Sem detalhar os números, o Planalto informou que serão fornecidas linhas de crédito a "custo competitivo" para financiar parcialmente projetos de investimentos alinhados à transformação ecológica que se utilizem de recursos estrangeiros.

Para o mercado externo, o governo deseja que as ações do Eco Invest Brasil ajudem o País a se destacar como líder na promoção da agenda verde global.

O Planalto afirma que a medida permitirá oferecer investimento estrangeiro direto mais seguro, o que ampliará a integração financeira das empresas brasileiras com o mercado global. "O objetivo é que o Brasil se torne ainda mais atrativo para investidores estrangeiros que buscam se alinhar a projetos verdes e sustentáveis."

Segundo Haddad, os pares do País têm entre 25% e 30% do PIB em crédito imobiliário, enquanto o Brasil tem apenas um terço disso "Temos apenas 9% do PIB. O potencial de desenvolvimento desse mercado é grande, sobretudo se continuarmos reconstruindo um país que possa reduzir as taxas de juros", disse.

No discurso, o ministro da Fazenda afirmou também que o desenvolvimento do mercado de crédito é "imprescindível" para o desenvolvimento econômico e ressaltou o papel da construção civil na elevação do PIB.

"Nenhum país que tenha elevados patamares de crescimento fez isso sem passar pela construção civil", disse Haddad, que ainda relembrou os programas implementados no ano passado, como o Desenrola e o Marco das Garantias - o segundo, afirmou o ministro, importante para a redução dos spreads bancários. "Vamos mostrar relatório para o presidente. O marco de garantias vai diminuir muito os spreads bancários", comentou.

O ministro da Fazenda afirmou também que o grande problema do Programa Nacio-

nal de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Pronampe), que o governo quer endereçar, está no impedimento à renegociação. "Ele foi originalmente pensado para impedir isso, causando problemas a pequenas empresas, que ficaram sem acesso ao sistema bancário", disse.

O ministro do Empreendedorismo, Márcio França, acrescentou ainda que o grande diferencial entre o Pronampe e o ProCred 360 será o público, que é restrito a MEIs e microempresas com faturamento de até R\$ 360 mil ao ano. "No

Pronampe, as grandes empresas acabavam pegando o crédito", comentou.

França disse que o ProCred 360 tem potencial de gerar quase R\$ 12 bilhões em crédito, uma alavancagem de 2,85, com R\$ 4 bilhões disponibilizados a partir do Fundo de Garantia de Operações (FGO).

Segundo França, o ProCred deve estar operante em até 60 dias. Já o Desenrola para pequenos negócios deve estar disponível a partir da terça-feira, 23, quando será publicada a Medida Provisória com o pacote de crédito.

COMUNICAÇÃO

Verizon supera estimativas de lucro e assinantes

A Verizon teve lucro líquido consolidado de US\$ 4,7 bilhões no primeiro trimestre de 2024, abaixo dos US\$ 5 bilhões registrados em igual período do ano passado, de acordo com balanço divulgado na segunda-feira, 22. Contudo, em termos ajustados, o lucro por ação foi de US\$ 1,15, superando projeção de US\$ 1,12 de analistas ouvidos pela FactSet. Após os resultados, a ação da empresa avançou 2,50% no pré-mercado em Nova York, às 8h25 (de Brasília).

A receita da companhia americana de telecomunicações foi de US\$ 33 bilhões, 0,2% acima do registrado entre janeiro e março de 2023, mas um pouco abaixo da estimativa de US\$ 33,2 bilhões da FactSet. A receita total do serviço móvel foi de US\$ 19,5 bilhões, alta de 3,3% na comparação anual.

Em comunicado, a Verizon destaca o crescimento na base fixa de assinantes do serviço móvel e projeta avanço entre 2% e 3,5% em 2024 como um todo. Na categoria de telefones pós-pagos, a Verizon teve perda de 158 mil usuários, abaixo dos 263 mil perdidos em igual período do ano anterior, enquanto os serviços pós-pagos em geral tiveram perda líquida de 68 mil conexões, abaixo dos 127 mil do anterior e da expectativa de 100 mil de analistas.

A Verizon também reiterou que continua projetando lucro por ação de US\$ 4,5 a US\$ 4,7 em 2024.

A Verizon anunciou ainda este mês que clientes novos e existentes do Verizon myPlan podem desbloquear mais serviços com seis meses do benefício Disney Bundle myPlan - Disney+, Hulu e ESPN+ - ao mudar para planos ilimitados selecionados.

Este benefício inclui o recém-lançado Hulu no Disney+ para assinantes do Disney Bundle, que reúne as extensas bibliotecas Disney+ e Hulu - incluindo personagens amados, filmes e séries premiados e 100 anos de histórias inspiradoras - tudo em um só lugar.

O mais recente acordo exclusivo da Verizon está sendo oferecido a novos clientes móveis com Unlimited Plus ou Unlimited Ultimate, ou a clientes existentes que fizerem upgrade para planos superiores.

Os clientes podem economizar quase US\$ 115 no preço de varejo do Disney Bundle com esta oferta e, depois disso, pagar apenas US\$ 10 por mês pelo benefício do Disney Bundle - mais de US\$ 100 em economia anual - apenas por ser um cliente da Verizon. E com a escolha e flexibilidade do myPlan da Verizon, os clientes pagam por benefícios por mês, podem fazer alterações a qualquer momento e economizar centenas a cada ano em serviços de streaming - como o Disney Bundle.

Ao combinar o plano telefônico com o Verizon Home Internet, o cliente economiza até US\$ 300 anualmente em sua conta de internet.

"As ofertas e vantagens de ser um cliente da Verizon proporcionam aos clientes um valor e economia incríveis - tudo com a tranquilidade de nossa rede confiável de classe mundial", disse Angie Klein, vice-presidente sênior de marketing de crescimento da Verizon e Conteúdo.

"Nossa colaboração contínua com a Verizon ressalta nosso compromisso em oferecer aos seus clientes ofertas excepcionais para nosso conteúdo de streaming", disse Sean Breen, vice-presidente executivo de distribuição de plataforma da Disney Entertainment. "Com este novo benefício promocional, estamos entusiasmados que os clientes da Verizon terão acesso ao melhor entretenimento da Disney+, Hulu e ESPN+."

INCERTEZAS

Campos Neto admite que BC pode manter o corte nos juros

O presidente do BC disse que uma intervenção no câmbio pode levar a alta dos juros

O presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, reiterou na segunda-feira, 22, que devido ao cenário de incerteza há agora alguns cenários possíveis para os próximos passos do Comitê de Política Monetária (Copom). “Se a incerteza diminuir, voltamos para a forma de atuação que tínhamos começado. Outra forma é o aumento da incerteza ficar mais tempo e criar ruídos crescentes, então teremos que trabalhar como seria o ‘pace’ [ritmo], teríamos que diminuir o ‘pace’”, disse, em participação em evento da Legend Capital, em São Paulo.

E acrescentou: “Outro cenário seria o crescimento da volatilidade da incerteza subir mais ainda e começar a afetar o balanço de riscos. Em outro cenário, chega um ponto em que muda as variáveis de tal forma que faz com que a realidade que projetamos não seja mais verdadeira, muda o que chamamos de cenário base.”

Campos Neto defendeu que a visibilidade dos próximos passos da autarquia aumenta a eficiência do canal de transmissão da política monetária, mas que isso tem que ser feito quando de fato há visibilidade. “Se quiser passar visibilidade quando não tem, o que aconte-

tece é que dará um guidance e terá que trocar.”

O presidente do BC repetiu que o guidance foi alterado de duas para uma reunião devido ao entendimento de que há mais incerteza na conjuntura atual. Ele acrescentou que, ao falar sobre os cenários possíveis agora, o objetivo é mostrar uma gradação do que pode ocorrer, a fim de dar mais transparência à política monetária. “Não temos como dar um guidance porque temos muita incerteza”, frisou.

Campos Neto repetiu que a autarquia só vai intervir no câmbio se houver problemas relacionados a uma distorção do mercado, mas não por uma mudança no valor do real decorrente de alteração nos fundamentos. “Se tiver uma percepção de que o risco piorou, o câmbio vai refletir”, disse o presidente do BC.

Ele repetiu que uma intervenção excessiva no câmbio pode levar a um aumento dos juros longos, já que investidores tendem a procurar outros instrumentos para fazer hedge.

E acrescentou que o câmbio flutuante serve como amortecedor para o País, que tem grandes reservas em dólar, porque, quando a moeda americana se valoriza, a dívida líquida cai.

O presidente do Banco Central afirmou que, em ter-



Campos Neto: “se tiver uma percepção de que o risco piorou, o câmbio reflete. O câmbio flutuante serve como amortecedor”

mos de adoção, não há um sistema igual ao Pix no mundo. Ele disse que no início da implantação do Pix, a expectativa era que entre 10 milhões e 20 milhões de pessoas aderissem ao sistema ao longo dos três primeiros meses, mas que esse número foi alcançado em três semanas.

“Na semana passada, tive um dia em que bateu 201 milhões de transações”, acrescentou Campos Neto, em

evento da Legend Capital, em São Paulo.

Considerando o número de bancarizados no País, esse número indica mais de uma transação por pessoa por dia, calculou. “É quatro vezes maior per capita do que na Índia, que tem um sistema mais antigo que o nosso.”

O presidente do Banco Central afirmou ainda que a agenda de inovação do Banco Central está andando mais

devagar, por falta de investimento, e voltou a defender a importância da aprovação da PEC da autonomia do BC.

“O orçamento foi sendo cortado, cortado e cortado”, disse o banqueiro central, que afirmou que o orçamento de investimento da autarquia esse ano é de R\$ 15 milhões, um quinto do que era há cinco anos. “Chega uma hora que a gente fala: Como vamos conseguir fazer rodar o Pix?”, acres-

centou.

Campos Neto defendeu que os demais bancos centrais do mundo que têm agendas mais progressistas ou que inovam já têm a dimensão da autonomia financeira administrativa. “Por isso temos defendido tanto esse tema da PEC 65, que é para poder levar o BC para o caminho que possa continuar levando à modernização.”

No Brasil, ponderou, a questão não é nem de autonomia financeira do BC, e sim de modernização. “Lembrando que 92% dos BCs do mundo que têm autonomia operacional, têm também financeira e administrativa. Então só estamos fazendo uma coisa parecida com o resto do mundo”, emendou.

Campos Neto reiterou que a PEC 65 não é um projeto dele e que a autonomia só começaria a valer em 2025, quando não será mais presidente do BC. “Acredito que vai atingir em algum momento maturidade para aprovar.”

O presidente do Banco Central voltou a afirmar que é possível que no futuro exista um marketplace de finanças, uma espécie de superapp, com vários serviços no mesmo aplicativo. “Não sabemos ainda, o mundo privado está desenvolvendo”, disse Campos Neto, que frisou que a ideia é que a experiência assuma uma regra de três cliques. “A ideia é que se você tem a custódia de ações em um banco, pode receber a mensagem de outro banco custodiado: Se você transferir a custódia, terá um preço mais barato. Tudo que você precisa naquele ambiente digital é que a experiência não passe de três cliques, essa é nossa regra.”

Campos Neto reiterou que o objetivo do Open Finance era gerar comparabilidade e portabilidade em tempo real, e que já há resultados contabilizados.

TECNOLOGIA

O FUTURO DA AUTOMAÇÃO: INTRODUÇÃO AOS LARGE ACTION MODELS (LAMs)

por
Edgar Crespo



NA VELOCIDADE DA ERA DIGITAL, e já depois de acharmos que automatizamos muitas coisas, automação se ergue como um gigante adormecido, pronto para transformar profundamente a sociedade como a conhecemos. E nesse cenário, surge uma nova força motriz para isso: os Large Action Models (LAMs), modelos de linguagem de inteligência artificial (IA) de última geração, com potencial para transformar diversos setores e moldar o futuro da automação. À medida que a tecnologia evolui, a capacidade das máquinas de não apenas entender, mas também agir de maneira autônoma e inteligente tem sido o Santo Graal da automação.

O que são LAMs (Large Action Models)?

OS LARGE ACTION MODELS (LAMs) são sistemas avançados de inteligência artificial projetados para executar tarefas autonomamente, auxiliando humanos na realização de seus objetivos sem necessidade de supervisão.

Recentemente, esses modelos ganharam notoriedade com o lançamento do R1, um dispositivo de inteligência artificial desenvolvido pela Rabbit. O R1 funciona com o sistema operacional Rabbit OS, que utiliza LAMs e oferece uma interface de usuário baseada em linguagem natural. Este dispositivo se diferencia por sua simplicidade: conta com uma tela, um microfone integrado, uma câmera que gira e um botão analógico utilizado para ativar interações com a IA. Ao contrário dos smartphones convencionais, o R1 não possui aplicativos tradicionais, optando por uma interface que prioriza o controle por voz, tornando a experiência do usuário mais direta e intuitiva.

OS LAMs SÃO SISTEMAS de inteligência artificial que combinam a compreensão profunda de linguagem, típica dos modelos de processamento de linguagem natural (PLN), com a capacidade de executar ações complexas em ambientes digitais. Isso significa que, ao contrário dos modelos de IA tradicionais, que se limitam a gerar respostas textuais ou realizar tarefas simples, os LAMs podem realizar ações mais complexas, como escrever códigos, organizar dados e operar interfaces de software.

Funcionamento dos Modelos de Ação

em Larga Escala (LAMs)
O FUNCIONAMENTO DOS LAMs se baseia na integração entre a compreensão linguística e a execução prática. Por exemplo, ao receber o comando “organize minha agenda para a próxima semana”, um LAM pode interagir diretamente com calendários digitais, programar compromissos e até sugerir a melhor logística para os eventos, tudo sem intervenção humana direta.

OS LAMs APLICAM A TÉCNICA de programação neuro-simbólica para decifrar as interações estruturadas entre humanos e computadores em diversos aplicativos. Esta metodologia da inteligência artificial combina elementos das redes neurais, que são inspiradas pela arquitetura cerebral, com aspectos da inteligência artificial simbólica, focada em lógica e símbolos. Essa fusão de técnicas ajuda os LAMs a capturar e modelar as complexas relações entre as intenções dos usuários e as ações executadas.

ADICIONALMENTE, OS LAMs são projetados para facilitar a execução de tarefas através de um profundo entendimento sobre as interfaces de usuário. Durante o treinamento, estes modelos são expostos a uma vasta gama de interfaces de websites e aplicativos, aprendendo sobre suas características e funcionamento.

UMA ESTRATÉGIA CENTRAL no treinamento dos LAMs é a “aprendizagem por demonstração”, onde o modelo observa e analisa como os usuários interagem com interfaces digitais — como o acionamento de botões ou a inserção de informações — e replica essas ações de forma precisa. Esse método permite que os LAMs acumulem conhecimento prático a partir dos exemplos mostrados pelos usuários, adaptando-se continuamente a novos contextos e expandindo sua capacidade de gerenciar uma diversidade de tarefas.

Diferenças entre LAMs e LLMs

OS MODELOS DE AÇÃO em Larga Escala (LAMs) e os Modelos de Linguagem de Grande Escala (LLMs) apresentam diferenças em seus propósitos e capacidades. LLMs são habilidosos na criação de texto a partir de instruções dadas, enquanto LAMs se especializam em interpretar ações e em

coordenar sequências de ações para atingir metas específicas.

NO CENÁRIO ATUAL, os LLMs são competentes para compreender e produzir texto em linguagem natural, entretanto, eles não são necessariamente adaptados para a execução de tarefas específicas. Por exemplo, podem identificar o melhor voo para escolher, mas a ação de reservar o voo no site da companhia aérea ainda precisa ser feita pelo usuário.

EM CONTRASTE, OS LAMs são projetados para ir além da compreensão linguística. Eles agem com base nesse entendimento, capazes de agendar compromissos, efetuar reservas ou completar formulários por meio de interações com aplicativos ou sistemas. Adaptados especialmente para discernir as intenções humanas, os LAMs se mostram ideais para interações que requerem a conclusão efetiva de tarefas.

ENQUANTO OS LLMs primam pela utilização de arquiteturas de redes neurais dedicadas ao processamento de linguagem, os LAMs frequentemente empregam métodos híbridos que mesclam essas redes a técnicas de raciocínio simbólico ou algoritmos de planejamento. Essa combinação permite que os LAMs não só entendam o contexto linguístico, mas também as estruturas de ação necessárias para executar tarefas de forma eficaz.

Aplicações Comerciais dos Modelos de Ação em Larga Escala (LAMs)

OS MODELOS DE AÇÃO em Larga Escala oferecem um potencial significativo para transformar uma variedade de aplicações comerciais em diversos setores. Aqui estão alguns exemplos de como a tecnologia LAM pode ser utilizada:

>> Assistência Virtual e Apoio ao Cliente: Os LAMs podem ser a espinha dorsal na criação de assistentes virtuais sofisticados que fazem mais do que apenas responder a perguntas de clientes. Eles são capazes de executar ações representativas, agindo diretamente em tarefas designadas, o que amplia a eficácia do atendimento ao cliente.

>> Automatização de Processos Organizacionais: Os LAMs têm a capacidade de simplificar processos que são tradicional-

mente repetitivos e demorados, como a entrada de dados, o manuseio de documentos ou a administração de inventários. Utilizando comandos de voz, por exemplo, é possível completar rapidamente formulários repetitivos, o que gera economias de tempo e custos. Além disso, os avanços tecnológicos em reconhecimento de voz contribuem para uma maior precisão e redução de erros.

>> Varejo e Serviço ao Cliente: Utilizando análises de histórico de compras, preferências e comportamentos dos clientes, os LAMs podem fornecer recomendações personalizadas. Eles são capazes de sugerir produtos ou promoções baseadas em compras anteriores enquanto os clientes navegam pelas lojas. Avaliando continuamente as reações e feedbacks dos consumidores, os LAMs identificam oportunidades de melhoria e respondem a questões dos clientes em tempo real, potencializando a satisfação do cliente e aumentando a receita das lojas.

ESTES CASOS DE USO ilustram como os Modelos de Ação em Larga Escala podem ser estrategicamente aplicados para otimizar operações e enriquecer as experiências dos clientes em diversos setores.

Os Desafios e o Futuro dos LAMs

OS MODELOS DE AÇÃO em Larga Escala são categorizados dentro do espectro mais amplo da Inteligência Artificial Generativa, e representam um salto evolutivo em relação aos tradicionais Modelos de Linguagem de Grande Escala. Um exemplo inicial de tal inovação é o dispositivo R1, criado pela empresa Rabbit, que se caracteriza por ser um computador AI compacto, intuitivo e eficiente. Este dispositivo simplificado é capaz de executar uma ampla variedade de tarefas complexas com uma eficácia que imita a ação humana.

SE ISSO REPRESENTA apenas o início, quais possibilidades nos aguardam à medida que os LAMs forem mais detalhadamente definidos e utilizados? Espera-se que eles evoluam para se tornarem assistentes extremamente precisos e úteis. Contudo, a ideia de conceder autonomia completa a esses sistemas ainda suscita preocupações.

Edgar Crespo é Engenheiro Eletrônico formado pelo Instituto Militar de Engenharia (IME), possui MBA em finanças pelo IBMEC, Investidor Anjo de Startups, especialista em tecnologia e telecomunicações e Conselheiro do Target Solutions, fundador e CEO do BIPTT

AQUECIMENTO

Europa é o continente que aquece mais rápido, o dobro do ritmo global

A Europa registrou mais um ano de aumento nas temperaturas e de intensificação de eventos climáticos extremos, incluindo estresse térmico com temperaturas recordes e incêndios florestais

A Europa é o continente de aquecimento mais acelerado e suas temperaturas aumentam quase o dobro da velocidade média global, informaram na segunda-feira, 22, duas das principais organizações de monitoramento climático, a Organização Meteorológica Mundial, pertencente às Nações Unidas, e o Copernicus, a agência climática da União Europeia. As entidades advertiram sobre as consequências para a saúde humana, o derretimento de geleiras e a atividade econômica.

As duas organizações apontaram em relatório conjunto que o continente tem a oportunidade de desenvolver estratégias específicas para acelerar a transição para recursos renováveis, como a energia eólica, a solar e a hidrelétrica, em resposta aos efeitos da mudança climática.

No ano passado, o continente gerou 43% de sua eletricidade a partir de recursos renováveis, em comparação com 36% do ano anterior, afirmam as agências em seu relatório anual do Estado do Clima na Europa. Pelo segundo ano consecutivo, mais energia foi gerada na Europa a partir de fontes renováveis do que de combustíveis fósseis.

As médias dos últimos cinco anos revelam que as temperaturas atuais na Europa estão 2,3 graus Celsius acima dos níveis pré-industriais, em comparação com o aumento global de 1,3 °C, de acordo com o estudo. A cifra está apenas abaixo da meta estabelecida no Acordo de Paris de 2015, assinado por quase 200 países, para limitar o aquecimento global a 1,5 °C.

"A Europa registrou mais um ano de aumento nas tem-



Parisiense tentam se refrescar em frete a Torre Eiffel: as médias dos últimos cinco anos revelam que as temperaturas atuais na Europa estão 2,3 graus Celsius acima dos níveis pré-industriais

peraturas e de intensificação de eventos climáticos extremos, incluindo estresse térmico com temperaturas recordes, incêndios florestais, ondas de calor, perda de gelo nas geleiras e falta de neve", indicou Elisabeth Hamdouch, subdiretora de unidade para o Copernicus na comissão executiva da UE.

O relatório é um complemento continental ao relatório da Organização Meteorológica Mundial sobre o estado do clima global, que é publicado anual-

mente há três décadas. A versão de 2024 incluiu um "alerta vermelho" de que o mundo não está fazendo o suficiente para combater as consequências do aquecimento global.

O Copernicus informou que março foi o décimo mês consecutivo a estabelecer um recorde mensal de altas temperaturas. A temperatura média da superfície do oceano em frente à Europa alcançou seu nível mais alto em 2023, de acordo com o relatório europeu.

O relatório europeu deste ano concentra-se no impacto das altas temperaturas na saúde humana, destacando o aumento de mortes relacionadas ao calor em todo o continente. No ano passado, a estimativa é de mais de 150 óbitos como consequência direta de tempestades, inundações e incêndios florestais.

O custo das perdas econômicas relacionadas ao clima em 2023 alcançou cerca de 13,4 milhões de euros (R\$ 74,5 bilhões).

"Centenas de milhares de pessoas foram afetadas por eventos climáticos extremos em 2023, que foram responsáveis por grandes perdas em nível continental, estimadas em pelo menos dezenas de bilhões de euros", disse o diretor do Copernicus, Carlo Buontempo. "Infelizmente, é improvável que esses números diminuam, pelo menos no futuro próximo".

O clima extremo alimentou ondas de calor, incêndios florestais, secas e inundações, con-

forme o relatório. As altas temperaturas contribuíram para a perda de gelo nas geleiras do continente, incluindo os Alpes, que nos últimos dois anos perderam cerca de 10% de seu gelo restante.

No entanto, os autores do estudo destacaram algumas exceções, como o fato de as temperaturas permanecerem abaixo da média na Escandinávia e na Islândia, apesar de estarem acima da média em todo o continente em geral.

COLÔMBIA

Prefeito de Bogotá sugere banho a dois e presidente decreta feriado por falta de água

O prefeito de Bogotá, Carlos Fernando Galán, pediu que os colombianos tomem banhos de no máximo três minutos e que usem o chuveiro "a dois". Se dependesse de um dos apelos mais recentes de Galán, os moradores da capital da Colômbia não se banhariam um dia da semana - ele já sugeriu que pulem a ducha aos domingos.

O presidente Gustavo Petro decretou "dia cívico", uma espécie de feriado, na sexta-feira, 19, e orientou os moradores de Bogotá a viajarem ao longo do fim de semana, segundo ele uma forma de aliviar a demanda por água, diminuir o gasto de energia elétrica e o risco de desabastecimento. Aulas e o trabalho presencial foram suspensos.

"Se, no domingo, você não sair de casa, aproveite e não tome banho", disse Galán à emissora local Caracol. "Tomem banho em casal. Trata-se de um exercício pedagógico de economia de água, não de outras coisas".

A justificativa de Galán e Petro - em lados opostos na política colombiana - é a mesma: a crise hídrica histórica em Bogotá. Os "embalses" - reservatórios de água que abastecem a cidade no topo dos Andes - registram níveis

críticos. O abastecimento de 10 milhões de pessoas da região metropolitana de Bogotá está ameaçado. Todos dependem da mesma fonte de água potável.

Os embalses de Chuza e San Rafael, reservatórios do sistema Chingaza, abastecem a capital colombiana e registram no sábado, dia 20, nível de 15,18% da capacidade, reportou o prefeito. Estima-se que os embalses precisariam de cerca de seis meses de chuvas para voltar ao nível normal. Atualmente, poderiam abastecer a cidade por cerca de 50 dias somente.

Segundo o presidente, há três anos os embalses registram níveis anuais cada vez mais baixos, sem que nenhuma intervenção para reverter a situação tenha sido concluída.

"Agradeço aos mandatários, ao setor privado e a todos os cidadãos que aderiram ao dia cívico para poupar água e energia. Não podemos baixar a guarda e só juntos poderemos sair desta situação", disse Petro.

Os fins de semana são críticos porque, segundo registros da Prefeitura de Bogotá, o dia de maior consumo é o sábado. Há ainda risco de que a redução da oferta de água afete represas e impacte a produção de energia

elétrica, o que pode encarecer a conta doméstica.

A Colômbia cortou a exportação de energia para o Equador, e o governo Daniel Noboa anunciou dois dias de suspensão de atividades de trabalho e educacionais, nos setores público e privado. Os dois países dependem das hidrelétricas e enfrentam déficit nos reservatórios por causa da seca.

Um detalhe: a data do dia cívico convocado coincidiu com o aniversário de Petro, que fez 64 anos, na sexta-feira e com a fundação do M-19 (Movimento 19 de Abril), grupo guerrilheiro de esquerda que ele integrou na juventude.

A guerrilha do M-19 ficou famosa nos anos 1970 e 1980 por ações violentas. Eles tomaram o Palácio da Justiça mantendo 15 diplomatas reféns e roubaram a espada de Simón Bolívar de uma casa-museu onde o libertador da América Espanhola viveu.

A coincidência levantou dúvidas acerca da real intenção de Petro e motivou incentivo à desobediência. Houve quem visse nas ações do presidente uma manobra para, em vez de somente fechar as torneiras, esvaziar manifestações de opo-

sição realizadas neste domingo, dia 21, em Bogotá e capitais do país. As marchas foram contra as reformas trabalhista, previdenciária e do sistema de saúde.

O próprio prefeito da cidade ignorou o presidente e ordenou que os órgãos públicos distritais funcionassem normalmente. Universidades e colégios privados também não pararam.

"A necessidade de mudar os nossos hábitos e reduzir o nosso consumo de água não é uma questão de um dia, é um esforço a longo prazo e deve ser sustentável ao longo do tempo. Mais do que um dia cívico, Bogotá precisa de todos os seus servidores públicos dedicados a conseguir a redução do consumo de água e dos cidadãos fazendo a sua parte para o bem comum", afirmou Galán.

As ações educativas e restritivas tomaram conta do debate no país nos últimos dias a ponto de alguns dos principais agentes públicos divergirem, incomodou moradores da cidade e incendiou as redes sociais.

"É bom que todos participemos, Distrito e Nação, mas devemos fazê-lo com base em evidências. Dizer a uma pessoa cujo plano dominical foi cancelado 'fique em casa, nada acon-

tece se você não tomar banho' não é o mesmo que dizer a uma criança que não vá à escola quando ela tem direito à educação", disse Galán, em referência à sua recomendação e a do presidente Petro.

O El Niño e a devastação florestal rareou os chamados "rios voadores", como são conhecidos no país as nuvens carregadas de água em vapor que saem da selva amazônica colombiana e se deslocam até encontrar e precipitar sobre cordilheira dos Andes. No topo das montanhas, a água fica acumulada num bioma típico - os páramos andinos - cuja vegetação retém a água por meses e ajuda a formação dos reservatórios.

A seca e as queimadas, com temperaturas elevadas, transformou a paisagem do embalse e mudou o clima, com recordes de temperatura na região da Cordilheira Oriental.

"Uma engrenagem humana, muitas vezes mafiosa, está destruindo a selva amazônica. Se acabarem com a selva amazônica, aqui não haverá água, não só em Bogotá como em toda a cordilheira andina, com suas grandes cidades. Se a selva amazônica for destruída a Colômbia não será mais habitável", disse

Petro.

Apesar da chuva nos últimos três dias, inclusive com granizo, a situação não foi aliviada e permanece longe de ser resolvida em Bogotá - na prática a tempestade somente piorou o caótico trânsito da capital colombiana.

A chuva pode ter sido celebrada por ajudar a guardar água nos edifícios com captação, mas não impactou a política de racionamento. Sobre os embalses do sistema Chingaza caiu apenas uma garoa, o que não alterou o nível de água.

Os bogotanos dizem que já não usam mais o ditado "em abril, chuvas mil" - popular na cidade. Estão irritados com o incomum racionamento de água, com cortes diários em alguns bairros da cidade. A interrupção nas torneiras dura 24 horas e impacta a mesma vizinhança a cada dez dias.

A administração pública em Bogotá quer reduzir o consumo para 15 metros cúbicos por segundo e tentar fazer com que o nível do sistema de reservatórios atinja ao menos 20% da capacidade total até o fim de abril.

"Está grave. Há muitos anos não vivíamos isso", disse o motorista por aplicativo Gustavo Adolfo, enquanto dirigia numa noite da semana passada e reclamava que, se passam da cota mensal de consumo de metros cúbico, recebem uma multa na conta. "Costumamos dizer aqui na cidade 'em abril, chuvas mil', porque chove o tempo todo, mas este mês quase não choveu. Precisamos de consciência, de pedagogia."

MINERAÇÃO

Empresa de nanotecnologia de Israel deve investir no país

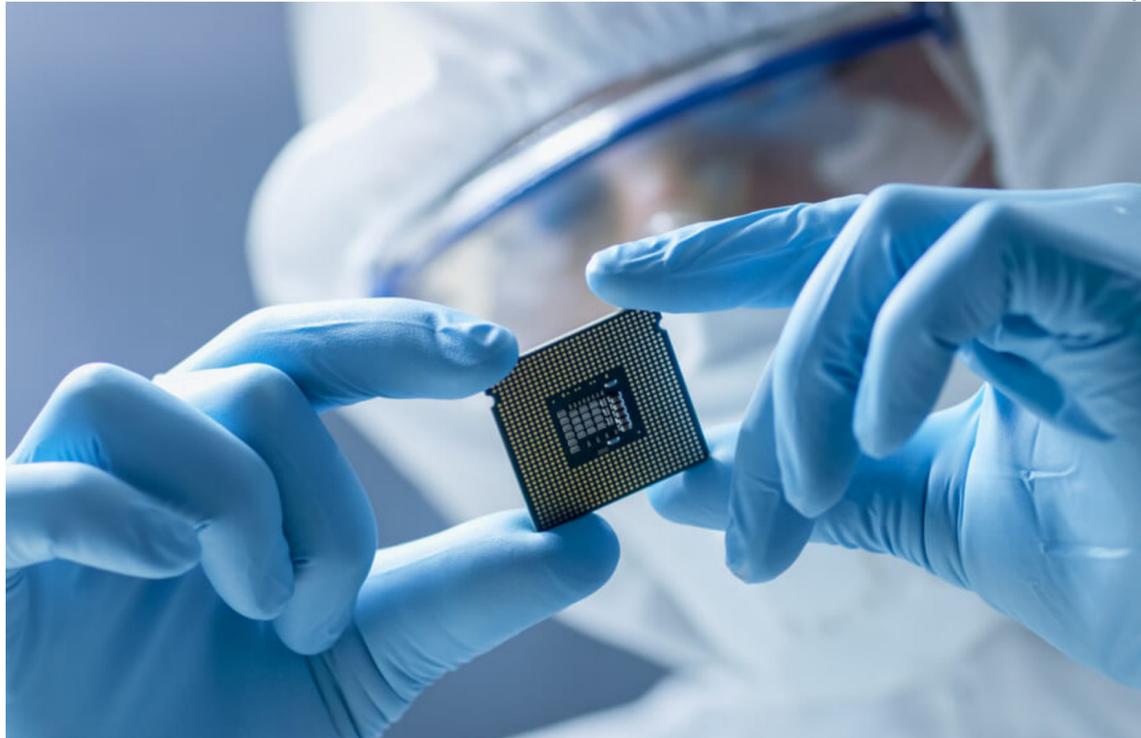
A NANO-Z pretende exportar os seus produtos para o Brasil em uma primeira fase e, se houver escala, quer produzir pelo menos uma parte deles no país

Israel é tido como um dos polos tecnológicos mais desenvolvidos do mundo e, mesmo sob um período de guerra, há quem esteja disposto a atravessar o mundo para apresentar produtos no Brasil. O País chama atenção pelo potencial do mercado de construção civil e pela atuação já tradicional na área de mineração e, por isso, o CEO da NANO-Z, Ofer Levy, decidiu expor 10 de seus itens que prometem revolucionar os setores durante a 12ª edição da M&T Expo, a maior feira de máquinas e equipamentos para construção e mineração da América Latina, que ocorre na semana que vem, em São Paulo.

Há seis meses, Levy esteve no Brasil para prospectar o mercado. "Percebemos que o Brasil é aberto para novas coisas, novas tecnologias, novos produtos", disse.

Ao saber da feira, decidiu que traria os produtos desenvolvidos com nanotecnologia e que atuam como anticorrosivos e impermeabilizantes, além de materiais que promovem isolamento térmico e a redução de poeira em pistas não pavimentadas. Por causa do Acordo de Livre Comércio entre o Mercosul e Israel, os produtos do país são isentos de Imposto de Importação, representando uma vantagem competitiva.

A ideia é, conforme o empresário, exportar os itens para o Brasil em uma primeira fase e, se houver escala, produzir pelo menos uma parte deles no País. "Para nós, seria muito bom, pois provemos a tecnologia e haveria pessoas para produzir no Brasil", comentou. No momento, a



Nano-Z: a Ecoplatform, uma manta biodegradável, produzida a partir de fibra de coco, foi desenvolvida para conter particulados (poeira) gerados pelo tráfego

empresa está em negociação com um distribuidor local. "Esse seria um próximo passo até conseguirmos medir o tamanho do mercado, mas estamos muito abertos para isso."

O diretor de Desenvolvimento de Negócios da NANO-Z para o Brasil, Gabriel Eigner, que também estava em Israel quando falou com a reportagem, detalhou os dois principais produtos que chegarão ao Brasil pela empresa.

Um deles é a Ecoplatform,

uma manta biodegradável, produzida a partir de fibra de coco, e que foi desenvolvida para conter particulados (poeira) gerados pelo tráfego de veículos em pistas não pavimentadas e que são um problema para as empresas de mineração. O sistema, que foi desenvolvido em uma fábrica instalada na Índia e já testado em duas mineradoras de Minas Gerais, retém a água dispersa no substrato, mantendo a camada superficial do solo e a base úmidas com quantidades mínimas

de água por um período considerado "substancial".

O outro é o Q-10, um selante que funciona de forma subquímica, que é usado para conter infiltrações e adere a concreto, cerâmica, mosaico, porcelana, metal, fibra de vidro, vidro, PVC ou PP. "Com esse produto, é possível consertar uma piscina quebrada sem a necessidade de esvaziá-la", explicou Levy.

A NANO-Z atualmente exporta para 16 países. "Então sabemos que esses produtos

que vamos expor pela primeira vez no mercado brasileiro e que trazem uma solução diferente e muito nova no mercado", afirmou o empresário.

Como são soluções ecologicamente sustentáveis, e a COP-30 será realizada no Brasil no ano que vem, o empresário está confiante de que os produtos serão usados por empresas e famílias no País. "Acreditamos que o que é bom para nós é bom para todo mundo, então será também bom para o Brasil."

CUSTO ALTO



BCE: custo afasta investimento

Investimento em moradia deve cair no curto prazo na zona do euro

O Banco Central Europeu (BCE) divulgou boletim na segunda-feira, 22, firmado por dois economistas seniores da instituição, Niccolò Battistini e Johannes Gareis, segundo o qual o investimento em moradia na zona do euro deve enfraquecer mais no curto prazo. A avaliação conclui que o fato de que o investimento em moradia na zona do euro está ainda acima do nível implicado pelo custo do usuário de moradia no fim de 2023 "indica a possibilidade de mais fraqueza no investimento em moradia".

Além disso, embora o custo do serviço da dívida pareça se estabilizar, os ganhos esperados de capital poderiam recuar ainda mais graças ao ajuste retardado a mudanças passadas, colocando pressão para cima adicional sobre o custo dos usuários em moradia.

O boletim diz que o investimento em moradia na zona do euro como um todo teve queda "significativa" desde seu pico no pós-pandemia. Houve queda de cerca de 4% entre o primeiro trimestre de 2022 e o quarto trimestre de 2023, com recuo particularmente forte na Alemanha e na França, uma leve alta na Espanha e um avanço "significativo" na Itália, diz o levantamento.

A queda no investimento no setor de moradia na zona do euro foi precedida por uma forte alta nos custos de construção durante a pandemia e por um avanço "significativo" das taxas de longo prazo isentas de risco no início do recente ciclo de aperto monetário, desde o fim de 2021, aponta o estudo.

A alta nos juros foi acompanhada pelo aperto nas condições de crédito dos bancos, o que por sua vez, contribuiu para maiores juros em hipotecas e para a desaceleração nos fluxos de crédito. Tudo isso, somado ao subsequente declínio nos preços de moradia, levou a uma alta no custo implícito de moradia para os proprietários.

Conforme as taxas hipotecárias crescem e a queda nos preços de moradia parece desacelerar ou mesmo são revertidas em alguma medida, há a questão de como o investimento no setor pode se desenvolver adiante.

A análise elabora um cenário contrafactual e mostra que o custo do usuário de moradia ilustra os efeitos negativos do recente aperto monetário sobre o investimento em moradia. Ela conclui que o custo do usuário de moradia não é diretamente afetado pelo recente aperto monetário, nem indiretamente influenciado pelo declínio no crescimento dos preços das casas.

Ainda assim, esse levantamento aponta que o investimento em moradia na zona do euro seria cerca de 4% maior no fim de 2023 que o valor assumido pelo modelo, baseando-se na evolução do custo de moradia do usuário. "No geral, os resultados sugerem que o recente aperto monetário teve um impacto significativo no nível de investimento em moradia pela zona do euro, da perspectiva do custo do usuário de moradia", diz o boletim.

O estudo ainda explica que este custo do usuário de moradia é uma medida ampla usada pelo BCE do custo de possuir e morar em uma residência, com reflexo do consumo de serviços de moradia que está subjacente à decisão de investir em uma casa própria.

MERCADOS

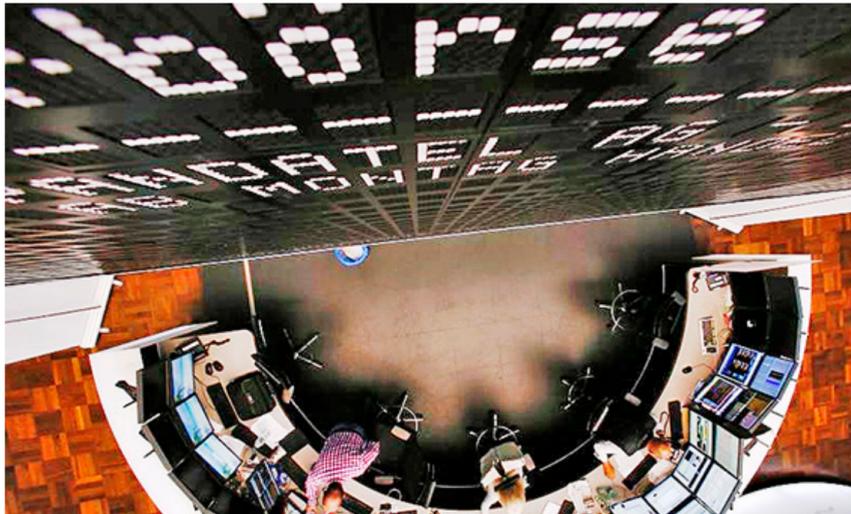
Bolsas da Europa fecham em alta com alívio de tensões geopolíticas

As bolsas da Europa fecharam em alta na segunda-feira, 22, impulsionadas por um cenário de diminuição de riscos geopolíticos, que levou o FTSE 100 a fechar na sua máxima histórica em Londres, após subir mais de 1%. Entre os temas relevantes, a temporada de balanços segue observada de perto, com a semana marcada por divulgações de importantes instituições financeiras europeias.

O índice pan-europeu Stoxx 600 fechou em alta de 0,60%, a 502,30 pontos. Os mercados acionários da Europa iniciaram a semana em tom positivo, após ficarem pressionados no pregão anterior, quando surgiram notícias de que Israel havia lançado um pequeno ataque retaliatório a uma base aérea no Irã, sem causar danos significativos. A avaliação, porém, é a de que israelenses e iranianos não querem se envolver em um conflito de grande escala.

Para Susannah Streeter, chefe de mercados da Hargreaves Lansdown, "Londres teve um aumento de poder à medida que as tensões geopolíticas diminuíram e os investidores avaliaram as perspectivas mais brilhantes para a economia do Reino Unido, com cortes nas taxas de juro no horizonte".

O FTSE 100 avançou 1,63%, a 8.023,87 pontos, recorde histórico de fechamento. "Com o crescimento não apagando as luzes e as pressões inflacionárias mos-



O índice pan-europeu Stoxx 600 fechou em alta de 0,60%, a 502,30 pontos. Já o FTSE 100 avançou 1,63%, a 8.023,87 pontos

trando sinais de abrandamento, ainda há otimismo quanto à perspectiva de cortes nas taxas de juro no final do verão, o que parece ter ajudado o FTSE 100 a subir", avalia Streeter.

Há expectativa para resultados trimestrais de grandes bancos europeus. Esta semana trará balanços de Deutsche Bank, BNP Paribas, Barclays e Lloyds. Entre ações individuais, a da Galp disparou em Lisboa após a petrolífera portuguesa estimar reservas de 10 bilhões de barris equivalentes de petróleo (boe) ou mais no complexo de Mopane,

na Namíbia, onde concluiu a primeira fase de sua campanha exploratória.

A Galp avançou 20,11%, o que foi o segundo melhor resultado da empresa em uma sessão em sua história, impulsionando o PSI 20 a subir 3,50%, a 6.515,47 pontos. Em Madri, o Ibex 35 teve alta de 1,54%, a 10.895,20 pontos. O avanço foi de 0,64% em Frankfurt, a 17.851,39 pontos. Em Paris, o CAC 40 teve avanço de 0,22%, a 8.040,36 pontos.

A exceção foi Milão, onde o FTSE MIB recuou 0,58%, a

33.724,82 pontos. Os destaques foram as quedas no setor automotivo, com o Iveco Group recuando 1,94%, na maior baixa do dia na cidade italiana.

As bolsas asiáticas fecharam sem direção única na segunda-feira, 22, com parte delas se recuperando em meio a um alívio das tensões no Oriente Médio. As chinesas, porém, caíram após o banco central local mais uma vez deixar suas principais taxas de juros inalteradas.

O índice japonês Nikkei subiu 1% em Tóquio na segunda para 37.438,61 pontos, revertendo

parte do tombo de mais de 2,5% de sexta-feira (19), quando surgiram notícias de que Israel havia lançado um pequeno ataque retaliatório a uma base aérea no Irã, sem causar danos significativos. A avaliação, no entanto, é a de que israelenses e iranianos não querem se envolver em um conflito de grande escala.

Em outras partes da Ásia, o dia também foi de recuperação, com alta de 1,77% do Hang Seng em Hong Kong, a 16.511,69 pontos, e ganho de 1,45% do sul-coreano Kospi em Seul, a 2.629,44 pontos.

Na China continental, por outro lado, os mercados ficaram no vermelho após o BC do país, o PBoC, deixar seus juros principais intocados pelo segundo mês seguido, embora o Produto Interno Bruto (PIB) chinês tenha crescido bem mais do que o esperado no primeiro trimestre. O Xangai Composto recuou 0,67%, a 3.044,60 pontos, e o menos abrangente Shenzhen Composto caiu 0,49%, a 1.678,26 pontos. Ações de petróleo e carvão lideraram as perdas nos negócios chineses. Já em Taiwan, o Taiex cedeu 0,59%, a 19.411,22 pontos.

Na Oceania, a bolsa australiana voltou ao azul, após também ser pressionada pelas incertezas no Oriente Médio na sessão anterior. O S&P/ASX 200 avançou 1,08% em Sydney, a 7.649,20 pontos.

DIÁLOGO

Lewandowski garante que não há crise entre os Poderes

O ministro afirmou que a Constituição é “forte e sólida” e há um diálogo “bastante razoável” entre Executivo, Legislativo e Judiciário para aprovação dos projetos

O ministro da Justiça, Ricardo Lewandowski, negou na segunda-feira, 22, que haja uma crise entre os Poderes no Brasil. Segundo ele, que deixou o Supremo Tribunal Federal (STF) no ano passado, a Constituição é “forte e sólida” e há um diálogo “bastante razoável” entre Executivo, Legislativo e Judiciário.

A declaração ocorre no contexto de uma ofensiva do Legislativo contra o STF. O presidente da Câmara, Arthur Lira (PP), cogita instalar uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para investigar o Judiciário em meio à insatisfação de deputados com a atuação do ministro Alexandre de Moraes e com o que consideram a invasão do STF das prerrogativas parlamentares, como o julgamento da tese do marco temporal para demarcação das terras indígenas.

Outro ponto de discordância recente foi a decretação da prisão preventivamente do deputado Chiquinho Brazão (sem partido-RJ), apontado como um dos mandantes do assassinato da vereadora Marielle Franco. Apesar da pressão de deputados bolsonaristas, o plenário manteve o parlamentar preso.

“De vez em quando se diz que há crises entre os Poderes. Não me parece que haja crises. O Congresso legisla, o Executivo eventualmente impõe alguma sanção, que pode ser derrubada pelo Congresso. Isso tudo dentro da Constituição. Da mesma forma, não há crise, penso eu, entre o Poder Judiciário, sobretudo o Supremo Tribunal Federal, e o Congresso Nacional”, disse Lewandowski durante participação no Seminário Brasil Hoje, realizado em São Paulo pelo grupo Esfera Brasil.



O ministro da Justiça, Ricardo Lewandowski, cumprimenta o ministro do STF, Alexandre de Moraes, que pode ser alvo de uma CPI na Câmara dos Deputados

Em outro sinal de animosidade, o Senado aprovou na semana passada uma proposta de emenda constitucional (PEC) que determina que é crime a posse ou o porte de qualquer quantidade de drogas. A votação ocorreu enquanto o STF discute a descriminalização do porte de maconha para consumo próprio e qual a quantidade que será usada para diferenciar o usuário de um eventual investigado por tráfico.

Para Lewandowski, porém, não há conflito porque o Senado discute a criminalização do porte. “O STF está abordando outro aspecto, em que ele reduz a discricionariedade do juiz para determinar se alguém é traficante ou usuário de drogas”, afirmou o ministro da Justiça.

O ministro disse que é importante que o Congresso aprove o

projeto de lei 2.630, conhecido como PL das Fake News e que foi engavetado por Lira no início do mês, e a proposta que regulamenta o uso da inteligência artificial no País. Insatisfeito com a articulação do governo Lula, o presidente da Câmara ameaça dar seguimento à chamada “pauta-bomba” contra o Executivo.

No momento em que os ministérios da Fazenda e do Planejamento discutem propor a desvinculação dos gastos com saúde e educação, Lewandowski defendeu inserir na Constituição o Sistema Único de Segurança Pública com a criação de um fundo próprio para financiá-lo. “É algo que precisamos pensar para aparelhar as polícias do Brasil e sobretudo o sistema de inteligência. É preciso de verba”, disse o ministro.

A avaliação dele é que a cri-

minalidade deixou de ocorrer somente âmbito físico e se tornou virtual. Segundo o ministro da Justiça, o modelo de compartilhamento de atribuições na segurança pública entre os entes federativos não é mais suficiente e a Constituição tem que ser alterada para dar mais poder à União para fazer um planejamento nacional para a segurança pública que seja compulsório para Estados e municípios.

O ministro da Justiça e Segurança Pública defendeu a aprovação do projeto de lei das fake news, que regula a atuação das plataformas digitais no País, e o da regulamentação da Inteligência Artificial.

“A mim me parece muito importante que Congresso aprove lei das fake news e a lei que regula Inteligência Artificial, só assim teremos segu-

rança para utilizarmos o meio digital sem maiores problemas”, disse Lewandowski, em breve fala sobre esses dois assuntos durante evento do Esfera Brasil realizado em São Paulo.

O projeto das fake news está em tramitação na Câmara dos Deputados. Voltou ao debate em meio aos ataques do empresário Elon Musk ao sistema de Justiça brasileiro. O presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), criou um grupo de trabalho para discutir o tema e decidiu trocar o relator.

A proposta de regulamentação da Inteligência Artificial, por outro lado, está no Senado. O relator, senador Eduardo Gomes (PL-TO), deve apresentar ainda neste mês seu parecer, que deve incluir a criação de uma agência reguladora sobre o assunto, por exemplo.

DESLEIXO

Aliados de Lula minimizam ato de Bolsonaro em Copacabana

O ato em defesa do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) realizado na praia de Copacabana neste domingo, 21, foi ignorado por grande parte de quem faz oposição a ele. Nas redes sociais, governistas e aliados do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) falaram na manifestação de forma indireta, com memes ou simplesmente não tocaram no assunto. O presidente ignorou o ato bolsonarista - menor do que o primeiro que ocorreu em fevereiro, em São Paulo -, e focou em um tema inusitado: o pássaro João-de-Barro.

A primeira-dama, Janja da Silva, postou um vídeo em seu perfil no X (antigo Twitter) em que o presidente aparece no jardim do Palácio do Alvorada afirmando que se inspirou nas construções do pássaro para o programa de habitação “Minha Casa, Minha Vida”, uma das marcas de seu governo. De chapéu e óculos escuros, Lula falou da “sabedoria da natureza” e na “inteligência do João-de-Barro”. “Agente quer que toda família tenha um ninhozinho para cuidar das suas famílias com muito carinho e amor”, disse Lula, ao afirmar que, até 2026, o programa vai entregar dois milhões de habitações. Lula focou as duas publicações em seu perfil no X em temas econômicos e sociais: uma sobre o programa para renegociar dívidas do Fies, e outra sobre a diminuição da extrema-pobreza no País. Ministro das Relações Institucionais, Alexandre Padilha repostou a publicação, dizendo “vocês são incríveis”.

O ministro-chefe da Advocacia Geral da União (AGU), Jorge Messias, foi um dos que falou de forma indireta, mencionando outro evento ocorrido no mesmo local do ato de Bolsonaro neste domingo. O ministro usou o X (ex-Twitter) para lembrar a ida do Papa Francisco a Copacabana durante a Jornada Mundial da Juventude, em 2013, com uma foto mostrando a multidão presente. Na ocasião, cerca de 3 milhões de pessoas receberam o pontífice na principal avenida de Copacabana. O ministro também repostou o vídeo de Lula falando dos pássaros no Alvorada.

Outros políticos governistas focaram na discussão sobre o ato de Bolsonaro ter “flopado” - ou seja, não ter sido bem-sucedido - de forma direta. O deputado Ivan Valente (PSOL-SP) fez três postagens falando sobre o público presente, apontando o número estimado pelo Monitor do Debate Político no Meio Digital, da Universidade de São Paulo (USP), que contou 32.750 pessoas no evento. “Chora caninha bolsonarista. MIOU”, postou o deputado. O público no Rio foi equivalente a 17% do presente na manifestação na Avenida Paulista, em fevereiro, que reuniu 185 mil, e metade do registrado no outro protesto em defesa de Bolsonaro em Copacabana em 2022, quando 64,6 mil estiveram presentes. No final de março, a esquerda chegou a realizar atos de rua em todo País, convocados pelo PT, mas a marca dos eventos, que não tiveram o endosso do governo, foi o esvaziamento.

A deputada federal Jandira Feghali (PCdoB-RJ) postou um meme utilizando um recorte da fala de Bolsonaro no palanque em Copacabana. Em um vídeo de alguns segundos, o ex-presidente fala: “Vocês podem ter um presidente mais competente do que eu, e que muitas pessoas”. O vídeo então termina, com os créditos de uma produção cinematográfica subindo, marca de um tipo de piada feita comumente com situações absurdas ou constrangedoras. Outra deputada federal, Natália Bonavides (PT-RN), relembrou que dia 21 de abril é comemorado o dia do metalúrgico, profissão de Lula A deputada postou uma foto de Lula jovem, discursando para uma multidão durante a greve dos metalúrgicos de 1978.

URGÊNCIA

Ruralistas veem chances na pauta anti-invasão

Parlamentares da bancada ruralista apostam no imbróglio crescente entre Executivo e o presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), como uma janela favorável para avançar na pauta anti-invasão. São 13 projetos de lei sob esse escopo na Câmara, a maioria em andamento na Comissão de Constituição e Justiça e outros na Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural. Outros quatro tramitam no Senado. “A briga pública entre o Palácio do Planalto e o Lira ajuda a pauta caminhar. O mal-estar entre agro e governo também é público e algo precisa ser feito”, avalia um deputado federal.

Os projetos de lei têm por objetivo, sobretudo, proibir que envolvidos em invasões de terra tenham acesso a programas de reforma agrária, a crédito rural ou tenham cargos públicos. Outra proposta típica invasão de terra como terrorismo. Um dos projetos eleva a pena de detenção para o crime de esbulho possessório (posse de um bem de forma ilegal).

A estratégia da Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA) é pautar a urgência dos projetos a fim de acelerar a votação pelo plenário da Casa. A tramitação regular por comissões poderia levar a uma morosidade no processo e retardar a aprovação imediata, como deseja a ban-

cada ruralista. “O governo não demonstra nenhum esforço em se aproximar de Lira. Porque, então, ele iria ceder e não dar prioridade à pauta?”, questionou outro parlamentar. Na terça-feira, 23, a frente vai se reunir para articular a aprovação do pacote anti-invasão.

Na última semana, dois eventos contribuíram para a pauta ganhar força entre o setor produtivo e a bancada ruralista. Um deles foi a invasão de 30 áreas em 13 Estados e no Distrito Federal pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), envolvendo cerca de 30 mil famílias do movimento, durante o chamado Abril Vermelho. As invasões vão incluir áreas públicas, ligadas a órgãos do governo, como Embrapa e Ceplac. “A Câmara não pode ficar de braços cruzados diante da insegurança e da violação ao direito de propriedade, com corroboração de parte do governo”, disse um dos deputados. O segundo fator foi a exoneração do primo de Lira, Wilson César de Lira Santos, do cargo de superintendente regional do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) de Alagoas.

Nos bastidores, o governo demonstra desconforto com o pacote anti-invasão. Isso porque o MST, aliado histórico do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, é alvo principal do pacote.

PLANOS

Ex-ministro acredita que por justiça, merece voltar à Câmara

Ativo novamente na cena política no terceiro mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o ex-ministro da Casa Civil José Dirceu, condenado pelo mensalão e na Lava Jato, não descarta uma candidatura a deputado federal em 2026. Em conversa com jornalistas após evento em São Paulo na segunda-feira, 22, o petista disse que voltar à Câmara dos Deputados é uma “questão de justiça” e que tomará a decisão sobre ser candidato, juntamente com o partido, no segundo semestre do ano que vem.

“Até por justiça, creio que mereço voltar à Câmara. Fui casado sem nenhuma prova, para me tirar da vida política e institucional do País”, declarou ele. Dirceu argumenta que perdeu o mandato de deputado sob acusação de ser “chefe de quadrilha” no escândalo do mensalão, mas a condenação foi revertida pelo Supremo Tribunal Federal (STF), em 2016, e que, por esse motivo, teria de ser “anistiado” pelos parlamentares.

Pela Lei da Ficha Limpa, Dirceu está inelegível e não pode tomar posse em cargos públicos. A defesa do ex-deputado, comandada pelo advogado Roberto Podval, porém, entrou em janeiro com uma petição no STF para anular todas as condenações na Lava Jato. O caso está

com o ministro Gilmar Mendes.

Enquanto aguarda o desfecho do caso, Dirceu faz um movimento de retorno à vida política. No começo de abril, ele esteve no Congresso novamente após 19 anos para participar de uma cerimônia especial do Senado em memória dos 60 anos do golpe de 1964 e em defesa da democracia. O movimento de reabilitação tem o aval do chefe do Executivo, mas provoca apreensão em alas petistas.

Ele também promete uma atuação apenas como “militante” na campanha eleitoral de 2024, incluindo a cidade de São Paulo, onde o PT firmou aliança com o deputado federal Guilherme Boulos (PSOL). Na prática, porém, Dirceu tem auxiliado na montagem de alianças. O ex-presidente do PT foi um dos que conversaram com Marta Suplicy antes de ela aceitar o convite de Lula para retornar ao partido e ser vice da chapa de Boulos na disputa pela Prefeitura de São Paulo.

“Quero participar da renovação da direção do PT. O meu principal objetivo é ajudar, na retaguarda, o presidente Lula a governar o Brasil. Em 2025, no segundo semestre, eu tomo uma decisão sobre me candidatar a cargo eletivo em 2026.”

No evento de segunda-feira, promovido pela Esfera

Brasil, Dirceu também criticou o “fundamentalismo religioso” na política, em uma referência direta ao tom adotado nas manifestações convocadas pelo ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) e organizadas pelo pastor evangélico Silas Malafaia. Segundo ele, essa prática ganha força com a alinhamento com a direita internacional e precisa ser combatida.

“Já conhecemos isso na história, e termina muito mal, geralmente em guerra civil. É gravíssimo usar o nome de Deus para disputa política e de poder, querer transformar o Brasil em um Estado teocrático”. Durante o debate, afirmou ainda que Lula não busca a polarização e montou um governo de “centro-direita”, uma fala que, segundo ele, costuma gerar “indignação” dentro do PT.

No dia 1º de dezembro de 2005, José Dirceu teve o mandato cassado após ser apontado como o responsável por liderar o esquema de pagamento de propinas a parlamentares, o mensalão. O dinheiro ilegal era pago para que os congressistas apoiassem projetos do primeiro mandato do presidente Lula.

Em 2012, o STF condenou Dirceu a dez anos e dez meses de reclusão por formação de quadrilha e corrupção ativa pelo mensalão.

Brasil não trata com muita seriedade o meio ambiente

A Associação de Membros do Ministério Público do Meio Ambiente (Abrampa) promove, entre os dias 24 e 26 de abril, em Belém, no Pará, a 22ª edição do Congresso Brasileiro do Ministério Público de Meio Ambiente. O tema é "Amazônia e Mudanças Climáticas: uma atuação socioambiental estratégica e integrada". Mais de 30 especialistas vão discutir os desafios e as soluções para lidar com os impactos das mudanças climáticas. O promotor Alexandre Gaio defende ações efetivas de defesa do meio ambiente e da Amazônia.

A reportagem entrevistou o presidente da Abrampa, Alexandre Gaio. Ele falou sobre os principais problemas relacionados à preservação do meio ambiente, em especial, os que envolvem a atuação dos Ministérios Públicos estaduais e federal. O promotor destacou a falta de seriedade com que o país ainda lida com questões ambientais, o crescimento do crime organizado, a falta de proteção com ativistas e comunidades tradicionais, assim como os riscos de que os desmatamentos em curso nos principais biomas do Brasil se tornem irreversíveis.

O Congresso Brasileiro do Ministério Público de Meio Ambiente vai reunir dezenas de especialistas para debates e palestras. Sendo um setor que demanda ações urgentes, como esse encontro pode resultar em medidas práticas e efetivas de proteção do meio ambiente no Brasil?

ALEXANDRE GAIO: Os congressos da Abrampa tradicionalmente buscam palestrantes de várias instituições, que têm uma atuação prática nas temáticas discutidas. Não se trata apenas de trazer diagnósticos, mas também proposições do que precisa ser feito para o enfrentamento dos problemas levantados. Nossos convidados são escolhidos pela atuação destacada para que possam servir de exemplo e referência, e os conhecimentos serem replicados nas mais variadas regiões do Brasil.

Também temos participado, seja a partir dos procuradores ou das instituições de forma ativa de Conferências das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas (COP). A Abrampa foi nas duas últimas e vai estar presente na próxima. É um processo contínuo de debate e discussão, de convencimento em relação a prioridades e de enfrentamento às mudanças climáticas. Temos defendido nossos pontos de vista. É um espaço para discutir questões jurídicas e qual deve ser a política de Estado para enfrentar os problemas climáticos.

Hoje é possível dizer que o país enfrenta uma série de desafios ambientais. Um, que parece ter cada vez mais ramificações nacionais, é a criminalidade ambiental organizada. Como lidar com essas redes ilícitas complexas?

Alexandre Gaio: Esse tema precisa de muita atenção não

só dos Ministérios Públicos, mas das demais instituições públicas do Poder Judiciário e da própria sociedade. A gente sabe que há crimes ambientais em todo o Brasil. E eles são constantes, ocorrem rotineiramente, merecem uma atenção destacada dos órgãos do sistema judiciário. Envolvem grupos especializados, associados com outros ilícitos. Atuam no desmatamento, na dinâmica ilegal do comércio da madeira, entre outras coisas. Há organizações que tratam do desmatamento ligado à grilagem de terras públicas. Outras que são especializadas no tráfico de animais silvestres. Essas situações merecem atuação também especializada dos órgãos de fiscalização, dos Ministérios Públicos e do Poder Judiciário. Caso contrário, não teremos uma resposta proporcional a esse tipo de crime, que envolve complexidades, necessita de aprofundamento de investigações e técnicas diferenciadas. Primeiro, precisamos de disposição dos Ministérios Públicos, dos órgãos de Segurança Pública e dos órgãos de fiscalização, especialmente de fiscalização ambiental. E todos esses órgãos devem dispor de recursos humanos, de planejamento, de capacitação e de uma atuação articulada e integrada entre eles. Há uma série de elementos necessários para que esse enfrentamento ocorra de modo efetivo. Dentre esses elementos a gente pode citar a implementação de grupos de atuação especializada na defesa de Meio Ambiente. A gente tem buscado estimular, junto com o Conselho Nacional do Ministério Público, os Ministérios Públicos estaduais a formarem esses grupos. Que tenham equipes técnicas com uso de tecnologia, com integração com os órgãos de segurança pública e com órgãos



de fiscalização ambiental. Isso tudo vai permitir uma atuação minimamente à altura das organizações que trabalham na criminalidade ambiental.

O país é conhecido negativamente pelo número alto de perseguições e assassinatos de ativistas. No que estamos falhando e como melhorar a proteção de lideranças e de instituições que atuam em defesa do meio ambiente?

Alexandre Gaio: Primeiro, precisamos de recepção e tratamento mais adequados para esses casos de agressões, ameaças e violências contra ativistas, lideranças de organizações ambientais, de povos indígenas e populações tradicionais. Um protocolo ou uma prioridade de atuação em relação a esses casos, porque são atores importantes, que muitas vezes são desestimulados a continuar a luta por causa dessas violências. E quando não há respostas efetivas rápidas a crimes praticados contra os ativistas fica uma sensação de impunidade e de que não haverá resposta estatal à altura. Em segundo lugar, existe a questão do discurso,

de como se maneja o discurso ambientalista pela mídia, Poder Público, sociedade civil. Há ainda um menosprezo em relação aos argumentos ambientais. A pauta ambiental não é tratada com a seriedade que deveria ser tratada, a ponto de se conscientizar e se convencer a sociedade brasileira de que crimes ambientais são fatos de gravidade. Que eles afetam toda a comunidade, a qualidade de vida geral e a própria possibilidade de as gerações futuras usufruírem de um meio minimamente equilibrado.

Em relação às questões sociais, ainda estamos muito aquém do que deveríamos na proteção de comunidades tradicionais. Que inclusive são reconhecidas como protetoras do meio ambiente. O que pode ser feito nesse sentido?

Alexandre Gaio: As populações tradicionais são fundamentais para o combate ao desmatamento, à grilagem e às queimadas. São fundamentais para a defesa da biodiversidade. E têm sido vítimas de pressão de grileiros e de proprietários de terras, que querem expandir suas fronteiras agrícolas. E mui-

tas vezes há violações de direitos dessas populações. É preciso ouvir a voz delas e entender suas dinâmicas. O Estado deve proteger e auxiliar os que trazem essas demandas. Atuar fortemente na resposta a essas violações de direitos, garantir a consulta prévia e livre às informações de qualquer atividade, obra ou empreendimento que possa afetar diretos ou modos de vida tradicionais desses povos. Há uma série de medidas, iniciativas e atuações indispensáveis para a defesa dessas comunidades e desses povos. Também vale destacar as discussões que faremos sobre o tema das desigualdades socioambientais. A questão do racismo ambiental, como as decisões de governança, decisões de políticas públicas, são diferentes quando é para atender, por exemplo, grandes empreendimentos e quando é para atender populações socialmente vulneráveis. E como essas populações são atingidas com muito mais frequência do que aquelas mais favorecidas do ponto de vista econômico.

Recentemente, o chefe do clima da Organização das

Nações Unidas disse, enfaticamente, que a humanidade tem dois anos para tentar salvar o planeta. Uma frase forte, que alerta para a gravidade da proteção ao meio ambiente. Como estamos contribuindo no Brasil para salvar o planeta? Estamos avançando bem ou construindo um futuro sombrio?

Alexandre Gaio: Os desafios são atuais e constantes. O Brasil tem demonstrado esforços, desde o ano passado até abril desse ano, para a redução do desmatamento da Amazônia. É necessário reconhecer esse esforço, especialmente dos órgãos de fiscalização, dos integrantes do Ministério do Meio Ambiente no governo federal. E também a participação de alguns estados e municípios. É um avanço importante, mas há muito a ser feito. A situação é muito delicada, muito preocupante. Primeiro, porque o índice de grilagem de terras públicas na Amazônia ainda é muito alto. Houve redução do desmatamento, mas ele continua acontecendo. Em outros biomas, o desmatamento continua com índices bem elevados, exemplo do cerrado. E a gente continua com muitas dificuldades de estabelecer atuações integradas, planejadas, articuladas e constantes nesse combate ao desmatamento. Ele é a principal causa de emissão de gases do efeito estufa, considerando a alteração no uso do solo. Essa deve ser uma prioridade absoluta: que todas as instituições atuem no combate ao desmatamento ilegal. Há uma série de iniciativas que ainda precisam ser concatenadas com a fiscalização do desmatamento. Por exemplo, a interrupção dos financiamentos feitos por instituições financeiras. A capacidade de rastrear os produtos, algo que não funciona de modo adequado. A cadeia econômica do gado, da madeira.

Além da questão do desmatamento, estamos a passos muito lentos em relação à questão climática. Quando se fala em geração de energia, por exemplo, a transição energética é muito lenta. A matriz de impactos climáticos não é observada nos grandes licenciamentos ambientais. A Abrampa tem um trabalho sobre isso, produziu uma matriz de impactos climáticos e disponibilizou para todos os estados e todos os Ministérios Públicos para fazer o convencimento dos órgãos ambientais. Para que os MPs estaduais convençam os órgãos ambientais de que é necessário se observar condicionantes e pressupostos relacionados às mudanças climáticas nos grandes licenciamentos.

Os desafios são muito grandes. E não tem nada para ser comemorado. Pelo contrário. Há grandes porções territoriais da Amazônia que já não conseguem resgatar mais as suas funções ecológicas. Ou seja, entraram em um processo de irreversibilidade, que já afeta o regime hídrico da Amazônia.

REPASSE

Dividendo da Petrobras pode ajudar no esforço fiscal do país

O secretário executivo do Ministério da Fazenda, Dario Durigan, disse na segunda-feira, 22, que o pagamento de dividendos extraordinários da Petrobras "claro que importa" para a Fazenda no contexto do esforço fiscal pretendido pela equipe econômica do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva. Ele afirmou que, se confirmado, o desembolso de agora vai representar um repasse de R\$ 6 bilhões da estatal para a União, o que corresponde ao pagamento de 50% dos dividendos extraordinários que haviam sido integral-

mente retidos pela empresa. "Claro que para a Fazenda - estou fazendo um comentário dissociado da governança da Petrobras, que tem de seguir a sua avaliação - para a Fazenda é claro que o pagamento dos dividendos da Petrobras importa no esforço fiscal que a gente tem feito este ano", disse Durigan ao ser abordado por jornalistas ao final da solenidade de lançamento do Programa Acredita, voltado para conceder crédito e facilitar renegociação de dívidas bancárias de pequenos negócios, no período da manhã no Palá-

cio do Planalto. O Ministério da Fazenda tem lançado medidas e tentado ajustes para conseguir cumprir a meta fiscal de déficit zero este ano. Na última sexta-feira, a Petrobras confirmou por meio de fato relevante que o seu Conselho de Administração definiu pelo pagamento de 50% dos dividendos extraordinários que haviam sido integralmente retidos pela empresa. A proposta ainda será levada à Assembleia Geral Ordinária (AGO) da companhia que será realizada na quinta-

-feira, 25. O total de dividendos soma R\$ 43,9 bilhões. Como a metade será distribuída, é esperado que o Caixa da União fique com R\$ 6 bilhões dos cerca de R\$ 22 bilhões. Durigan ainda respondeu aos jornalistas que, depois de passar pela AGO, a expectativa é que o valor de R\$ 6 bilhões seja operacionalizado e entre no caixa da União já nos dias seguintes. Segundo a companhia, a eventual distribuição da outra metade, a título de dividendos intermediários, "será avaliada pelo CA ao longo do exer-

cício corrente". "Considerando cenários dinâmicos, como a evolução do Brent, do câmbio e outros fatores, o CA entendeu, por maioria, serem satisfatórios os esclarecimentos e atualizações sobre a financiabilidade da Companhia no curto, médio e longo prazo e da preservação da governança, de modo que: (i) eventual deliberação pela Assembleia Geral Ordinária (AGO), marcada para o dia 25/04/2024, distinta da proposta da Administração de 07/03/2024, que venha a distribuir, a título de dividendos

extraordinários, até 50% do lucro líquido remanescente (após as alocações às reservas legais e o pagamento de dividendos ordinários), não comprometer a sustentabilidade financeira da Companhia; (ii) eventual distribuição dos 50% remanescentes pela Companhia, a título de dividendos intermediários, será avaliada pelo CA ao longo do exercício corrente", diz o fato relevante da estatal. A decisão por reter 100% dos dividendos era defendida pelos representantes do Ministério de Minas e Energia e a conselheira representante dos empregados. Já os acionistas minoritários queriam a distribuição total. A divergência entre os poderes dentro do Conselho de Administração desencadeou mais uma crise entre Prates e o ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, apaziguada com a intervenção do ministro da Fazenda, Fernando Haddad.



Relatório da Administração

Senhores Acionistas, em cumprimento às determinações legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras, relativas ao exercício encerrado em 31/12/2023 e 31/12/2022.

Balancos patrimoniais referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)					Demonstrações do resultado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)					Demonstrações dos fluxos de caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)										
Ativo	Controladora		Consolidado		Passivo e Patrimônio Líquido	Controladora		Consolidado		Receita operacional líquida	Controladora		Consolidado		Fluxos de caixa das atividades operacionais	Controladora		Consolidado		
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022		31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022		31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022		31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023
Ativo circulante					Passivo e Patrimônio Líquido					Receita operacional líquida					Fluxos de caixa das atividades operacionais					
Caixa e equivalentes	6	18.986	875	20.558	7.917	13	29.755	19.822	33.641	23.792	21	488.226	416.804	571.473	500.458					
Contas a receber de clientes	7	82.348	66.262	91.169	76.845	14	4.813	9.094	4.813	11.001	22.a	(387.888)	(349.815)	(411.730)	(393.989)					
Caixa restrito	8	7.869	7.159	7.869	7.159	15	13.403	12.950	15.006	14.526										
Estoques		4.055	3.743	4.374	4.057	16	16.779	13.750	20.782	27.310										
Tributos a recuperar	9	9.472	6.226	15.114	19.028	17	25.624	25.233	25.746	25.320										
Despesas antecipadas		6.487	3.890	7.414	5.527	18	26.947	6.709	27.257	11.507										
Outros recebíveis		2.120	283	2.169	344															
Total do ativo circulante	131.337	88.438	148.667	120.877		Total do passivo circulante	117.321	87.458	127.245	113.460	Resultado de equivalência patrimonial									
Ativo não circulante					Passivo não circulante					Emprestimos e financiamentos										
Despesas antecipadas		6.72	856	6.534	7.535	14	42.085	30.686	42.085	31.936	10	48.503	35.222	-	-					
Partes relacionadas	26	5.727	5.183	-	-	26	190.078	155.239	-	-	23	10.917	17.092	17.968	21.405					
Depósitos judiciais	19	22.296	27.104	22.381	27.234	19	22.345	21.904	22.533	22.715										
Impostos diferidos	25	58.725	50.084	68.648	61.726	16	17.133	27.793	21.806	34.863										
Investimentos	10	186.055	132.281	-	-	18	2.170	-	2.188	6.203										
Imobilizado	11	205.956	214.474	163.842	162.520															
Intangível	12	14.977	10.301	40.618	35.151															
Total do ativo não circulante	494.408	440.283	302.023	294.166		Total do passivo e patrimônio líquido	402.938	371.878	217.959	232.198	Resultado antes dos impostos									
Total do ativo	625.745	528.721	450.690	415.043		Total do passivo e patrimônio líquido	625.745	528.721	450.690	415.043	Imposto de renda e contribuição social									

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)							
Saldos em 31 de dezembro de 2021	Notas	Capital social	Outros resultados abrangentes	Reserva legal	Reserva de Lucros	Prejuízos acumulados	Total do patrimônio líquido
Saldo em 31 de dezembro de 2021		234.467	-	-	-	(212.611)	21.856
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	49.010	49.010
Juros sobre capital próprio		-	-	-	-	(1.481)	(1.481)
Redução de capital	20.a	(165.082)	-	-	-	(165.082)	(165.082)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	42.472	42.472
Reserva legal		-	-	2.021	-	(2.021)	(4.891)
Juros sobre capital próprio		-	-	-	-	(4.891)	(4.891)
Reservas reflexa de subvenção governamental		-	-	-	-	5.271	5.271
Distribuição de lucros - preferenciais		-	-	-	-	(4.398)	(4.398)
Distribuição de lucros - ordinárias		-	-	-	-	(5.205)	(5.205)
Ajustes de exercícios anteriores		-	-	-	-	2.852	2.852
Reserva de lucros		-	-	-	-	28.809	28.809
Saldos em 31 de dezembro de 2023		69.385	5.271	2.021	28.809	-	105.486

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)							
Saldos em 31 de dezembro de 2021	Notas	Capital social	Outros resultados abrangentes	Reserva legal	Reserva de Lucros	Prejuízos acumulados	Total do patrimônio líquido
Saldo em 31 de dezembro de 2021		234.467	-	-	-	(212.611)	21.856
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	49.010	49.010
Juros sobre capital próprio		-	-	-	-	(1.481)	(1.481)
Redução de capital	20.a	(165.082)	-	-	-	(165.082)	(165.082)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	42.472	42.472
Reserva legal		-	-	2.021	-	(2.021)	(4.891)
Juros sobre capital próprio		-	-	-	-	(4.891)	(4.891)
Reservas reflexa de subvenção governamental		-	-	-	-	5.271	5.271
Distribuição de lucros - preferenciais		-	-	-	-	(4.398)	(4.398)
Distribuição de lucros - ordinárias		-	-	-	-	(5.205)	(5.205)
Ajustes de exercícios anteriores		-	-	-	-	2.852	2.852
Reserva de lucros		-	-	-	-	28.809	28.809
Saldos em 31 de dezembro de 2023		69.385	5.271	2.021	28.809	-	105.486

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

1. Informações gerais

1.1. Mensagem da Administração

A Movecta S.A. (anteriormente denominada Localfrío S.A. Armazéns Gerais Frigoríficos), celebra seus 70 anos com uma nova identidade e um ambicioso plano de expansão. Esta mudança de marca reflete com maior precisão a nossa atual essência. Embora tenhamos mantido nossa reputação na logística de cadeia fria, hoje nossas operações se estendem por uma gama diversificada de setores econômicos. A nova marca encapsula nossa missão de fornecer soluções logísticas abrangentes, desde os portos até a porta dos clientes, diferenciando-nos como o único operador logístico com terminais alfandegados nos principais hubs marítimos do país, incluindo Santos, Suape e Itajaí. Além disso, nos destacamos por possuir o único terminal alfandegado frigorificado no Porto de Santos. Somos também um dos principais operadores logísticos de produtos químicos do Brasil e líderes em cargas de alto valor em grandes parques industriais nas regiões Norte e Nordeste, especialmente no porto de Suape.

Segundo rigorosamente nosso planejamento estratégico de verticalização, buscamos constantemente entender as necessidades de nossos clientes e aprimorar nossas soluções para gerar valor de forma segura, confiável e eficiente. Essa abordagem nos permitiu alcançar metas significativas por meio de parcerias sólidas com clientes estratégicos, que reconhecem como nossa expertise logística pode agregar valor às suas estratégias de negócios, seja através da otimização da nacionalização de cargas, regimes aduaneiros especiais, armazenamento prolongado, soluções logísticas integradas, reforço da segurança, entre outros benefícios.

Com foco na verticalização de soluções logísticas seguras para operações complexas, aumento da produtividade, eficiência operacional e diversificação geográfica, vivemos um período de expansão vigorosa. Em 2020, registramos um faturamento de R\$ 319 milhões, enquanto em 2023, apesar do desafiador contexto econômico externo marcado por uma série de conflitos e pela transição de governo no mercado interno, alcançamos a marca de R\$ 662 milhões, dobrando o tamanho da empresa. Geramos um EBITDA de R\$ 105 milhões, mantendo uma dívida líquida de apenas R\$ 112 milhões, mesmo considerando a operação de CRI no mercado. Essa eficiência operacional, associada a uma situação financeira sólida e disposição para crescimento, nos capacita a acelerar investimentos conforme definido em nosso planejamento estratégico, posicionando-nos favoravelmente para aproveitar oportunidades de mercado e almejar um contínuo crescimento sustentável nos próximos anos.

Embora reconheçamos que há muito mais a conquistar em todos os aspectos, esses números nos colocam em um patamar privilegiado em termos de liquidez, permitindo-nos impulsionar o crescimento e a produtividade por meio de investimentos alinhados com nossa visão estratégica. Nós, da equipe da Movecta S.A., continuamos a ser agentes de transformação, conscientes do nosso papel na geração de valor para nossos clientes através de soluções inovadoras e personalizadas. Expressamos nossa gratidão aos colaboradores, clientes, fornecedores e todos os que compartilham conosco o objetivo e a missão de promover essa transformação.

Rodrigo Casado CEO

1.2. Contexto operacional: A Movecta S.A. (anteriormente denominada Localfrío S.A. Armazéns Gerais Frigoríficos), ("Companhia" ou "Controladora") e suas controladas (conjuntamente, "Grupo") atuam nos ramos da armazenagem alfandegada (sob controle aduaneiro) de produtos importados e a exportar, armazenagem mercadorias nacionais ou nacionalizadas em regime de armazéns gerais, transporte de cargas e demais serviços afins que se relacionem aos produtos armazenados e/ou transportados, como: armazenamento, desconsolidação, distribuição, montagem de kits promocionais, reembalagem, etiquetagem, entre outros. A Companhia é uma sociedade anônima, de capital fechado, com sede em São Paulo, Capital, domiciliada na Rua Guararapes, 1909 - 9º andar - Cidade Moçoões. O Grupo possui controladas de arrendamento operacional e é atuante em operações para áreas operacionais e administrativas:

Grupo	Vencimento	Ref.
Guarujá Terminal I Alfandegado	Indeterminado	(1)
Guarujá Terminal II CLIA	Permanente	(2)
Atlântico Terminal I	08/04/26	(3)
Suata Terminal I	Indeterminado	(3)
Suape Terminal II	Permanente	(3)
Suape Transportes	Permanente	(3)
Itajaí Terminal CLIA	Permanente	(4)
São Paulo Armazém Frigorífico	Permanente	(4)

(1) Contrato de Arrendamento Pres 26/96 firmado com a Companhia Docas do Estado de São Paulo (Codesp), regido pela Lei nº 12.815/2013 (Lei dos Portos). Apesar da data prevista para o encerramento do prazo contratual em 22 de maio de 2016, a Movecta S.A. (anteriormente denominada Localfrío S.A. Armazéns Gerais Frigoríficos), obteve, em 06 de abril de 2016, por meio de decisão judicial, o direito à permanência na área do Guarujá Terminal I Alfandegado até o exame, pela Antaq/ Sep, do seu pedido de recomposição econômico-financeira do contrato de arrendamento (PA nº 0048/1971/2016). Em 2023, a Companhia decidiu, por meio de decisão de reconhecimento, pela Secretaria de Portos (SEP), da legitimidade do pleito da Movecta S.A. (anteriormente denominada Localfrío S.A. Armazéns Gerais Frigoríficos) e da consequente não inclusão da área no escopo das próximas licitações. Sendo assim, a Movecta S.A. (anteriormente denominada Localfrío S.A. Armazéns Gerais Frigoríficos), continua operando normalmente na área, mesmo após a data prevista de encerramento do contrato, mantendo-se vigentes todos os direitos e obrigações nele estabelecidos, após o encerramento do prazo contratual. Em 2022, a Companhia decidiu, por meio de decisão de reconhecimento, pela Secretaria de Portos (SEP), da legitimidade do pleito da Movecta S.A. (anteriormente denominada Localfrío S.A. Armazéns Gerais Frigoríficos) e da consequente não inclusão da área no escopo das próximas licitações. Sendo assim, a Movecta S.A. (anteriormente denominada Localfrío S.A. Armazéns Gerais Frigoríficos), continua operando normalmente na área, mesmo após a data prevista de encerramento do contrato, mantendo-se vigentes todos os direitos e obrigações nele estabelecidos, após o encerramento do prazo contratual. Em 2022, a Companhia decidiu, por meio de decisão de reconhecimento, pela Secretaria de Portos (SEP), da legitimidade do pleito da Movecta S.A. (anteriormente denominada Localfrío S.A. Armazéns Gerais Frigoríficos) e da consequente não inclusão da área no escopo das próximas licitações. Sendo assim, a Movecta S.A. (anteriormente denominada Localfrío S.A. Armazéns Gerais Frigoríficos), continua operando normalmente na área, mesmo após a data prevista de encerramento do contrato, mantendo-se vigentes todos os direitos e obrigações nele estabelecidos, após o encerramento do prazo contratual. Em 2022, a Companhia decidiu, por meio de decisão de reconhecimento, pela Secretaria de Portos (SEP), da legitimidade do pleito da Movecta S.A. (anteriormente denominada Localfrío S.A. Armazéns Gerais Frigoríficos) e da consequente não inclusão da área no escopo das próximas licitações. Sendo assim, a Movecta S.A. (anteriormente denominada Localfrío S.A. Armazéns Gerais Frigoríficos), continua operando normalmente na área, mesmo após a data prevista de encerramento do contrato, mantendo-se vigentes todos os direitos e obrigações nele estabelecidos, após o encerramento do prazo contratual. Em 2022, a Companhia decidiu, por meio de decisão de reconhecimento, pela Secretaria de Portos (SEP), da legitimidade do pleito da Movecta S.A. (anteriormente denominada Localfrío S.A. Armazéns Gerais Frigoríficos) e da consequente não inclusão da área no escopo das próximas licitações. Sendo assim, a Movecta S.A. (anteriormente denominada Localfrío S.A. Armazéns Gerais Frigoríficos), continua operando normalmente na área, mesmo após a data prevista de encerramento do contrato, mantendo-se vigentes todos os direitos e obrigações nele estabelecidos, após o encerramento do prazo contratual. Em 2022, a Companhia decidiu, por meio de decisão de reconhecimento, pela Secretaria de Portos (SEP), da legitimidade do pleito da Movecta S.A. (anteriormente denominada Localfrío S.A. Armazéns Gerais Frigoríficos) e da consequente não inclusão da área no escopo das próximas licitações. Sendo assim, a Movecta S.A. (anteriormente denominada Localfrío S.A. Armazéns Gerais Frigoríficos), continua operando normalmente na área, mesmo após a data prevista de encerramento do contrato, mantendo-se vigentes todos os direitos e obrigações nele estabelecidos, após o encerramento do prazo contratual. Em 2022, a Companhia decidiu, por meio de decisão de reconhecimento, pela Secretaria de Portos (SEP), da legitimidade do pleito da Movecta S.A. (anteriormente denominada Localfrío S.A. Armazéns Gerais Frigoríficos) e da consequente não inclusão da área no escopo das próximas licitações. Sendo assim, a Movecta S.A. (anteriormente denominada Localfrío S.A. Armazéns Gerais Frigoríficos), continua operando normalmente na área, mesmo após a data prevista de encerramento do contrato, mantendo-se vigentes todos os direitos e obrigações nele estabelecidos, após o encerramento do prazo contratual. Em 2022, a Companhia decidiu, por meio de decisão de reconhecimento, pela Secretaria de Portos (SEP), da legitimidade do pleito da Movecta S.A. (anteriormente denominada Localfrío S.A. Armazéns Gerais Frigoríficos) e da consequente não inclusão da área no escopo das próximas licitações. Sendo assim, a Movecta S.A. (anteriormente denominada Localfrío S.A. Armazéns Gerais Frigoríficos), continua operando normalmente na área, mesmo após a data prevista de encerramento do contrato, mantendo-se vigentes todos os direitos e obrigações nele estabelecidos, após o encerramento do prazo contratual. Em 2022, a Companhia decidiu, por meio de decisão de reconhecimento, pela Secretaria de Portos (SEP), da legitimidade do pleito da Movecta S.A. (anteriormente denominada Localfrío S.A. Armazéns Gerais Frigoríficos) e da consequente não inclusão da área no escopo das próximas licitações. Sendo assim, a Movecta S.A. (anteriormente denominada Localfrío S.A. Armazéns Gerais Frigoríficos), continua operando normalmente na área, mesmo após a data prevista de encerramento do contrato, mantendo-se vigentes todos os direitos e obrigações nele estabelecidos, após o encerramento do prazo contratual. Em 2022, a Companhia decidiu, por meio de decisão de reconhecimento, pela Secretaria de Portos (SEP), da legitimidade do pleito da Movecta S.A. (anteriormente denominada Localfrío S.A. Armazéns Gerais Frigoríficos) e da consequente não inclusão da área no escopo das próximas licitações. Sendo assim, a Movecta S.A. (anteriormente denominada Localfrío S.A. Armazéns Gerais Frigoríficos), continua operando normalmente na área, mesmo após a data prevista de encerramento do contrato, mantendo-se vigentes todos os direitos e obrigações nele estabelecidos, após o encerramento do prazo contratual. Em 2022, a Companhia decidiu, por meio de decisão de reconhecimento, pela Secretaria de Portos (SEP), da legitimidade do pleito da Movecta S.A. (anteriormente denominada Localfrío S.A. Armazéns Gerais Frigoríficos) e da consequente não inclusão da área no escopo das próximas licitações. Sendo assim, a Movecta S.A. (anteriormente denominada Localfrío S.A. Armazéns Gerais Frigoríficos), continua operando normalmente na área, mesmo após a data prevista de encerramento do contrato, mantendo-se vigentes todos os direitos e obrigações nele estabelecidos, após o encerramento do prazo contratual. Em 2022, a Companhia decidiu, por meio de decisão de reconhecimento, pela Secretaria de Portos (SEP), da legitimidade do pleito da Movecta S.A. (anteriormente denominada Localfrío S.A. Armazéns Gerais Frigoríficos) e da consequente não inclusão da área no escopo das próximas licitações. Sendo assim, a Movecta S.A. (anteriormente denominada Localfrío S.A. Armazéns Gerais Frigoríficos), continua operando normalmente na área, mesmo após a data prevista de encerramento do contrato, mantendo-se vigentes todos os direitos e obrigações nele estabelecidos, após o encerramento do prazo contratual. Em 2022, a Companhia decidiu, por meio de decisão de reconhecimento, pela Secretaria de Portos (SEP), da legitimidade do pleito da Movecta S.A. (anteriormente denominada Localfrío S.A. Armazéns Gerais Frigoríficos) e da consequente não inclusão da área no escopo das próximas licitações. Sendo assim, a Movecta S.A. (anteriormente denominada Localfrío S.A. Armazéns Gerais Frigoríficos), continua operando normalmente na área, mesmo após a data prevista de encerramento do contrato, mantendo-se vigentes todos os direitos e obrigações nele estabelecidos, após o encerramento do prazo contratual. Em 2022, a Companhia decidiu, por meio de decisão de reconhecimento, pela Secretaria de Portos (SEP), da legitimidade do pleito da Movecta S.A. (anteriormente denominada Localfrío S.A. Armazéns Gerais Frigoríficos) e da consequente não inclusão da área no escopo das próximas licitações. Sendo assim, a Movecta S.A. (anteriormente denominada Localfrío S.A. Armazéns Gerais Frigoríficos), continua operando normalmente na área, mesmo após a data prevista de encerramento do contrato, mantendo-se vigentes todos os direitos e obrigações nele estabelecidos, após o encerramento do prazo contratual. Em 2022, a Companhia decidiu, por meio de decisão de reconhecimento, pela Secretaria de Portos (SEP), da legitimidade do pleito da Movecta S.A. (anteriormente denominada Localfrío S.A. Armazéns Gerais Frigoríficos) e da consequente não inclusão da área no escopo das próximas licitações. Sendo assim, a Movecta S.A. (anteriormente denominada Localfrío S.A. Armazéns Gerais Frigoríficos), continua operando normalmente na área, mesmo após a data prevista de encerramento do contrato, mantendo-se vigentes todos os direitos e obrigações nele estabelecidos, após o encerramento do prazo contratual. Em 2022, a Companhia decidiu, por meio de decisão de reconhecimento, pela Secretaria de Portos (SEP), da legitimidade do pleito da Movecta S.A. (anteriormente denominada Localfrío S.A. Armazéns Gerais Frigoríficos) e da consequente não inclusão da área no escopo das próximas licitações. Sendo assim, a Movecta S.A. (anteriormente denominada Localfrío S.A. Armazéns Gerais Frigoríficos), continua operando normalmente na área, mesmo após a data prevista de encerramento do contrato, mantendo-se vigentes todos os direitos e obrigações nele estabelecidos, após o encerramento do prazo contratual. Em 2022, a Companhia decidiu, por meio de decisão de reconhecimento, pela Secretaria de Portos (SEP), da legitimidade do pleito da Movecta S.A. (anteriormente denominada Localfrío S.A. Armazéns Gerais Frigoríficos) e da consequente não inclusão da área no escopo das próximas licitações. Sendo assim, a Movecta S.A. (anteriormente denominada Localfrío S.A. Armazéns Gerais Frigoríficos), continua operando normalmente na área, mesmo após a data prevista de encerramento do contrato, mantendo-se vigentes todos os direitos e obrigações nele estabelecidos, após o encerramento do prazo contratual. Em 2022, a Companhia decidiu, por meio de decisão de reconhecimento, pela Secretaria de Portos (SEP), da legitimidade do pleito da Movecta S.A. (anteriormente denominada Localfrío S.A. Armazéns Gerais Frigoríficos) e da consequente não inclusão da área no escopo das próximas licitações. Sendo assim, a Movecta S.A. (anteriormente denominada Localfrío S.A. Armazéns Gerais Frigoríficos), continua operando normalmente na área, mesmo após a data prevista de encerramento do contrato, mantendo-se vigentes todos os direitos e obrigações nele estabelecidos, após o encerramento do prazo contratual. Em 2022, a Companhia decidiu, por meio de decisão de reconhecimento, pela Secretaria de Portos (SEP), da legitimidade do pleito da Movecta S.A. (anteriormente denominada Localfrío S.A. Armazéns Gerais Frigoríficos) e da consequente não inclusão da área no escopo das próximas licitações. Sendo assim, a Movecta S.A. (anteriormente denominada Localfrío S.A. Armazéns Gerais Frigoríficos), continua operando normalmente na área, mesmo após a data prevista de encerramento do contrato, mantendo-se vigentes todos os direitos e obrigações nele estabelecidos, após o encerramento do prazo contratual. Em 2022, a Companhia decidiu, por meio de decisão de reconhecimento, pela Secretaria de Portos (SEP), da legitimidade do pleito da Movecta S.A. (anteriormente denominada Localfrío S.A. Armazéns Gerais Frigoríficos) e da consequente não inclusão da área no escopo das próximas licitações. Sendo assim, a Movecta S.A. (anteriormente denominada Localfrío S.A. Armazéns Gerais Frigoríficos), continua operando normalmente na área, mesmo após a data prevista de encerramento do contrato, mantendo-se vigentes todos os direitos e obrigações nele estabelecidos, após o encerramento do prazo contratual. Em 2022, a Companhia decidiu, por meio de decisão de reconhecimento, pela Secretaria de Portos (SEP), da legitimidade do pleito da Movecta S.A. (anteriormente denominada Localfrío S.A. Armazéns Gerais Frigoríficos) e da consequente não inclusão da área no escopo das próximas licitações. Sendo assim, a Movecta S.A. (anteriormente denominada Localfrío S.A. Armazéns Gerais Frigoríficos), continua operando normalmente na área, mesmo após a data prevista de encerramento do contrato, mantendo-se vigentes todos os direitos e obrigações nele estabelecidos, após o encerramento do prazo contratual. Em 2022, a Companhia decidiu, por meio de decisão de reconhecimento, pela Secretaria de Portos (SEP), da legitimidade do pleito da Movecta S.A. (anteriormente denominada Localfrío S.A. Armazéns Gerais Frigoríficos) e da consequente não inclusão da área no escopo das próximas licitações. Sendo assim, a Movecta S.A. (anteriormente denominada Localfrío S.A. Armazéns Gerais Frigoríficos), continua operando normalmente na área, mesmo após a data prevista de encerramento do contrato, mantendo-se vigentes todos os direitos e obrigações nele estabelecidos, após o encerramento do prazo contratual. Em 2022, a Companhia decidiu, por meio de decisão de reconhecimento, pela Secretaria de Portos (SEP), da legitimidade do pleito da Movecta S.A. (anteriormente denominada Localfrío S.A. Armazéns Gerais Frigoríficos) e da consequente não inclusão da área no escopo das próximas licitações. Sendo assim, a Movecta S.A. (anteriormente denominada Localfrío S.A. Armazéns Gerais Frigoríficos), continua operando normalmente na área, mesmo após a data prevista de encerramento do contrato, mantendo-se vigentes todos os direitos e obrigações nele estabelecidos, após o encerramento do prazo contratual. Em 2022, a Companhia decidiu, por meio de decisão de reconhecimento, pela Secretaria de Portos (SEP), da legitimidade do pleito da Movecta S.A. (anteriormente denominada Localfrío S.A. Armazéns Gerais Frigoríficos) e da consequente não inclusão da área no escopo das próximas licitações. Sendo assim, a Movecta S.A. (anteriormente denominada Localfrío S.A. Armazéns Gerais Frigoríficos), continua operando normalmente na área, mesmo após a data prevista de encerramento do contrato, mantendo-se vigentes todos os direitos e obrigações nele estabelecidos, após o encerramento do prazo contratual. Em 2022, a Companhia decidiu, por meio de decisão de reconhecimento, pela Secretaria de Portos (SEP), da legitimidade do pleito da Movecta S.A. (anteriormente denominada Localfrío S.A. Armazéns Gerais Frigoríficos) e da consequente não inclusão da área no escopo das próximas licitações. Sendo assim, a Movecta S.A. (anteriormente denominada Localfrío S.A. Armazéns Gerais Frigoríficos), continua operando normalmente na área, mesmo após a data prevista de encerramento do contrato, mantendo-se vigentes todos os direitos e obrigações nele estabelecidos, após o encerramento do prazo contratual. Em 2022, a Companhia decidiu, por meio de decisão de reconhecimento, pela Secretaria de Portos (SEP), da legitimidade do pleito da Movecta S.A. (anteriormente denominada Localfrío S.A. Armazéns Gerais Frigoríficos) e da consequente não inclusão da área no escopo das próximas licitações. Sendo assim, a Movecta S.A. (anteriormente denominada Localfrío S.A. Armazéns Gerais Frigoríficos), continua operando normalmente na área, mesmo após a data prevista de encerramento do contrato, mantendo-se vigentes todos os direitos e obrigações nele estabelecidos, após o encerramento do prazo contratual. Em 2022, a



Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

contratos em moeda estrangeira é reconhecida como outras despesas, e a parte inflexível relativa a contratos de commodities é reconhecida em outras despesas operacionais. A Companhia designa exclusivamente o elemento à vista de contratos a termo como instrumento de hedge. O elemento a termo é reconhecido em outros resultados abrangentes. Os montantes acumulados em outros resultados abrangentes são contabilizados, dependendo da natureza da transação subjacente do objeto de hedge. Se a transação objeto de hedge subsequente não resultar no reconhecimento final de um item não financeiro, o montante acumulado no patrimônio líquido é retirado do componente separado do patrimônio líquido e incluído no custo inicial ou em outro valor contábil do ativo, ou passivo líquido. Não se trata de um ajuste de reclassificação e não será reconhecido em outros resultados abrangentes para o período. Isso também se aplica quando a transação prevista protegida por hedge de um ativo não financeiro ou passivo não financeiro torna-se subsequentemente um compromisso firme para o qual é aplicada a contabilização de hedge de valor justo. Para quaisquer outros hedges de fluxo de caixa, o montante acumulado em outros resultados abrangentes é reclassificado para o resultado como um ajuste de reclassificação no mesmo período ou períodos durante os quais os fluxos de caixa protegidos afetam o resultado. Se a contabilização do hedge de fluxo de caixa for descontinuada, o montante que foi acumulado em outros resultados abrangentes deverá permanecer em outros resultados abrangentes acumulados se ainda houver uma expectativa de que os fluxos de caixa futuros protegidos por hedge ocorram. Caso contrário, o valor será imediatamente reclassificado para o resultado como ajuste de reclassificação. Após descontinuação a contabilização, uma vez ocorrido o fluxo de caixa objeto do hedge, qualquer montante remanescente em outros resultados abrangentes acumulados deverá ser contabilizado, dependendo da natureza da transação subjacente, conforme descrito acima. Hedges de investimento líquido: Os hedges de investimento líquido em uma operação no exterior, incluindo hedge de item monetário contabilizado como parte do investimento líquido, são contabilizados de maneira similar aos hedges de fluxo de caixa. Ganhos ou perdas no instrumento de hedge relacionados à parte eficaz do hedge são reconhecidos como outros resultados abrangentes, enquanto quaisquer ganhos ou perdas relacionadas à parcela ineficaz são reconhecidos na demonstração do resultado. Na alienação da operação no exterior, o valor acumulado de quaisquer desses ganhos ou perdas registradas no patrimônio líquido é transferido para a demonstração do resultado. A Companhia utiliza um empréstimo como hedge de sua exposição ao risco cambial sobre seus investimentos em controladas estrangeiras. 2.17. Reconhecimento de receita: Receita compreende o valor justo da contrapartes recebida ou a receber pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia e de suas controladas. A Companhia e suas controladas reconhecem a receita quando: (a) o valor da receita pode ser mensurado com segurança; (b) é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade; (c) o avanço dos critérios específicos tiverem sido atendidos para a atividade da Companhia ou das suas controladas (atingimento da obrigação de performance). a) Vendas de serviços: As receitas de contratos de prestação de serviços de armazenagem e de transporte são reconhecidas no período em que os serviços são prestados, usando o método linear de reconhecimento de receita conforme o período do contrato. Se surgirem circunstâncias que possam alterar as estimativas originais de receitas, custos ou extensão do prazo para conclusão, as estimativas iniciais serão revisadas. Essas revisões podem resultar em aumentos ou reduções das receitas, ou custos estimados no resultado no período em que a Administração tomou conhecimento das circunstâncias que originaram a revisão. b) Receita financeira: A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa efetiva de juros. 2.18. Imposto de renda e contribuição social - corrente e diferido: O imposto de renda e a contribuição social de exercício, correntes e diferidas, são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e considerando a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social de 20% do lucro líquido. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios, ou itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido, ou em outros resultados abrangentes. O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro, ou prejuízo tributável do exercício, as bases de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações contábeis e qualquer ajuste aos impostos a pagar ou a receber em exercícios anteriores. O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido não é reconhecido para as seguintes diferenças temporárias: o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja combinação de negócios e que não anule nem o resultado contábil tampouco o lucro ou prejuízo tributável, e diferenças relacionadas a investimentos em subsidiárias e entidades controladas quando seja provável que elas não revertam seu lucro previsível. Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensação de ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação. Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais serão utilizados. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de relatório e são reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável. A Administração do Grupo elabou o estudo da projeção de fluxo de caixa e não considerou o impacto de redução nos valores registrados. 2.19. Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio: A distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações contábeis da Companhia ao final do exercício, com base no seu estatuto social. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas, em assembleia geral. 2.20. Capital social: Ações ordinárias e preferenciais são classificadas como patrimônio líquido. O capital preferencial é classificado como patrimônio líquido e não é reembolsável, ou somente reembolsável à escolha da Companhia. Ações preferenciais não têm direito a voto e possuem preferência na liquidação da sua parcela do capital social. 3. Uso de estimativa e julgamento: A preparação das Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas, de acordo com as normas do IFRS e as normas do CPC, exigem que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revisadas de uma maneira contínua. Revisões com relação às estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados. a) Apresentação das demonstrações contábeis no pressuposto da continuidade operacional: A Administração da Companhia elaborou suas demonstrações contábeis no pressuposto de continuidade das suas operações e descreve o plano da Administração para a consecução de suas atividades nos próximos exercícios. A ocorrência desses eventos em sua plenitude e em um período apropriado é considerado julgamento crítico pela Administração da Companhia. b) Ativo imobilizado: Anualmente, a vida útil dos ativos imobilizados do grupo é revisada. Esta avaliação é efetuada de acordo com a estimativa de vida útil dos ativos registrados no ativo imobilizado e resulta em uma taxa de depreciação anual. As taxas de depreciação definidas para o exercício de 2023 e de 2022, estão apresentadas na Nota Explicativa nº 2.8. Uma alteração nas referidas taxas gera impacto direto nos resultados operacionais do grupo. c) Imposto de renda e contribuição social: É necessário um julgamento significativo para determinar a provisão para impostos sobre a renda. Em muitas operações, a determinação final do imposto é incerta. O reconhecimento de imposto de renda diferido ativo requer avaliar se é provável que existirá resultados líquidos suficientes para realizar tal imposto de renda diferido ativo. A avaliação requer considerar o histórico de resultados tributáveis, expectativas de resultados tributáveis futuros, assim como do momento de reversão de diferenças temporárias. Caso a Companhia ou suas controladas não consigam gerar resultados tributáveis futuros ou se existe uma mudança significativa na estrutura tributária ou no período em que as diferenças temporárias serão utilizadas é possível que a avaliação de provabilidade mude podendo requerer a baixa de parte ou todo o imposto de renda diferido ativo. d) Provisão para processos judiciais e administrativos: A Companhia e suas controladas, direta e indireta, são partes envolvidas em processos judiciais, trabalhistas e outros em andamento, conforme demonstrado na Nota Explicativa nº 19. A definição dos valores a serem provisionados relacionados a estas contingências são baseados em estimativas para as quais a Administração conta com a opinião dos assessores jurídicos do Grupo, a natureza dos processos e a experiência histórica. Qualquer alteração das perspectivas de sucesso na defesa desses processos pode afetar de forma relevante os resultados operacionais do grupo. Especificamente quanto aos trabalhistas, consideram-se todos com probabilidade de perda provável, provisionando-se um percentual do valor total envolvido, de acordo com as premissas estabelecidas através do critério baseado no histórico de processos encerrados dos últimos 36 meses, onde se compara o valor inicialmente calculado versus o valor da condenação. O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das contingências ativas e passivas são efetuados de acordo com os seguintes critérios: Contingências ativas: Ganhos contingentes não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como certo. Não há qualquer ativo dessa natureza registrado nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022. Contingências passivas: Contingências passivas são provisionadas levando em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que implicaria forte início de saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis de forma confiável. As contingências passivas classificadas como perdas possíveis não são provisionadas, sendo apenas divulgadas nas demonstrações contábeis nas notas explicativas, desde que não sejam altamente prováveis, não requerem provisão ou divulgação. e) Redução ao valor recuperável de contas a receber: A política contábil para estabelecer a provisão para impairment de contas a receber requer a análise individual das faturas de clientes inadimplentes em relação às medidas de cobrança adotadas pelo departamento financeiro e, de acordo com o estágio da cobrança, é estimado um montante de provisão a ser constituída, que pode representar um percentual do título de acordo com histórico ou sua totalidade. A provisão para redução ao valor recuperável desses créditos é constituída em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas em sua realização. f) Perda por redução ao valor recuperável (impairment) de ativo intangível de concessão e outros ativos não financeiros: Anualmente, a Companhia efetua testes de eventuais perdas (impairment) do ativo intangível de concessão, de acordo com a política contábil apresentada na Nota Explicativa nº 2.13. Os valores recuperáveis de UGC foram determinados com base no cálculo do valor em uso, efetuados com base em premissas adotadas pela Administração. Caso essas premissas se realizem de maneira diferente da esperada pela Administração, o valor da provisão para impairment pode requerer complemento. 4. Demonstrações contábeis consolidadas: As demonstrações contábeis consolidadas foram elaboradas em consonância com os princípios básicos de consolidação previstos nos CPCs e apresentam os saldos das contas e transações da Controladora, de suas controladas diretas, Atlântico e Localrio Administração de Bens, e sua controlada indireta, Suata. Os saldos e as transações intercompanhias foram eliminados na consolidação. As transações e saldos com partes relacionadas estão detalhados na Nota Explicativa nº 27. Transações entre empresas, saldos e ganhos não realizados em transações entre empresas do Grupo são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados a menos que a operação forneça evidências de perda (impairment) de um ativo transferido. As políticas contábeis consolidadas são as mesmas das da Companhia, exceto quanto à garantia de consistência com as políticas adotadas pelo Grupo. Controladas: Controladas são todas as entidades nas quais o Grupo tem o poder de determinar as políticas financeiras e operacionais, geralmente acompanhadas de uma participação de mais do que metade dos direitos de voto (capital votante). A existência e o efeito de possíveis direções a voto atualmente exercíveis ou conversíveis são considerados quando se avalia se o Grupo controla outra entidade. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para o Grupo. A consolidação é interrompida à partir da data em que o controle termina. O excesso da contrapartes transferida na data da aquisição de qualquer participação patrimonial anterior na adquirida em relação ao valor justo da participação do grupo de ativos líquidos identificáveis adquiridos é registrado como ágio (goodwill). Quando a contrapartes transferida for menor que o valor justo dos ativos líquidos da controlada adquirida, a diferença é reconhecida diretamente na demonstração do resultado do exercício. O Grupo usa o método de contabilização da aquisição para contabilizar as combinações de negócios. A contrapartes transferida inclui o valor justo de algum ativo ou passivo resultante de um contrato

Table with 4 columns: 2023, 2022, 2023, 2022. Rows include Diretas, Atlântico Terminais S.A., Localrio Administração de Bens S.A., and Suata Serviços Unificados de Armazenagem e Terminal Allandegado S.A.

(a) A Companhia Suata Serviços Unificados de Armazenagem e Terminal Allandegado S.A., controlada indireta pertencente 100%, é Atlântico Terminais S.A. 5. Gestão de risco financeiro: 5.1. Fatores de risco financeiro: As atividades do Grupo o expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de taxa de juros de valor justo e risco de taxa de juros de fluxo de caixa), risco de crédito, risco de taxa de câmbio e risco de liquidez. O programa de gestão de risco do Grupo se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro do Grupo. O Grupo utiliza instrumentos financeiros derivativos para proteger exposições a risco. A gestão de risco é realizada pela tesouraria central do Grupo, segundo as políticas aprovadas pelo Conselho de Administração. A tesouraria do Grupo identifica, avalia e protege a Companhia e suas controladas contra eventuais riscos financeiros em cooperação com as unidades operacionais do Grupo. O Conselho de Administração estabelece princípios para a gestão de risco global, bem como para áreas específicas, como risco cambial, risco de taxa de juros, risco de crédito, uso de instrumentos financeiros derivativos e não derivativos e investimento de excedentes de caixa. a) Risco de mercado: Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros: O risco de taxa de juros do Grupo decorre de empréstimos de curto e longo prazos. Os empréstimos captados a taxas variáveis expõem o Grupo ao risco de taxa de juros de fluxo de caixa. Os empréstimos captados a taxas fixas expõem o Grupo ao risco de valor justo associado à taxa de juros. Durante 2023 e 2022, os empréstimos do Grupo às taxas variáveis eram mantidos em reais. A Administração do Grupo tem como política manter os indexadores de suas exposições a taxas de juros passivas atrelados a taxas pós-fixadas. b) Risco de crédito: O risco de crédito é administrado corporativamente. O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos e instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes, incluindo contas a receber em aberto e operações compromissadas. Os clientes são avaliados pela área de análise de crédito, que os avalia levando em consideração sua posição financeira, experiência passada e outros fatores, como garantias reais existentes para realização do crédito. Os limites de riscos individuais são determinados com base em classificações internas. A utilização de limites de crédito é monitorada regularmente. Durante o exercício a Administração não espera nenhuma perda decorrente de inadimplência das outras contrapartes, além daquelas que já estão provisionadas nessas demonstrações contábeis. c) Risco com taxas de câmbio: O risco cambial é um dos riscos financeiros a que a Companhia está exposta, sendo este oriundo de movimentos nos níveis ou na volatilidade de taxas de câmbio de moedas estrangeiras, passivas. d) Risco de liquidez: A previsão de fluxo de caixa é realizada de maneira corporativa pelo departamento de Finanças. Este departamento monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez do Grupo para assegurar que ele tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. O excesso de caixa mantido pelas entidades operacionais, além do saldo exigido para administração do capital circulante, é administrado pela Tesouraria central do Grupo, que investe o excesso de caixa em contratos correntes com incidência de juros, depósitos a prazo, depósitos de curto prazo e títulos e valores mobiliários, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados e liquidez suficiente para fornecer margem necessária conforme determinado pelas previsões de caixa de curto prazo. As demonstrações contábeis individuais e consolidadas, o Grupo mantém fundos de curto prazo de R\$ 19.907 em 2023 (R\$ 7.271) e um total de disponibilidades em 2023 de R\$ 20.558 (R\$ 7.917) que, em conjunto com as operações do Grupo, se espera que gerem pontualmente entradas de caixa para administrar o risco de liquidez, representado pelo capital circulante líquido positivo consolidado de R\$ 21.422 em 2023 (R\$ 7.417). A tabela adiante analisa os passivos financeiros do Grupo, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento.

Table with 5 columns: Terrenos e edificações, Veículos industriais, Máquinas e equipamentos, Móveis e utensílios, Equipamentos de informática. Rows include Saldo em 31 de dezembro de 2021, Depreciação do exercício, Baixas, Remensuração de contrato, Saldo em 31 de dezembro de 2022, Depreciação acumulada, Depreciação do exercício, Baixas, Remensuração de contrato, Saldo em 31 de dezembro de 2023, Depreciação acumulada, Líquido.

Table with 5 columns: Terrenos e edificações, Veículos industriais, Máquinas e equipamentos, Móveis e utensílios, Equipamentos de informática. Rows include Saldo em 31 de dezembro de 2021, Depreciação do exercício, Baixas, Remensuração de contratos, Saldo em 31 de dezembro de 2022, Depreciação do exercício, Baixas, Remensuração de contratos, Saldo em 31 de dezembro de 2023, Depreciação acumulada, Líquido.

Table with 5 columns: Software em andamento, Total, Adições, Amortização, Transferências. Rows include Saldo em 31 de dezembro de 2021, Saldo em 31 de dezembro de 2022, Saldo em 31 de dezembro de 2023, Saldo em 31 de dezembro de 2022, Saldo em 31 de dezembro de 2023.

Table with 5 columns: Concessão, Software em andamento, Total, Adições, Amortização, Transferências. Rows include Saldo em 31 de dezembro de 2021, Saldo em 31 de dezembro de 2022, Saldo em 31 de dezembro de 2023, Saldo em 31 de dezembro de 2022, Saldo em 31 de dezembro de 2023.

Table with 5 columns: Juros e comissões - %, Atualizações (principal e juros), Controladora, 2023, 2022. Rows include Moeda nacional (R\$), Capital de giro, Moeda estrangeira (C), Total, Circulante, Não circulante, Amortização (principal e juros), Controladora, 2023, 2022. Rows include Moeda nacional (R\$), Capital de giro, Moeda estrangeira (C), Total, Circulante, Não circulante. Rows include Ano, 2024, A partir de 2025, Total, Em agosto de 2023, A taxa de 6,81% ao ano engloba todos os custos, incluindo a comissão externa, a comissão interna e os juros remissíveis, o imposto de renda é retido na fonte e está incluído na referida taxa. Os juros são remissíveis, o que significa que parte deles pode ser convertida ou abatida conforme as condições estipuladas no contrato. Essa operação está 100% protegida, através de contratação de swap (tipo de derivativo). Derivativo swap: em agosto de 2023, a Companhia contratou o derivativo SWAP-4131 para operação de empréstimos em moeda estrangeira, com vencimento em 19 de agosto de 2025. Na modalidade de troca de indexadores (swap com opção). De acordo a CPC 48 - Instrumentos Financeiros, se tratar de operação com derivativos, estes por sua natureza devem ser reconhecidos à Valor Justo por meio Resultado (VJR), não se admitindo para esta espécie de ativo financeiro a escrituração por meio de Custo Amortizado ou por Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes, nos termos do item B4.1.9 do CPC 48 - Instrumentos Financeiros. A movimentação dos empréstimos e financiamentos: Controladora Consolidado 2023 2022 2023 2022 Saldo em 31 de dezembro de 2021 Ingressos 30.700 30.700 Amortização - principal (53.505) (56.095) Amortização - juros 8.283 8.937 Saldo em 31 de dezembro de 2022 Ingressos 46.997 46.997 Amortização - principal (45.985) (49.506) Amortização - juros 5.401 5.745 Outros - impostos e taxas 745 745 Saldo em 31 de dezembro de 2023 46.998 46.998

A movimentação da PECLD do Grupo são as seguintes: Em 31 de dezembro de 2022 2.698 - 3.214 - Em 31 de dezembro de 2023 3.458 2.698 6.533 3.214

Impostos pago a maior Imposto de renda sobre aplicações financeiras Imposto de renda pessoa jurídica Contribuição social sobre o lucro Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviço (ICMS) Instituto Nacional de Seguridade Social a Compensar Pis e Cofins a compensar IRPJ/ s/aid negativo IRRLL saldo negativo Outros impostos a compensar Créditos Fundaf Créditos Excluído do ICMS - Energia Elétrica 1.638 - 1.638 - 9.472 6.226 15.114 19.028

Table with 5 columns: Terrenos e edificações, Veículos industriais, Máquinas e equipamentos, Móveis e utensílios, Equipamentos de informática. Rows include Saldo em 31 de dezembro de 2021, Depreciação do exercício, Baixas, Remensuração de contrato, Saldo em 31 de dezembro de 2022, Depreciação acumulada, Depreciação do exercício, Baixas, Remensuração de contrato, Saldo em 31 de dezembro de 2023, Depreciação acumulada, Líquido.

Table with 5 columns: Terrenos e edificações, Veículos industriais, Máquinas e equipamentos, Móveis e utensílios, Equipamentos de informática. Rows include Saldo em 31 de dezembro de 2021, Depreciação do exercício, Baixas, Remensuração de contratos, Saldo em 31 de dezembro de 2022, Depreciação do exercício, Baixas, Remensuração de contratos, Saldo em 31 de dezembro de 2023, Depreciação acumulada, Líquido.

Table with 5 columns: Software em andamento, Total, Adições, Amortização, Transferências. Rows include Saldo em 31 de dezembro de 2021, Saldo em 31 de dezembro de 2022, Saldo em 31 de dezembro de 2023, Saldo em 31 de dezembro de 2022, Saldo em 31 de dezembro de 2023.

Table with 5 columns: Concessão, Software em andamento, Total, Adições, Amortização, Transferências. Rows include Saldo em 31 de dezembro de 2021, Saldo em 31 de dezembro de 2022, Saldo em 31 de dezembro de 2023, Saldo em 31 de dezembro de 2022, Saldo em 31 de dezembro de 2023.

Table with 5 columns: Juros e comissões - %, Atualizações (principal e juros), Controladora, 2023, 2022. Rows include Moeda nacional (R\$), Capital de giro, Moeda estrangeira (C), Total, Circulante, Não circulante, Amortização (principal e juros), Controladora, 2023, 2022. Rows include Moeda nacional (R\$), Capital de giro, Moeda estrangeira (C), Total, Circulante, Não circulante.

Table with 5 columns: Juros e comissões - %, Atualizações (principal e juros), Controladora, 2023, 2022. Rows include Moeda nacional (R\$), Capital de giro, Moeda estrangeira (C), Total, Circulante, Não circulante.

10. Investimentos: Informações sobre investimento avaliado pela equivalência patrimonial e outros investimentos.

Table with 5 columns: Participação no capital social %, Investimentos, Equivalência patrimonial. Rows include Empresa, Atlântico Terminais S.A., Localrio Administração de Bens - SPE, Total.

Em 31 de dezembro de 2022 Participação nos resultados de controladas Atlântico Terminais S.A. Localrio Administração de Bens - SPE Reserva Flexível de Subvenção Governamental Atlântico Terminais S.A. Constituição da investida - AFAC Localrio Administração de Bens - SPE

Table with 5 columns: Ativo, Líquido, Receita, Lucro. Rows include Controlada direta, Atlântico Terminais S.A., Localrio Administração de Bens - SPE, Controlada indireta, Suata Serviço Unificado de Armazenagem e Terminal Allandegado S.A.

Table with 5 columns: Ativo, Líquido, Receita, Lucro. Rows include Controlada direta, Atlântico Terminais S.A., Localrio Administração de Bens - SPE, Controlada indireta, Suata Serviço Unificado de Armazenagem e Terminal Allandegado S.A.

Table with 5 columns: Terrenos e edificações, Veículos industriais, Máquinas e equipamentos, Móveis e utensílios, Equipamentos de informática. Rows include Saldo em 31 de dezembro de 2021, Depreciação do exercício, Baixas, Remensuração de contrato, Saldo em 31 de dezembro de 2022, Depreciação acumulada, Depreciação do exercício, Baixas, Remensuração de contrato, Saldo em 31 de dezembro de 2023, Depreciação acumulada, Líquido.

Table with 5 columns: Terrenos e edificações, Veículos industriais, Máquinas e equipamentos, Móveis e utensílios, Equipamentos de informática. Rows include Saldo em 31 de dezembro de 2021, Depreciação do exercício, Baixas, Remensuração de contratos, Saldo em 31 de dezembro de 2022, Depreciação do exercício, Baixas, Remensuração de contratos, Saldo em 31 de dezembro de 2023, Depreciação acumulada, Líquido.

Table with 5 columns: Software em andamento, Total, Adições, Amortização, Transferências. Rows include Saldo em 31 de dezembro de 2021, Saldo em 31 de dezembro de 2022, Saldo em 31 de dezembro de 2023, Saldo em 31 de dezembro de 2022, Saldo em 31 de dezembro de 2023.

Table with 5 columns: Concessão, Software em andamento, Total, Adições, Amortização, Transferências. Rows include Saldo em 31 de dezembro de 2021, Saldo em 31 de dezembro de 2022, Saldo em 31 de dezembro de 2023, Saldo em 31 de dezembro de 2022, Saldo em 31 de dezembro de 2023.

Table with 5 columns: Juros e comissões - %, Atualizações (principal e juros), Controladora, 2023, 2022. Rows include Moeda nacional (R\$), Capital de giro, Moeda estrangeira (C), Total, Circulante, Não circulante, Amortização (principal e juros), Controladora, 2023, 2022. Rows include Moeda nacional (R\$), Capital de giro, Moeda estrangeira (C), Total, Circulante, Não circulante.

Table with 5 columns: Juros e comissões - %, Atualizações (principal e juros), Controladora, 2023, 2022. Rows include Moeda nacional (R\$), Capital de giro, Moeda estrangeira (C), Total, Circulante, Não circulante.

Table with 5 columns: Juros e comissões - %, Atualizações (principal e juros), Controladora, 2023, 2022. Rows include Moeda nacional (R\$), Capital de giro, Moeda estrangeira (C), Total, Circulante, Não circulante.

Outback Steakhouse Restaurants Brasil S.A.

CNPJ/MF nº 17.261.661/0001-73 - NIRE 35.300.463.412

Assembleia Geral Extraordinária - Edital de Convocação

São convocados os acionistas da **Outback Steakhouse Restaurants Brasil S.A.** ("Companhia"), c.f. Art. 124 da Lei 6.404/76 ("Lei das S.A."), para se reunir em Assembleia Geral Extraordinária a ser realizada em 23 de abril de 2024, às 10:00 horas, na sede da Companhia, localizada na Av. das Nações Unidas, 12.901, Torre Oeste, Bloco C, 4º andar, conj. 401, Brooklin, CEP 04578-000, São Paulo/SP, para deliberar sobre as seguintes matérias: (I) ratificar e aprovar a aquisição, pela Companhia, e subsequente cancelamento, sem redução do capital social, de suas próprias ações preferenciais das seguintes classes: MP12, MP46, MP33, MP110, MP-AB02, JVPB84 e JVP101; (II) aprovar a criação das seguintes novas classes de ações preferenciais: MP161 e MP-AB23, de acordo com o plano de expansão da Companhia; (III) alterar a nomenclatura das classes de ações preferenciais "JVPB84" e "JVP101" para "JVPB84" e "JVP101", respectivamente; (IV) aprovar um novo aumento do capital social no valor de até R\$ 25.543.165,00, mediante a emissão de (a) novas ações ordinárias nominativas, sem valor nominal e com direito a voto, e (b) novas ações preferenciais nominativas, sem valor nominal, sem direito a voto e com prioridade na distribuição de dividendos futuros, todas pelo preço de emissão de R\$ 14.324,44 por ação; (V) aprovar a alteração das respectivas cláusulas do Estatuto Social para refletir as deliberações aprovadas pelos acionistas, conforme o caso; (VI) aprovar a reeleição dos atuais membros do Conselho de Administração; e (VII) aprovar a consolidação do Estatuto Social. Os documentos pertinentes às matérias da ordem do dia encontram-se à disposição dos acionistas, a partir desta data, na sede da Companhia. O acionista que desejar ser representado por procurador, na forma do Art. 126, §1º da Lei das S.A., deverá depositar a respectiva procuração na sede da Companhia em até 24 horas antes da realização da assembleia ora convocada. São Paulo, 18 de abril de 2024. **Mauro Guardabassi Martins** - Diretor.

AEROPORTO DE GUARULHOS PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ nº 15.561.610/0001-31- NIRE nº 3530043824-8

Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária - Convocação. Ficam os acionistas da Aeroporto de Guarulhos Participações S.A. ("Companhia") convocados para as Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Companhia a serem realizadas às 15h do dia 30 de abril de 2024, na sede da Companhia localizada na Rua Heilo Smidt, s/n, 3º andar, Aeroporto Internacional de São Paulo Guarulhos - Gov. André Franco Montoro, na Cidade de Guarulhos, Estado de São Paulo, CEP 07190-100, para deliberar em (I) Em Assembleia Geral Ordinária: (a) Tomada de contas da administração, inclusive, discussão e aprovação do Relatório de Administração e das Demonstrações Financeiras da Companhia relativas ao exercício social de 2023; (b) Deliberação sobre a destinação do Resultado apurado pela Companhia no exercício social de 2023; (c) Eleição de membros do Conselho de Administração; e (II) Em Assembleia Geral Extraordinária: (a) Eleição do Presidente do Conselho de Administração; e (b) Fixação da remuneração global anual dos administradores. Guarulhos, 18 de abril de 2024. **Marcus Vinícius Figur da Rosa** - Presidente do Conselho de Administração.

Sugoi S/A

CNPJ/MF 13.584.310/0001-42 NIRE 35.300.489.276 ("Companhia")

Edital de Convocação - Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária

Ficam os senhores acionistas da Sugoi S/A, convocados, na forma do Estatuto Social da Companhia, para se reunir em assembleia geral ordinária e extraordinária, na modalidade exclusivamente presencial, que será realizada em sua sede, localizada à Avenida das Nações Unidas, nº 11633, 8ª Andar, Sala Subarashii, no dia 29 de Abril de 2024, segunda-feira, às 13h00m, em primeira convocação, com a presença do quórum legal e, às 13h30m, em segunda convocação, com qualquer quórum, para tratar da seguinte **Ordem do Dia**: (I) Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023; (II) Deliberar sobre a destinação do Lucro Líquido do Exercício e distribuição de dividendos; (III) Deliberar acerca da renúncia do Conselheiro Alexandre Macedo; (iv) Deliberar acerca da eleição de membros do Conselho de Administração; (v) Deliberar acerca do montante global anual da remuneração dos administradores; e (vi) Deliberar acerca da aprovação e ratificação de todos os atos realizados pela Diretoria e Conselho de Administração no período compreendido entre de Janeiro de 2024 e 29/04/2024, data da AGE. A Companhia informa que os documentos relacionados à ordem do dia encontram-se à disposição dos acionistas conforme publicação do dia 12 de abril de 2024, no Jornal Diário Comercial, bem como no endereço eletrônico-Disponível em: <https://sugoi.com.br/1/>, de autoria da Sugoi S/A, São Paulo, 18 de abril de 2024. **Ronaldo Yoshio Akagi** - Membro Effetivo do Conselho de Administração

Opencred Tecnologia e Serviços Ltda.

CNPJ/MF nº 47.658.509/0001-90 - NIRE 35.300.184.645

Edital de Convocação para Reunião de Sócios

Ficam os senhores sócios da **Opencred Tecnologia e Serviços Ltda.** ("Sociedade") convocados para se reunir em Reunião de Sócios da Sociedade ("Reunião de Sócios"), a ser realizada às 14:00 horas do dia 02 de maio de 2024, em modalidade de forma digital, possibilitando a participação dos sócios por meio da plataforma eletrônica Google Meet, com base na Instrução Normativa RFB nº 79, de 14 de abril de 2020, conforme alterada, e na Lei 10.406, de 10 de janeiro de 2020, conforme alterada, para discutir e deliberar sobre a seguinte ordem do dia: (I) dissolução da sociedade, na forma do artigo 1.033, III, do Código Civil, e eleição do liquidante, na forma do artigo 1.038 do mesmo diploma legal; (II) alternativamente, alteração do quadro de administradores da Sociedade, diante da renúncia do Sr. Rafael Falek Rejman, ao cargo de Administrador da Sociedade, conforme Termo de Renúncia recebido pela Sociedade em 16 de abril de 2024; e (III) ratificação e/ou eleição dos novos administradores e a consequente alteração das respectivas cláusulas do Contrato Social da Sociedade, conforme aplicável, inclusive para alterar o parágrafo segundo da cláusula terceira, com a finalidade de permitir a representação da sociedade por um único administrador; Da modalidade de reunião e orientações para participação: Em cumprimento ao Artigo 1º da IN DJRE 79/2020, a reunião de sócios será realizada sob a modalidade digital, avendo os sócios participar e votar a distância, via atuação remota, mediante sistema eletrônico de videoconferência Google Meet, de acesso livre do seguinte link a ser enviado oportunamente aos sócios por e-mail. A sala virtual será aberta 30 (trinta) minutos antes do horário da primeira convocação e será gravada pela própria ferramenta Google Meet. **Dos documentos exigidos para a participação:** Em cumprimento ao Artigo 3º da IN DJRE 79/2020, os sócios deverão, em até 30 (trinta) minutos antes da abertura dos trabalhos da reunião de sócios da Sociedade, apresentar cópias de seus documentos de identidade com foto ou, conforme o caso, instrumentos de procauração e documentos de identidade com foto dos procuradores, sob pena de a presença não ser computada. Os referidos documentos deverão ser enviados no prazo para a seguinte e-mail: gulberhemesilvestre@adv.casbo.org.br. São Paulo, 02 de maio de 2024.

Crístan Van Westering de Lima - Administrador

Carbon Holding Financeira S.A.

CNPJ/MF nº 29.267.972/0001-29 - NIRE: 35.300.511.344

Edital de Convocação - Assembleia Geral Ordinária

Ficam convocados os senhores acionistas da Carbon Holding Financeira S.A. ("Companhia") para se reunir em Assembleia Geral Ordinária da Companhia ("AGO"), a realizar-se presencialmente no dia 30 de abril de 2024, às 08:45 horas (horário de Brasília), na sede da Companhia, localizada na Avenida Nove de Julho, 3186, Jardim Paulista, CEP 01406-000, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, para deliberar sobre a seguinte ordem do dia: (a) tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023; e (b) deliberar sobre a destinação do resultado do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023. Encontram-se à disposição dos senhores acionistas na sede da Companhia os documentos pertinentes às matérias constantes da ordem do dia, conforme previsto no artigo 133 da Lei nº 6.404/1976. O acionista ou o seu representante legal deverá comparecer à AGO com todos os documentos de identificação próprios e, se for o caso, com instrumento de mandato com poderes especiais de representação do acionista. São Paulo, 22 de abril de 2024.

Marcelo Kalim - Presidente do Conselho de Administração

Accespor Investimentos e Participações S.A.

CNPJ 20.430.599/0001-00 - NIRE 35300462684

EDITAL DE CONVOCACÃO

Ficam convocados, nos termos do artigo 124, da Lei nº 6.404/76, os acionistas da **Accespor Investimentos e Participações S.A.**, com sede em São Paulo-SP, na Av. Rebouçás, 1368 (parte), Pinheiros, CEP 05420-100, CNPJ 20.430.599/0001-00 ("Companhia"), a se reunir em Assembleia Geral Ordinária, a ser realizada em 30 de abril de 2024, às 11:00 horas, **exclusivamente de modo digital**, conforme orientações abaixo, a fim de deliberar sobre as seguintes matérias: (I) tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras referentes aos exercícios sociais encerrados em 31/12/2022 e 31/12/2023; (II) deliberar sobre a destinação do resultado; (III) fixar a remuneração global dos administradores da Companhia; e (IV) ratificar o jornal de grande circulação no qual a Companhia realiza as publicações previstas na legislação. Os documentos objeto da Assembleia foram disponibilizados no endereço <https://www.accespor.com.br/demonstracoes-contas-orientacoes>. O acionista que desejar participar e votar na Assembleia por meio da Plataforma Digital deverá enviar e-mail para o endereço: governanca@bancovalorantim.com.br, preferencialmente com, no mínimo, 48 (quarenta e oito) horas de antecedência, manifestando seu interesse em participar da Assembleia e solicitando o link de acesso ao sistema. Caso o acionista tenha interesse em enviar boletim de voto à distância, também será considerado presente à Assembleia. Para tanto, o acionista deverá entrar em contato com a Governança Corporativa, no e-mail acima informado para as instruções correspondentes. São Paulo, 19 de abril de 2024. **Accespor Investimentos e Participações S.A.**

Alfa Rodobus S/A Transportes, Administração e Participação

CNPJ/MF nº 97.528.044/0001-20 - NIRE 35.300.394.054

Edital de Convocação - Assembleia Geral Ordinária

Reunião Acontecerá no Dia 29 de Abril de 2024

1. Ficam convocados os senhores acionistas da **Alfa Rodobus S/A Transportes, Administração e Participação**, a se reunir em Assembleia Geral Ordinária, nos termos do artigo 12 do Estatuto da realização-se no dia 29 (vinte e nove) de abril de 2024, às 10h em 1ª convocação e, em 2ª convocação, às 10h30 na sede da empresa localizada na Rua Marco Antônio, nº 533, Jardim Gililda Maria, na cidade de São Paulo, estado de São Paulo - CEP 05550-000, a fim de deliberar sobre a seguinte ordem do dia: (a) tomar as contas da administração, examinar, discutir e votar a aprovação das Demonstrações Financeiras da Companhia referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023; (b) compra do imóvel localizado na Rua Joaquim Lapas Veiga, nº 713, Jardim Gililda Maria, na cidade de São Paulo/SP objeto da matrícula sob o nº 254.505, do 18º Oficial de Registro de Imóveis; (c) outros assuntos de interesse geral. **Informações Gerais:** I - Os acionistas poderão ser representados por mandatários, observadas as restrições legais, devendo ser entregues, na sede da empresa em até 03 (três) dias antes da realização da Assembleia Geral, os instrumentos de procuração com reconhecimento de firma do outorgante. II - A companhia informa aos seus acionistas, em observância ao artigo 133 da LSA, que os seguintes documentos referentes às matérias constantes da ordem do dia encontram-se à disposição na sede social da Companhia: (1) relatório anual da administração; (2) demonstrações financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023; e (3) relatório do parecer dos auditores independentes. São Paulo, 10 de abril de 2024. **Williany da Silva Bezerra** - Presidente.

Guide Investimentos S.A. Corretora de Valores

CNPJ nº 65.913.436/0001-17 - NIRE 35.300.131.177

Edital de Convocação - AGE

Ficam convocados os acionistas para se reunir em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, que se realizará via conferência eletrônica através de link a ser disponibilizado previamente pela Companhia, conforme permitido pela Lei nº 14.010 de 06/06/20, em 29 de abril de 2024, às 11h, para: **Em Assembleia Geral Ordinária:** (I) Tomar conhecimento das contas da administração e demonstrações financeiras da Companhia, para exame, discussão e votação do relatório da administração, das demonstrações financeiras, bem como do relatório do auditor independente, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023. **Em Assembleia Geral Extraordinária:** (II) Aumentar o capital social da Companhia no montante de até R\$ 23.252.380,60 (vinte e três milhões, duzentos e cinquenta e dois mil, trezentos e oitenta e oito reais e sessenta centavos), por meio da emissão de até: (a) 183.819 (cento e oitenta e três) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, pelo preço unitário de emissão de R\$ 963,55 (novecentos e sessenta e três reais e cinquenta e cinco centavos) e (b) 8.249 (oito mil, duzentos e quarenta e nove) ações preferenciais, sem direito a voto, nominativas e sem valor nominal, pelo preço unitário de emissão de R\$ 963,55 (novecentos e sessenta e três reais e cinquenta e cinco centavos). As ações não inscritas no âmbito do direito de preferência no prazo de 32 (trinta e dois) dias corridos serão objeto de subscrição em período de sobras de 3 (três) dias corridos, a ser comunicado em assembleia, e as Ações remanescentes não inscritas serão canceladas; (III) Alterar a redação do Artigo 6º do Estatuto Social da Companhia para refletir o novo capital social após o aumento de capital e exercício do direito de preferência; (IV) Autorizar os diretores da Companhia a realizar todos os atos necessários à formalização e execução das deliberações a serem tomadas, incluindo, mas não se limitando, à instrução do processo ao Banco Central do Brasil, bem como a alteração e consolidação do Estatuto Social da Companhia. **Instruções Gerais:** Poderão participar da AGE os acionistas titulares de ações ordinárias ou preferenciais emitidas pela Companhia, por si, seus representantes legais ou procuradores, desde que a cópia autenticada dos respectivos documentos de identidade e de comprovação de poderes sejam encaminhados à Companhia à data anterior à realização da Assembleia, aos cuidados do Departamento Jurídico (socio@guide.com.br ou Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3064, 12º andar, Jardim Paulista, São Paulo/SP), São Paulo, 19/04/24. **Guide Investimentos S.A. Corretora de Valores.**

BRASIL TECNOLOGIA E PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ/MF: 35.764.708/0001-01
NIRE 35300546113

ATA DE REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO REALIZADA EM 21 DE MARÇO DE 2024

Ratificamos a Reunião do Conselho de Administração da **Brasil Tecnologia e Participações S/A**, CNPJ 35.764.708/0001-01, realizada em 21 de março de 2024. JUCESP, Certifico o registro sob o número 140.813/42-1 - Matéria JUCESP nº 444.714/24-9 em 28/03/2024 - Marcia Cristina Frei - Secretária Geral.

SIQUEM SPE EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS S.A.

CNPJ 14.119.406/0001-00

Demonstrações Financeiras - Exercícios Ffindos em 31 de Dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)

		Relatório da Administração		Demonstração do Resultado (Em milhares de reais)		
	2023	2022	2023	2022	2023	2022
Ativo			Passivo		2023	2022
Ativos Circulantes	66.291	138.757	Passivos Circulantes	27.027	16.129	68.679
Caixa e equivalentes de caixa	39.867	16.932	Contas a pagar a fornecedores e outras	1.477	2.146	
Conta a receber de clientes	19.661	75.776	Empréstimos e financiamentos	-	115	
Estoque de imóveis a comercializar	7.296	43.955	Adiantamentos de clientes	-	3.583	
Outros ativos	467	2.134	Outros passivos	1.608	425	
			Provisões	942	-	
Ativos não Circulantes	-	55	Passivos não Circulantes	23.000	9.858	
Outros ativos	-	55	Empréstimos e financiamentos	1.314	45.279	
			Outros passivos	1.013	42.557	
			Provisões	301	57	
			Patrimônio Líquido	37.950	77.445	
			Capital social	28.517	45.306	
			Reserva legal	3.570	2.056	
			Reserva para investimentos e capital de giro	5.863	30.083	
Total dos Ativos	66.291	138.812	Total do Passivo e Patrimônio Líquido	66.291	138.812	

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido (Em milhares de reais)

	Capital social	Reserva para investimentos	Lucros (Prejuízos) e capital de giro	Acumulado	Total
Saldos em 31 de Dezembro de 2021	45.306	372	6.081	-	51.759
Lucro do exercício	-	-	-	33.687	33.687
Destinação para a reserva de investimento e capital de giro	-	-	24.002	-	-
Destinação para reserva legal	-	1.684	-	(1.684)	-
Dividendos propostos	-	-	(8.001)	(8.001)	-
Saldos em 31 de Dezembro de 2022	45.306	2.056	30.083	77.445	154.890
Lucro do exercício	-	-	-	30.294	30.294
Aumento/(redução) de capital	(16.789)	-	-	-	(16.789)
Destinação para a reserva de investimento e capital de giro	-	-	5.779	(5.779)	-
Destinação para reserva legal	-	1.515	-	(1.515)	-
Dividendos propostos	-	-	(30.000)	(23.000)	(53.000)
Saldos em 31 de Dezembro de 2023	28.517	3.571	5.862	37.950	77.445

Notas Explicativas

Contexto operacional - A Sociedade tem por objetivo a incorporação de um empreendimento imobiliário ("Empreendimento") no imóvel localizado em São Paulo/SP, na rua Gabriela D'Annunzio, esquina com a Rua Princesa Izabel, constituído de parte dos lotes nº 36, 37, 38, 39, e dos lotes nº 40, 41, 42, 43, 44 e 45 da quadra C da Vila Amália Setúbal, bairro do Campo Belo, objeto da Matrícula nº 247.909 do 15º Cartório de Registro de Imóveis de São Paulo/SP ("Imóvel"). **Apresentação das demonstrações financeiras** - As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com os princípios contábeis adotados no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), aplicáveis às entidades de incorporação imobiliária no Brasil, registradas na Comissão de Valores Mobiliários (CVM). **Caixa e equivalentes de caixa** - Incluem caixa, saldos positivos em conta movimento, aplicações financeiras pós-fixadas respeitáveis a qualquer momento, com risco insignificantes de mudança de seu valor de mercado e sem penalidades. Em 31 de dezembro de 2023 a Companhia possuía operações compromissadas em CDB no montante de R\$ 38.987 (R\$ 19.932 em 2022). Estas operações são remuneradas a uma taxa efetiva média de 98,82% do CDI. Contas a receber - São avaliadas e registradas pelo valor presente na data de transação, sendo deduzida a provisão para créditos de liquidação duvidosa, que é constituída com base na análise individual dos recebíveis. **Estoque de imóveis a comercializar** -

São registrados nesta rubrica os custos de aquisição de terreno, de construção e outros custos relacionados aos projetos em construção e concluídos cujas unidades ainda não foram vendidas. O custo de terrenos mantidos para desenvolvimento inclui o preço de compra, bem como os custos incorridos para a aquisição e do desenvolvimento do terreno, que não excede o valor de mercado. **Imobilizado** - São demonstrados ao valor de custo, deduzidos de depreciação e perda por redução ao valor líquido recuperável acumuladas, quando aplicável. **Empréstimos e financiamentos** - A Sociedade possui empréstimos mantidos junto as instituições financeiras, obtidos para desenvolvimento imobiliário com taxa de juros efetiva média equivalente ao CDI mais 2,30% a.a. à 3,30% a.a.. Em 2023 o montante de empréstimos e financiamentos foram quitados (em 2022 R\$ 42.372). **Adiantamento de clientes** - O saldo refere-se aos montantes recebidos por conta da venda de unidades imobiliárias de empreendimentos em andamento que superam as receitas reconhecidas e empreendimentos que se encontram em cláusulas suspensivas. Em 2023 a Companhia não possui saldos de adiantamento de clientes (em 2022 R\$ 3.583). **Capital social** - O Capital social totalmente subscrito e integralizado é de R\$ 28.517.031,00 (Vinte e oito milhões, quinhentos e dezesseite mil e trinta e um reais), dividido em 28.517.031 (Vinte e oito milhões, quinhentos e dezesseite mil e trinta e uma) ações ordinárias.

Contador: Erick Carmos Dias Lopes - CRC SP - 1SP229719/O-8

Diretoria: Alexandre Wolyniec - Diretor Financeiro

Lumabe Participações Ltda.

CNPJ: 34.032.320/0001-45 - NIRE: 35.231.669.37-1

Ata de Reunião dos Sócios

1. Data e Hora: 19/04/2024, às 09h. Sede social da Sociedade. Presente o único quotista da sociedade, **João Carlos Falbo Mansur**. **Deliberações:** Aprovar a redução do capital social da Sociedade, haja vista o excesso de capital social em relação ao objeto social exercido pela Sociedade, fazendo-se a redução na quantidade de R\$ 27.592.000,00, reduzindo-se, o capital social de R\$ 27.592.100,00, para R\$ 100,00, que representam, igualmente, diminuição no número de quotas da Sociedade de R\$ 27.592.100 quotas para 100 (cem) quotas totais da Sociedade. O Capital Social em excesso, R\$ 27.592.000,00, será restituído única e exclusivamente, em moeda corrente nacional, e, ou bens e direitos, ao único Sócio da Sociedade, **João Carlos Falbo Mansur**, por deliberação deste, cujo valor da sua participação social passará de R\$ 27.592.000,00, para R\$ 100,00, quantia esta representativa de 100 quotas de emissão da Sociedade. O sócio delibera que a cópia da presente ata será levada ao registro público competente. **Lavratura:** aprovada e assinada por todos os presentes. **Mesa: João Carlos Falbo Mansur** - Presidente; **Antonio José Santos Guimarães** - Secretário.

BATLÓ MEIO DE PAGAMENTOS LTDA.

CNPJ: 48.393.239/0001-03 - NIRE: 35260125805

Ata de Reunião de Sócios, realizada em 01 de abril de 2024.

Data, Horário e Local: Em 01 de abril de 2024, às 10 horas, na sede da empresa **Batló Meio de Pagamentos Ltda.**, localizada na Rua Samuel Morse, 74, sala 54 C, Cidade Moções, São Paulo, CEP: 04576-060 ("Sociedade"). **Convocação e Presença:** Convocação dispensada, tendo em vista a presença do único sócio, **Payretailers Latam Holdings, S.L.**, sociedade constituída de acordo com as leis de Barcelona, Espanha, com domicílio fiscal na Avenida Diagonal, 682, planta 1, porta A, 08034, Barcelona, Espanha, inscrita no CNPJ sob o nº 49.571.737/0001-53, neste ato representada por seu procurador Sr. **Daniel Monteiro Pimentel**, brasileiro, casado, advogado, inscrito no CPF nº 185.081.188-13 e portador da cédula de identidade R.G. nº 14.991.306-0 SSP/SP, com escritório na Rua Samuel Morse, 74, conjunto 54, Cidade Moções, São Paulo/SP, representando a totalidade do capital social da Sociedade. **Mesa: Daniel Monteiro Pimentel**, Presidente; **Pedro Maia Nicodemus de Oliveira**, Secretário. **Formalidades legais:** A presente reunião atendeu às formalidades legais. **Ordem do dia:** Deliberar sobre a redução do capital social da Sociedade, no valor de R\$ 999.000,00 (novecentos e noventa e nove mil reais), por ser excessivo em relação ao objeto social da Sociedade, nos termos do artigo 1.082, inciso II, do Código Civil, mediante o cancelamento de quotas representativas do capital social da Sociedade. **Deliberações:** Após a discussão das matérias constantes da Ordem do Dia: O único sócio, por considerar o capital social excessivo em relação ao objeto social da Sociedade, nos termos do Artigo 1.082, inciso II, do Código Civil, aprova a redução do capital social da Sociedade, dos atuais R\$1.000.000,00 (um milhão de reais), dividido em 1.000.000 (um milhão) quotas, com valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada uma; uma redução, portanto, de R\$ 999.000,00 (novecentos e noventa e nove mil reais). A redução será realizada mediante dispensa de integralização de 999.000,00 (novecentos e noventa e nove mil) quotas ainda não integralizadas, as quais serão canceladas. Fica consignado que a deliberação acima somente se tornará eficaz após o decurso do prazo de 90 (noventa) dias para a oposição dos credores quirografários, contados da data de publicação da presente ata, nos termos do Artigo 1.084, §§ 1º e 2º, do Código Civil, desde que (1) não haja oposição de qualquer credor; ou (2) caso haja oposição de credores, a Sociedade prove o pagamento da dívida ou o depósito judicial do respectivo valor. Ficam os administradores da Sociedade autorizados a praticar todos e quaisquer atos necessários à efetivação das deliberações propostas e aprovadas. **Encerramento da Reunião e Lavratura da Ata:** Nada mais havendo a ser tratado, o Presidente oferece a palavra a quem dela quisesse fazer uso, e, como ninguém se manifestou, suspendeu a reunião pelo tempo necessário à lavratura da ata que, lida e achada conforme, foi assinada por todos os presentes. **Presentes:** **Daniel Monteiro Pimentel**, Presidente; **Pedro Maia Nicodemus de Oliveira**, Secretário. **Payretailers LATAM HOLDINGS, S.L.** (neste ato representado por **Daniel Monteiro Pimentel**), São Paulo, 01 de abril de 2024. **Daniel Monteiro Pimentel** - Presidente; **Pedro Maia Nicodemus de Oliveira**; Secretário; **Payretailers Latam Holdings, S.L.**, **Daniel Monteiro Pimentel**.

MONTJUC INTERMEDIAÇÃO DE PAGAMENTOS LTDA.

CNPJ: 50.815.977/0001-35 - NIRE: 35261429794

Ata de Reunião de Sócios, realizada em 01 de abril de 2024.

Data, Horário e Local: Em 01 de abril de 2024, às 10 horas, na sede da empresa **Montjuc Intermediação de Pagamentos Ltda.**, com sede na Rua Samuel Morse, 74, sala 54 A, Cidade Moções, São Paulo, CEP: 04576-060 ("Sociedade"). **Convocação e Presença:** Convocação dispensada, tendo em vista a presença do único sócio, **Payretailers Latam Holdings, S.L.**, sociedade constituída de acordo com as leis de Barcelona, Espanha, com domicílio fiscal na Avenida Diagonal, 682, planta 1, porta A, 08034, Barcelona, Espanha, inscrita no CNPJ sob o nº 49.571.737/0001-53, neste ato representada por seu procurador Sr. **Daniel Monteiro Pimentel**, brasileiro, casado, advogado, inscrito no CPF nº 185.081.188-13 e portador da cédula de identidade R.G. nº 14.991.306-0 SSP/SP, com escritório na Rua Samuel Morse, 74, conjunto 54, Cidade Moções, São Paulo/SP, representando a totalidade do capital social da Sociedade. **Mesa: Daniel Monteiro Pimentel**, Presidente; **Pedro Maia Nicodemus de Oliveira**, Secretário. **Formalidades legais:** A

LAGOA DA BARRA INCORPORAÇÕES E CONSTRUÇÕES S.A.

CNPJ 17.173.662/0001-66

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 (expressos em R\$ mil)

Ativo	Controladora		Consolidado		Passivo	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022		31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Ativo circulante					Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	125	200	4.076	5.459	Fornecedores e subempreiteiros	29	27	1.000	1.086
Créditos com partes relacionadas	-	-	-	-	Salários, provisões e obrigações sociais	-	-	-	133
Impostos a recuperar	162	668	333	1.096	Débitos com partes relacionadas	120	87	2.942	4.420
Adiantamento a fornecedor	-	-	449	455	Impostos e contribuições a recolher	-	-	8	50
Outros ativos circulantes	66	28	84	43	Total do passivo circulante	149	114	3.950	5.689
Total do ativo circulante	353	896	4.942	7.053	Não circulante				
Não circulante					Débitos com partes relacionadas	39.437	34.975	430.505	380.843
Ativo realizável a longo prazo	-	-	-	-	Instrumento financeiro	-	-	68.807	66.629
Imóveis a comercializar	-	-	481.714	479.536	Provisões para risco	36	36	46	46
Créditos com partes relacionadas	-	-	-	-	Total dos passivos não circulantes	39.473	35.011	499.358	447.518
Total do realizável a longo prazo	-	-	481.714	479.536	Total do passivo	39.622	35.125	503.308	453.207
Investimentos	20.185	65.234	-	-	Patrimônio líquido				
Imobilizado	1	2	34	90	Capital social	175.701	175.701	175.701	175.701
Total do ativo não circulante	20.186	65.236	34	479.626	Resultados acumulados	(194.784)	(144.694)	(194.784)	(144.694)
Total do ativo	20.539	66.132	486.690	486.679	Total do patrimônio líquido atribuível aos acionistas	(19.083)	31.007	(19.083)	31.007
					Participação de acionistas não controladores	-	-	2.465	2.465
					Total do patrimônio líquido	(19.083)	31.007	(16.618)	33.472
					Total do passivo e patrimônio líquido	20.539	66.132	486.690	486.679

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 (expressos em R\$ mil)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Receitas (Despesas) operacionais				
Despesas gerais e administrativas	(601)	(223)	(1.046)	(842)
Resultado de equivalência patrimonial	(45.049)	(38.316)	-	-
Reversões de (provisões para) perdas e riscos, líquido	-	(2)	-	38
Outras receitas (despesas) operacionais, líquido	-	-	115	39
	(45.650)	(38.541)	(931)	(765)
Resultado antes do resultado financeiro e tributos	(45.650)	(38.541)	(931)	(765)
Resultado financeiro, líquido	(4.440)	(3.328)	(49.159)	(41.104)
Resultado líquido	(50.090)	(41.869)	(50.090)	(41.869)
Resultado líquido básico e diluído por ação ordinária - R\$	(0,29)	(0,24)	(0,29)	(0,24)

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 (expressos em R\$ mil)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Resultado líquido do exercício	(50.090)	(41.869)	(50.090)	(41.869)
Total do resultado abrangente	(50.090)	(41.869)	(50.090)	(41.869)

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 (expressos em R\$ mil)

	Controladora		Consolidado		Total
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	
Saldo em 31 de dezembro de 2021	175.701	(102.825)	72.876	2.465	75.341
Resultado líquido do exercício	-	(41.869)	(41.869)	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2022	175.701	(144.694)	31.007	2.465	33.472
Resultado líquido do exercício	-	(50.090)	(50.090)	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2023	175.701	(194.784)	(19.083)	2.465	(16.618)

DIRETORESRoberto de Mendonça Braga
Wagner Perez Vianna**CONTADOR RESPONSÁVEL**Leandro Mariano Gonçalves
CRC MG 105.896/O-1**DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 (expressos em R\$ mil)**

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Resultado líquido do exercício	(50.090)	(41.869)	(50.090)	(41.869)
Ajustes para reconciliar o resultado líquido com o caixa gerado pelas atividades operacionais:				
Depreciações e amortizações	1	-	56	65
Resultado de Equivalência Patrimonial	45.049	38.316	-	-
Constituição / reversão de provisão para riscos, líquidas	-	2	-	(38)
Juros de mútuos com partes relacionadas	4.462	3.750	49.801	41.860
	(578)	199	(233)	18
(Aumento) redução dos ativos operacionais	-	-	6	-
Adiantamento a fornecedor	-	-	6	-
Impostos a recuperar	506	119	763	109
Depósitos judiciais e cauções	-	-	-	9
Outros ativos	(38)	89	(41)	102
	468	208	728	220
Aumento (redução) dos passivos operacionais	-	-	-	-
Fornecedores e subempreiteiros	1	(183)	(87)	(222)
Salários, provisões e obrigações sociais	-	-	(133)	(274)
Impostos e contribuições a recolher	-	(2)	(42)	(4)
Outros passivos	-	(1.189)	-	(1.592)
	1	(1.374)	(262)	(2.092)
Caixa líquido aplicado nas (geeados das) atividades operacionais	(109)	(967)	233	(1.854)
Fluxo de caixa das atividades de investimento:				
Transações de empresas ligadas, líquido	34	864	(1.616)	6.078
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades de investimento	34	864	(1.616)	6.078
Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento	-	-	-	-
Redução do saldo de caixa e equivalente de caixa	(75)	(103)	(1.383)	4.224
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	200	303	5.459	1.235
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	125	200	4.076	5.459
Redução do saldo de caixa e equivalente de caixa	(75)	(103)	(1.383)	4.224

Extrato das Informações Relevantes sobre as Notas Explicativas e do Relatório de Auditoria

As demonstrações financeiras completas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e o relatório do auditor independente sobre essas demonstrações financeiras completas, estão disponíveis eletronicamente no endereço no site desde jornal <https://diariocomercial.com.br/publicidade-legal>

O referido relatório do auditor independente sobre essas demonstrações financeiras foi emitido em 28 de março de 2024, sem modificações.

COMPANHIA DE NAVEGAÇÃO NORSUL

CNPJ/MF 33.127.002/0001-03 - NIRE 33.3.0033600-1

EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

Ficam convocados os senhores acionistas da COMPANHIA DE NAVEGAÇÃO NORSUL ("Companhia") para, com base no disposto no parágrafo único do artigo 121 da Lei nº 6.404/76, regulamentado pelo Anexo V, da Instrução Normativa DREI nº 81, de 10 de junho de 2020, do Departamento Nacional de Registro Empresarial e Integração da Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia, participar da Assembleia Geral Ordinária ("AGO"), a realizar-se no dia 29 de abril de 2024, às 16:00 horas (horário de Brasília), de forma exclusivamente digital, por meio da Plataforma Zoom, a fim de deliberar sobre a seguinte ordem do dia: (i) exame das contas da administração e das demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023; (ii) proposta de constituição da reserva legal; (iii) proposta de distribuição de dividendos, incluindo a parcela de juros sobre capital próprio; (iv) proposta de destinação do saldo do lucro líquido do exercício de 2023; e (v) fixação da remuneração anual e global da administração para o ano calendário de 2024. Tendo em vista a necessidade de adoção de medidas de segurança para participação remota, os acionistas que pretendem participar da AGO por meio da Plataforma Zoom deverão enviar à Companhia (por meio dos e-mails a_baroncini@norsul.com, rodrigo.cuesta@norsul.com, fernando.lacerda@norsul.com e maria.sanches@norsul.com), com antecedência mínima de 48h em relação ao horário marcado para o início da AGO, ou seja, até às 16:00 horas (horário de Brasília) do dia 27 de abril de 2024, solicitando suas credenciais de acesso ao sistema eletrônico de participação e votação à distância, e enviando toda a documentação necessária para a representação dos acionistas na respectiva AGO, observado o disposto na regulamentação aplicável. Os acionistas que se fizerem representar por procurador, deverão enviar cópia digitalizada dos instrumentos de mandato, acompanhados do documento de identificação do mandatário com foto e demais documentos comprobatórios dos poderes necessários à outorga do mandato, aos e-mails acima indicados, com a mesma antecedência acima mencionada. Uma vez recebida a solicitação e verificados os documentos de identificação e representação apresentados, a Companhia enviará ao acionista as instruções para cadastro no sistema eletrônico de participação da AGO. **Informações Gerais:** A participação por meio de tal sistema digital conjugará áudio e imagem, sendo que os acionistas que desejarem participar desta forma deverão manter a sua câmera ligada durante o curso da AGO com o fim de assegurar a autenticidade das comunicações, bem como a segurança, a confiabilidade e a transparência do conclave, exercendo seus direitos de manifestação e voto por meio da Plataforma Zoom. A AGO será integralmente gravada. As imagens e áudios assim obtidos poderão ser utilizados com a finalidade de identificar os acionistas presentes à AGO e computar os votos proferidos em relação a cada uma das deliberações. Encontram-se à disposição dos senhores acionistas os documentos pertinentes às matérias constantes da ordem do dia, previstos no artigo 133 da Lei nº 6.404/76. Os acionistas que desejarem ter acesso aos documentos relativos à AGO por meio digital poderão solicitá-los aos e-mails: a_baroncini@norsul.com, rodrigo.cuesta@norsul.com e fernando.lacerda@norsul.com e maria.sanches@norsul.com, devendo indicar um e-mail para que lhe sejam enviados tais documentos.

Luciano Puccini Medeiros
Presidente do Conselho de Administração**APOLO TUBOS E EQUIPAMENTOS S.A.**CNPJ/MF nº 33.017.088/0001-03
NIRE nº 33.3.0004299-7**ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA - CONVOCAÇÃO**

Nos termos da Reunião do Conselho de Administração da Apolo Tubos e Equipamentos S.A. ("Apolo") realizada em 18 de abril de 2024, ficam os Senhores Acionistas da companhia convocados a se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária, a ser realizada excepcionalmente fora da sede da Apolo, na sede da sua controladora DEXXOS PARTICIPAÇÕES S.A., na Rua do Passeio, nº 70, 5º andar, Rio de Janeiro/RJ, em respeito ao Artigo 124, §2º da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 ("Lei nº 6.404/76"), às 10:00 horas do dia 10 de maio de 2024 ("Assembleia Geral Extraordinária"), a fim de deliberar sobre: (i) aprovar a ratificação da nomeação da (a) PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda., inscrita no CNPJ/MF nº 01.61.562.112/0001-20 ("PwC"), (b) Ernst & Young Assessoria Empresarial Ltda., inscrita no CNPJ/MF nº 01.59.527.788/0001-31 ("EY"), e da (c) Merithum Avaliação Ltda., inscrita no CNPJ/MF nº 01.20.773.230/0001-88 ("Merithum") e, em conjunto com a PwC e a EY, as "Empresas Avaliadoras", como empresas responsáveis pela elaboração dos laudos de avaliação das ações de emissão da GPC Química S.A. ("GPC Química") e da Apolo Tubos e Equipamentos S.A. ("Apolo") a serem incorporadas pela DEXXOS PARTICIPAÇÕES S.A. ("DEXXOS") pelo seu valor contábil, considerando a metodologia de Patrimônio Líquido a Preço de Mercado (PLA) para fins de relação de troca (os "Laudos de Avaliação"); (ii) aprovar os Laudos de Avaliação; (iii) aprovar o Protocolo e Justificação de Incorporações de Ações de Emissão da GPC Química e da Apolo pela DEXXOS ("Protocolo") ("Incorporações de Ações"); (iv) aprovar as Incorporações de Ações, a ser efetivada com a satisfação das condições estabelecidas no Protocolo; e (v) autorizar à Diretoria da Apolo a realizar todos os atos necessários para implementar as deliberações acima.; Os documentos e informações pertinentes às matérias a serem deliberadas na Assembleia Geral Extraordinária, incluindo os Laudos de Avaliação, balanços e demais documentos, encontram-se à disposição dos acionistas na sede da Apolo, localizada na Av. Christóvão Pimentel de Oliveira, nº 2.651, Pavuna, Rio de Janeiro/RJ, Rio de Janeiro, 22 de abril de 2024. **Antonio Joaquim Peixoto de Castro Palhares - Presidente do Conselho de Administração.**

DEXXOS PARTICIPAÇÕES S.A.COMPANHIA ABERTA
CNPJ/MF nº 02.193.750/0001-52
NIRE 33 3 0016624-6**ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA****CONVOCAÇÃO**

Nos termos da Reunião do Conselho de Administração da DEXXOS PARTICIPAÇÕES S.A. ("Companhia"), realizada em 18 de abril de 2024, ficam os Senhores Acionistas da Companhia convocados a se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária, excepcionalmente fora da sede da Companhia, na cidade e Estado do Rio de Janeiro, no Hotel Windsor Guanabara, na Av. Presidente Vargas, nº 392 - 3º andar, Sala Madri V, Centro, CEP: 20071-000, em respeito ao Artigo 124, §2º da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 ("Lei nº 6.404/76"), às 15 horas do dia 13 de maio de 2024 ("Assembleia Geral Extraordinária"), a fim de deliberar sobre: (i) ratificar a nomeação e contratação da (a) PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda., inscrita no CNPJ/MF nº 01.61.562.112/0001-20 ("PwC"), (b) Ernst & Young Assessoria Empresarial Ltda., inscrita no CNPJ/MF nº 01.59.527.788/0001-31 ("EY"), e da (c) Merithum Avaliação Ltda., inscrita no CNPJ/MF nº 01.20.773.230/0001-88 ("Merithum") e, em conjunto com a PwC e a EY, as "Empresas Avaliadoras", como empresas responsáveis pela elaboração dos laudos de avaliação das ações de emissão da GPC Química S.A. ("GPC Química") e da Apolo Tubos e Equipamentos S.A. ("Apolo") a serem incorporadas pela Companhia pelo seu valor contábil, considerando a metodologia de Patrimônio Líquido a Preço de Mercado (PLA) para fins de relação de troca (os "Laudos de Avaliação"); (ii) aprovar os Laudos de Avaliação; (iii) aprovar o Protocolo e Justificação de Incorporações de Ações de Emissão da GPC Química e da Apolo pela Companhia ("Protocolo") ("Incorporações de Ações"); (iv) aprovar as Incorporações de Ações, com base na proposta da administração e no Protocolo que contou com o parecer favorável emitido pelo Conselho Fiscal da Companhia, a ser efetivada com a satisfação das condições estabelecidas no Protocolo; (v) aprovar, em virtude das Incorporações de Ações, o aumento de capital no valor de R\$ 131.132.541,54 (cento e trinta e um milhões, cento e trinta e dois mil, quinhentos e quarenta e um reais e cinquenta e quatro centavos), com a emissão de 15.297.103 (quinze milhões, duzentas e noventa e sete mil, cento e três) novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal; (vi) aprovar a alteração do art. 5º, caput, do Estatuto Social da Companhia; (vii) aprovar e consolidar o Estatuto Social da Companhia; e (viii) autorizar os administradores da Companhia a praticarem todos os atos necessários à efetivação das deliberações anteriores, incluindo a declaração da verificação das condições resolutivas (ou renúncia a elas, conforme o caso) e da eficácia das Incorporações de Ações. Os documentos e informações pertinentes às matérias a serem deliberadas na Assembleia Geral Extraordinária, incluindo os Laudos de Avaliação, balanços e demais documentos, encontram-se à disposição dos acionistas (i) na sede da Companhia, localizada na Rua do Passeio, nº 70, 5º andar (parte), e (ii) eletronicamente, nos sites da CVM (www.cvm.gov.br), da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão (www.b3.com.br) e de Relações com Investidores da Companhia (<https://www.dexxos.com.br>). Os acionistas deverão apresentar à Companhia com, no mínimo, 48 (quarenta e oito) horas de antecedência, além do documento de identidade e/ou atos societários pertinentes que comprovem a representação legal, conforme o caso: (i) comprovante expedido pela instituição escrituradora, no máximo, 3 (três) dias antes da data da realização da Assembleia Geral Extraordinária com o número de ações da Companhia de sua titularidade; e (ii) instrumento de mandato com reconhecimento de firma do outorgante. Rio de Janeiro, 22 de abril de 2024. **PAULO CESAR PEIXOTO DE CASTRO PALHARES - Presidente do Conselho de Administração**

G. NOZ EMPREENDIMENTOS LTDA.

CNPJ/MF nº 32.010.133/0001-35 - NIRE 33210651749

Edital de Convocação - Reunião Geral Extraordinária de Sócios

Ficam os Senhores Sócios da Sociedade convocados para a Reunião Geral Extraordinária de Sócios a ser realizada no dia 30 de abril de 2024, às 10h00, em primeira convocação, na sede social da Sociedade, na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, nº 3500, Bloco 01, Sala 0216, Barra da Tijuca, CEP 22640-102, para deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia: (i) Alterações na administração da Sociedade, com a consequente modificação da Cláusula 7ª do Contrato Social da Sociedade, a ser formalizada em instrumento próprio; e (ii) Orientação de voto a ser proferido pela Sociedade com relação às alterações na administração de suas sociedades investidas (i.a) **Cascais do Jardim Botânico Pizzaria Ltda.** (CNPJ/MF nº 10.736.680/0001-60), (i.b) **LM Rio Sul Ltda.** (CNPJ/MF nº 30.264.692/0001-46), (i.c) **MJD Barra Delivery Ltda.** (CNPJ/MF nº 38.048.854/0001-10), (i.d) **MJD Catete Delivery Ltda.** (CNPJ/MF nº 42.735.147/0001-70), (i.e) **MJD Gávea Delivery Ltda.** (CNPJ/MF nº 45.487.924/0001-00), (i.f) **MJD Ipanema Delivery Ltda.** (CNPJ/MF nº 33.063.440/0001-47), (i.g) **MJP Barra Restaurante Ltda.** (CNPJ/MF nº 21.556.406/0001-25), (i.h) **MJP Botafogo Restaurante Ltda.** (CNPJ/MF nº 29.982.219/0001-15), (i.i) **MJP Campinas Restaurante Ltda.** (CNPJ/MF nº 40.621.291/0001-50), (i.j) **MJP Franqueadora Ltda.** (CNPJ/MF nº 32.144.649/0001-72), (i.k) **MJP Niterói Restaurante Ltda.** (CNPJ/MF nº 32.159.250/0001-65), (i.l) **MJP Piza Niterói Ltda.** (CNPJ/MF nº 36.345.663/0001-95), (i.m) **MJP Recife Restaurante Ltda.** (CNPJ/MF nº 45.247.631/0001-48), (i.n) **MJP Recreio Restaurante Ltda.** (CNPJ/MF nº 27.368.390/0001-03), (i.o) **MJP Rio Design Barra Restaurante Ltda.** (CNPJ/MF nº 38.423.394/0001-63), e (i.p) **MJP Tijuca Restaurante Ltda.** (CNPJ/MF nº 33.226.202/0001-05), a serem também formalizadas no dia 30 de abril de 2024. Rio de Janeiro/RJ, 20 de abril de 2024. **G. NOZ EMPREENDIMENTOS LTDA.** Marcelo da Silveira Werneck e Alexandre Silveira Cardoso - Administradores.

MJ VENTURES S.A.

CNPJ/MF nº 37.695.284/0001-98 - NIRE 33300335170

EDITAL DE CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

Ficam os Senhores Acionistas da Companhia convocados para a Assembleia Geral Extraordinária a ser realizada no dia 30 de abril de 2024, às 9h00, em primeira convocação, na sede administrativa do Grupo Noz, situada na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, nº 3500, Bloco 01, Sala 0216, Barra da Tijuca, CEP 22640-102, para deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia: (i) Ratificação das deliberações havidas na Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada em 12 de abril de 2024; e (ii) Orientação de voto a ser proferido pela Companhia com relação às alterações na administração de suas sociedades investidas (i.a) **MJD Barra Delivery Ltda.** (CNPJ/MF nº 38.048.854/0001-10), (i.b) **MJP Niterói Restaurante Ltda.** (CNPJ/MF nº 32.159.250/0001-65), (i.c) **MJP Piza Niterói Ltda.** (CNPJ/MF nº 36.345.663/0001-95), (i.d) **MJP Rio Design Barra Restaurante Ltda.** (CNPJ/MF nº 38.423.394/0001-63), e (i.e) **MJP Tijuca Restaurante Ltda.** (CNPJ/MF nº 33.226.202/0001-05), a serem também formalizadas no dia 30 de abril de 2024. Rio de Janeiro/RJ, 20 de abril de 2024. **MJ VENTURES S.A.** Alexandre Silveira Cardoso - Diretor.

MJP BOTAFOGO RESTAURANTE LTDA.

CNPJ/MF nº 29.982.219/0001-15 - NIRE 33210512471

EDITAL DE CONVOCAÇÃO - REUNIÃO GERAL EXTRAORDINÁRIA DE SÓCIOS

Ficam os Senhores Sócios da Sociedade convocados para a Reunião Geral Extraordinária de Sócios a ser realizada no dia

TENDÊNCIA

Miguel foi um dos nomes mais registrados em cartórios no país

Miguel e Helena foram os nomes mais registrados nos cartórios brasileiros no ano passado. Em três das cinco regiões do País, esses nomes lideraram as listas de preferências. Os dados são do Associação Nacional dos Registradores de Pessoas Naturais (Arpen-Brasil), que também apontou os nomes mais escolhidos em cada Estado brasileiro.

Miguel, o nome preferido na lista nacional, teve 25.140 registros, seguido por Helena com 23.047 nascimentos.

O ranking ainda apresenta nomes como Gael, que fecha o pódio com 24.142 registros, Theo, Arthur, Heitor e Davi para os meninos. Maria Alice, Alice e Laura, para as meninas, também compõem a lista.

Nas listas regionais, Helena e Miguel também aparecem como a maior preferência no Sul, Sudeste e Centro-oeste.

O Rio Janeiro é a exceção entre esses Estados já que para os fluminenses Gael é o nome preferido para meninos



Cartório: Miguel, o nome preferido na lista nacional, teve 25.140 registros, seguido por Helena com 23.047 nascimentos

e Laura, para meninas.

No Nordeste, Alagoas e Maranhão preferem Maria Cecília e João Miguel. Em Sergipe, Rio Grande do Norte, Piauí, Pernambuco, Paraíba e Ceará, Maria Alice é o favorito, junto de João Miguel. Na Bahia, Gael e Helena são os mais escolhidos; No Norte, Miguel e Helena

são os favoritos em Tocantins e Rondônia. Pará e Roraima registraram maior número de meninos chamados Gael. Entre as garotas, Maria Cecília liderando entre os paraenses e Helena, entre os roraimenses. No Amazonas, os favoritos de cada sexo são Arthur e Maria; no Acre, Maria Alice e Heitor; em Rondônia, Miguel e Helena.

De acordo com a Arpen-Brasil, também foi observada uma tendência na escolha de nomes curtos, bíblicos e aqueles considerados originais. Nomes que influenciadores digitais escolhem para os filhos, também influenciam na decisão das famílias, segundo a associação.

Gael, por exemplo, o quarto na lista nacional, é o nome do filho mais velho do

casal de influenciadores Christian Figueiredo e Zoo. O vídeo em que o casal anuncia o nascimento da criança, que hoje tem quatro anos, soma mais de 5,6 milhões de visualizações no YouTube.

Já Maria Alice, sétimo nome da lista brasileira, foi o nome escolhido pela influenciadora Virginia Fonseca, e o marido, o cantor Zé Felipe, para a primogênita do casal. A influenciadora soma mais de 46 milhões de seguidores nas redes sociais.

Nomes como Davi, Ravi, Noah e Isaac, além de Maite, Liz, Aurora, Isis, Maya e Eloá apresentaram crescimento. Apesar de não estarem no top 10 nacional, já figuram na lista dos 30 mais escolhidos pelos pais ao longo do último ano.

AUTO ÔNIBUS ALCÂNTARA S.A.
CNPJ/MF: 31.520.745/0001-05 - NIRE: 33.3.0027348-4
EDITAL DE CONVOCAÇÃO. Ficam convocados os Senhores Acionistas a se reunirem na Assembleia Geral Ordinária ("AGO") da Auto Ônibus Alcântara S.A., sociedade anônima com sede social localizada no Município de São Gonçalo, Estado do Rio de Janeiro, na Rua Capitão Acácio, 363, Boassu, CEP 24467-110 ("Companhia") que será realizada no dia 30 de abril de 2024, às 11:00 horas, de modo exclusivamente digital, a fim de deliberarem sobre as seguintes matérias da Ordem do Dia: (i) analisar, discutir e deliberar sobre o Relatório de Administração e as Demonstrações Financeiras da Companhia, referentes ao exercício social da Companhia encerrado em 31.12.2023; (ii) analisar, discutir e deliberar sobre a destinação do resultado do exercício social da Companhia encerrado em 31.12.2023; (iii) aprovar a eleição dos Diretores da Companhia; e (v) aprovar a remuneração global e anual dos membros da Diretoria da Companhia para o ano de 2024. O Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras, referentes ao exercício social encerrado em 31.12.2023, se encontram disponibilizados na sede da Companhia, conforme indicado em Aviso aos Acionistas publicado no Jornal Diário Comercial nos dias 28 de março de 2024, na pág. B66; 04 de abril de 2024, na pág. B5; e 05 de abril de 2024, na pág. B4, assim como no Site do Jornal Diário Comercial nos dias 28 de março de 2024, na pág. 133; 04 de abril de 2024, na pág. 24; e 05 de abril de 2024, na pág. 8. O Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras, referentes ao exercício social encerrado em 31.12.2023, serão publicados na forma e no prazo previstos na Lei das Sociedades Anônimas. A AGO ocorrerá de forma remota, por meio da plataforma "Zoom" e será gravada. Os acionistas que desejarem participar da AGO deverão solicitar o link de acesso à plataforma através do e-mail vmuaa@vmuaa.com.br. São Gonçalo, 18 de abril de 2024. **DOMENICO EMMANUELE SIQUEIRA LORUSSO** - Diretor-Presidente.

GPC QUÍMICA S.A.
CNPJ/MF nº 90.195.892/0001-16 - NIRE 33.3.0028844-9
ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA CONVOCAÇÃO
Nos termos da Reunião do Conselho de Administração da GPC Química S.A. ("GPC Química") realizada em 18 de abril de 2024, ficam os Senhores Acionistas da companhia convocados a se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária, na sede da GPC Química, na Rua do Passeio, nº 70, 5º andar - parte, CEP 20021-290, na Cidade do Rio de Janeiro/RJ, em respeito ao Artigo 124, §2º da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 ("Lei nº 6.404/76"), às 9:00 horas do dia 10 de maio de 2024 ("Assembleia Geral Extraordinária"), a fim de deliberar sobre: (i) aprovar a ratificação da nomeação da (a) PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 61.562.112/0001-20 ("PwC"), (b) Ernst & Young Assessoria Empresarial Ltda., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 59.527.788/0001-31 ("EY"), e da (c) Merithum Avaliação Ltda., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 10.273.230/0001-88 ("Merithum") e, em conjunto com a PwC e a EY, as "Empresas Avaliadoras", como empresas responsáveis pela elaboração dos laudos de avaliação das ações de emissão da GPC Química S.A. ("GPC Química") e da Apolo Tubos e Equipamentos S.A. ("Apolo") a serem incorporadas pela Dexxos Participações S.A. ("Dexxos") pelo seu valor contábil, considerando a metodologia de Patrimônio Líquido a Preço de Mercado (PLA) para fins de relação de troca (os "Laudos de Avaliação"); (ii) aprovar os Laudos de Avaliação; (iii) aprovar o Protocolo e Justificação de Incorporações de Ações de Emissão da GPC Química e da Apolo pela Dexxos ("Protocolo") ("Incorporações de Ações"); (iv) aprovar as Incorporações de Ações, a ser efetivada com a satisfação das condições estabelecidas no Protocolo; e (v) autorizar à Diretoria da GPC Química a realizar todos os atos necessários para implementar as deliberações acima. Os documentos e informações pertinentes às matérias a serem deliberadas na Assembleia Geral Extraordinária, incluindo os Laudos de Avaliação, balanços e demais documentos, encontram-se à disposição dos acionistas na sede da GPC Química, localizada na Rua do Passeio, nº 70, 5º andar (parte), Centro, Rio de Janeiro/RJ. Rio de Janeiro, 22 de abril de 2024. **Paulo Cesar Peixoto de Castro Palhares** - Presidente do Conselho de Administração.

GRUPO SALTA EDUCAÇÃO S.A.
CNPJ: 17.765.891/0001-70 - NIRE: 33.3.0030675-7 - Cia. Fechada
Edital de Convocação. Ficam convocados os acionistas da Grupo Salta Educação S.A. ("Cia.") na forma prevista no art. 124 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 ("LSA") a comparecerem à Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária ("AGOE"), a realizar-se no dia 30 de abril de 2024, às 10h, na sede da Cia., situada na Rua Rodrigo de Brito, 13, Botafogo/RJ, a fim de deliberarem sobre as seguintes matérias constantes da Ordem do Dia: (1) Em Assembleia Geral Ordinária: (a) tomar as contas dos administradores, bem como examinar, discutir e deliberar sobre as demonstrações financeiras, acompanhadas do parecer dos auditores independentes e da proposta da administração relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023; e (b) deliberar sobre a destinação do resultado apurado no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023. (2) Em Assembleia Geral Extraordinária: (a) deliberar sobre o limite do valor da remuneração global dos administradores da Companhia para o exercício social de 2024. Os documentos enunciados estarão disponíveis para cópias na sede da Cia. Para exercer seus direitos, os acionistas deverão comparecer à AGOE portando documento de identidade. Nos termos do art. 126 da LSA, os acionistas poderão ser representados por procurador, desde que estes apresentem o respectivo instrumento de mandato, com firma reconhecida em cartório. RJ, 22 de abril de 2024. **Maria Eduarda de Arruda Falcão Vasconcellos**, Presidente do Conselho de Administração.

ESCOLA BRETANHA E JARDIM TIO CARECA LTDA.
CNPJ/MF: 34.156.620/0001-36
ASSEMBLEIA GERAL ANUAL DE SÓCIOS EDITAL DE CONVOCAÇÃO
Ficam convocados os sócios da ESCOLA BRETANHA E JARDIM TIO CARECA LTDA., com sede na Rua Miritiba, nº 317, CEP: 21.911-120 e Rua Marau, nº 96 e nº 122, CEP: 21.911-130, Freguesia - Ilha do Governador, Rio de Janeiro, RJ, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 34.156.620/0001-36, a reunirem-se em Assembleia de Sócios a ser realizada na forma exclusivamente digital (art. 1.080-A, p. único, do Código Civil), por meio de plataforma digital da Easy Vote cujos links de acesso serão os seguintes: <https://us06web.zoom.us/join/register?wv=1&wfy=0&myzqoqk6JnVHBJHIBQ> (vídeoconferência) e <https://voto.easyvote.com.br/app/bretanha/login> (votação). A Assembleia se instalará com a presença de titulares de, no mínimo, 2/3 (dois terços) do capital social (art. 1.074 do Código Civil), em primeira convocação, no dia 06 de maio de 2024, às 15 horas, e em segunda convocação, com qualquer número de presentes, no dia 14 de maio de 2024, às 15 horas, com os seguintes itens de pauta: a) deliberação e aprovação das contas da administração e do balanço patrimonial do exercício de 2023; b) deliberação e aprovação da distribuição de lucros referentes ao exercício de 2023; c) deliberação e aprovação do nívelamento do pró-labore do cargo de administrador à remuneração relativa ao cargo do coordenador pedagógico da Escola; e d) deliberação e aprovação da venda dos veículos já depreciados de propriedade da Escola aos sócios que estiverem na posse, com deságio de até 60% do valor constante da Tabela FIPE. Solicita-se que os sócios ou seus representantes que desejarem participar da assembleia enviem, para os e-mails sonia@bretanha.com.br, tiemy@tavaresborba.com.br, raia@easyvote.com.br e cristiano@easyvote.com.br, com antecedência de, pelo menos, 120 (cento e vinte) minutos ao horário previsto de início da assembleia, a documentação com a prova da identificação do sócio e, se for o caso, do instrumento de mandato com firma reconhecida daqueles sócios que desejarem se fazer representar por procurador, juntamente com documento de identificação deste. Esclarecemos que o contador da sociedade estará presente na assembleia para responder eventuais dúvidas dos sócios sobre temas relacionados à contabilidade da Escola. Por fim, quaisquer dúvidas que os sócios eventualmente tenham poderão ser sanadas por meio do seguinte e-mail: sonia@bretanha.com.br. Quaisquer dúvidas relacionadas ao acesso e utilização da plataforma digital poderão ser sanadas com o suporte da Easy Vote por meio do seguinte link de WhatsApp: <https://wa.me/message/UUVXZJZCCZAF1>.
SÔNIA MARIA BRETANHA FREIRE
Administradora

REGATA IMOB EMPREENDIMENTOS S.A.
CNPJ/MF: 12.979.051/0001-96 - NIRE: 33.3.0029479-1
EDITAL DE CONVOCAÇÃO. Ficam convocados os Senhores Acionistas a se reunirem na Assembleia Geral Ordinária ("AGO") da Regata Imob Empreendimentos S.A., sociedade anônima com sede social localizada na Cidade Niterói, Estado do Rio de Janeiro, na Rua Miguel de Frias, 77, sala 1701, Centro ("Companhia") que será realizada no dia 30 de abril de 2024, às 16:00 horas, de modo exclusivamente digital, a fim de deliberarem sobre as seguintes matérias da Ordem do Dia: (i) analisar, discutir e deliberar sobre o Relatório de Administração e as Demonstrações Financeiras da Companhia, referentes ao exercício social da Companhia encerrado em 31.12.2023; (ii) analisar, discutir e deliberar sobre a destinação do resultado do exercício social da Companhia encerrado em 31.12.2023; (iii) aprovar a eleição dos Diretores da Companhia; e (v) aprovar a remuneração global e anual dos membros da Diretoria da Companhia para o ano de 2024. O Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras, referentes ao exercício social encerrado em 31.12.2023, se encontram disponibilizados na sede da Companhia, conforme indicado em Aviso aos Acionistas publicado no Jornal Diário Comercial nos dias 28 de março de 2024, na pág. B66; 29 de março a 01 de abril de 2024, na pág. B12; e 02 de abril de 2024, na pág. B1, assim como no Site do Jornal Diário Comercial nos dias 28 de março de 2024, na pág. 133; 29 de março a 01 de abril de 2024, na pág. 20; e 02 de abril de 2024, na pág. 12. O Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras, referentes ao exercício social encerrado em 31.12.2023, serão publicados na forma e no prazo previstos na Lei das Sociedades Anônimas. A AGO ocorrerá de forma remota, por meio da plataforma "Zoom" e será gravada. Os acionistas que desejarem participar da AGO deverão solicitar o link de acesso à plataforma através do e-mail vmuaa@vmuaa.com.br. São Gonçalo, 18 de abril de 2024. **DOMENICO EMMANUELE SIQUEIRA LORUSSO** - Diretor-Presidente.

MJP RECREIO RESTAURANTE LTDA.
CNPJ/MF nº 27.368.390/0001-03 - NIRE 33210325426
EDITAL DE CONVOCAÇÃO - REUNIÃO GERAL EXTRAORDINÁRIA DE SÓCIOS
Ficam os Senhores Sócios da Sociedade convocados para a Reunião Geral Extraordinária de Sócios a ser realizada no dia 30 de abril de 2024, às 14h00, em primeira convocação, na sede administrativa do Grupo Noz, situada na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, nº 3500, Bloco 01, Sala 0216, Barra da Tijuca, CEP 22640-102, para deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia: Alterações na administração da Sociedade, com a consequente modificação da Cláusula 9ª do Contrato Social da Sociedade, a ser formalizada em instrumento próprio. Rio de Janeiro/RJ, 20 de abril de 2024. **MJP RECREIO RESTAURANTE LTDA.** - Marcelo da Silveira Werneck - Administrador.

ICARAI AUTO TRANSPORTES S.A.
CNPJ/MF: 28.547.537/0001-95 - NIRE: 33.3.0028793-1
EDITAL DE CONVOCAÇÃO. Ficam convocados os Senhores Acionistas a se reunirem nas Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária ("AGOE") da Icarai Auto Transportes S.A., sociedade anônima com sede social localizada no Município de São Gonçalo, Estado do Rio de Janeiro, na Rua Francisco Neto, 166, Alcântara, CEP 24.730-590 ("Companhia") que serão realizadas no dia 30 de abril de 2024, às 14:00 horas, de modo exclusivamente digital, a fim de deliberarem sobre as seguintes matérias da Ordem do Dia: Em Assembleia Geral Ordinária: (i) analisar, discutir e deliberar sobre o Relatório de Administração e as Demonstrações Financeiras da Companhia, referentes ao exercício social da Companhia encerrado em 31.12.2023; (ii) analisar, discutir e deliberar sobre a destinação do resultado do exercício social da Companhia encerrado em 31.12.2023; (iii) aprovar a eleição dos Diretores da Companhia; e (v) aprovar a remuneração global e anual dos membros da Diretoria da Companhia para o ano de 2024; e Em Assembleia Geral Extraordinária: (i) deliberar sobre a alteração da sede da Companhia. O Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras, referentes ao exercício social encerrado em 31.12.2023, se encontram disponibilizados na sede da Companhia, conforme indicado em Aviso aos Acionistas publicado no Jornal Diário Comercial nos dias 28 de março de 2024, na pág. B66; 29 de março a 01 de abril de 2024, na pág. B4; e 02 de abril de 2024, na pág. B1, assim como no Site do Jornal Diário Comercial nos dias 28 de março de 2024, na pág. 144; 29 de março a 01 de abril de 2024, na pág. 20; e 02 de abril de 2024, na pág. 12. O Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras, referentes ao exercício social encerrado em 31.12.2023, serão publicados na forma e no prazo previstos na Lei das Sociedades Anônimas. A AGOE ocorrerá de forma remota, por meio da plataforma "Zoom" e será gravada. Os acionistas que desejarem participar da AGOE deverão solicitar o link de acesso à plataforma através do e-mail vmuaa@vmuaa.com.br. São Gonçalo, 18 de abril de 2024. **DOMENICO EMMANUELE SIQUEIRA LORUSSO** - Diretor-Presidente.

VIAÇÃO MAUÁ S.A.
CNPJ/MF: 31.688.609/0001-29 - NIRE: 33.3.0027347-6
EDITAL DE CONVOCAÇÃO. Ficam convocados os Senhores Acionistas a se reunirem na Assembleia Geral Ordinária ("AGO") da Viação Mauá S.A., sociedade anônima com sede social localizada no Município de São Gonçalo, Estado do Rio de Janeiro, na Rua Capitão Acácio, 363, Boassu, CEP 24.467-110 ("Companhia") que será realizada no dia 30 de abril de 2024, às 15:00 horas, de modo exclusivamente digital, a fim de deliberarem sobre as seguintes matérias da Ordem do Dia: (i) analisar, discutir e deliberar sobre o Relatório de Administração e as Demonstrações Financeiras da Companhia, referentes ao exercício social da Companhia encerrado em 31.12.2023; (ii) analisar, discutir e deliberar sobre a destinação do resultado do exercício social encerrado em 31.12.2023; (iii) aprovar a eleição dos Diretores da Companhia; e (v) aprovar a remuneração global e anual dos membros da Diretoria da Companhia para o ano de 2024. O Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras, referentes ao exercício social encerrado em 31.12.2023, se encontram disponibilizados na sede da Companhia, conforme indicado em Aviso aos Acionistas publicado no Jornal Diário Comercial nos dias 28 de março de 2024, na pág. B66; 29 de março a 01 de abril de 2024, na pág. B4; e 02 de abril de 2024, na pág. B1, assim como no Site do Jornal Diário Comercial nos dias 28 de março de 2024, na pág. 144; 29 de março a 01 de abril de 2024, na pág. 20; e 02 de abril de 2024, na pág. 12. O Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras, referentes ao exercício social encerrado em 31.12.2023, serão publicados na forma e no prazo previstos na Lei das Sociedades Anônimas. A AGO ocorrerá de forma remota, por meio da plataforma "Zoom" e será gravada. Os acionistas que desejarem participar da AGO deverão solicitar o link de acesso à plataforma através do e-mail vmuaa@vmuaa.com.br. São Gonçalo, 18 de abril de 2024. **DOMENICO EMMANUELE SIQUEIRA LORUSSO** - Diretor-Presidente.

PORTO SUDESTE DO BRASIL S.A.
Sociedade Anônima de Capital Fechado
CNPJ nº 08.310.839/0001-38
NIRE 33.3.031005-3
EDITAL DE CONVOCAÇÃO DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA A SER REALIZADA EM 30 DE ABRIL DE 2024
Ficam convocados os acionistas da PORTO SUDESTE DO BRASIL S.A. ("Companhia"), na forma prevista no artigo 124 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das S.A."), para reunirem-se em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária (em conjunto, "Assembleia"), a ser realizada no dia 30 de abril de 2024, em primeira convocação, às 15h00 horas, de forma semipresencial, podendo o voto ser proferido por meio do (i) link do aplicativo de videoconferência Zoom, a ser disponibilizado pela Companhia, (ii) envio de boletim de voto à distância; ou (iii) presencialmente, na sede da Companhia, conforme autorizado pela Lei nº 14.030 de 28 de julho de 2020 e regulamentado pela Instrução Normativa nº 81 do Departamento Nacional de Registro Empresarial e Integração, datada de 10 de junho de 2020 ("IN DREI nº 81/2020"), para deliberar a respeito da seguinte ordem do dia: Em Assembleia Geral Ordinária: (i) As contas dos administradores e as Demonstrações Financeiras da Companhia, acompanhadas do Relatório da Administração e do parecer dos auditores independentes, relativos ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023; (ii) A proposta da administração para a destinação do resultado apurado no exercício social findo em 31 de dezembro de 2023; (iii) A fixação da remuneração anual global dos Administradores da Companhia para o exercício social de 2024; (iv) A eleição ou reeleição, conforme o caso, dos membros do Conselho de Administração da Companhia; e (v) A autorização para a administração da Companhia praticar todos os atos necessários para implementar as deliberações aprovadas na Assembleia. Em Assembleia Geral Extraordinária: (i) Aprovar o orçamento anual da Companhia para o exercício de 2024. **Informações Gerais:** Para participação na Assembleia, o acionista deverá solicitar o cadastro para a secretaria societária da Companhia, o qual deverá ser feito impreterivelmente até 15:00 horas do dia 28 de abril de 2024, por meio do endereço eletrônico secretariasocietaria@portosudeste.com.br ("Cadastro"). A solicitação deverá conter a identificação do acionista e, se for o caso, de seu representante legal ou procurador constituído que comparecerá à Assembleia, incluindo os nomes completos e os CPF ou CNPJ de ambos (conforme o caso), além de telefone e endereço de e-mail do acionista para envio das informações para participação, acompanhada dos documentos comprobatórios para permitir a participação do acionista na Assembleia, nos termos abaixo. Validada a sua condição e a regularidade dos documentos pela Companhia após o Cadastro, o acionista receberá, até 24 (vinte e quatro) horas antes da Assembleia, as instruções para acesso à plataforma digital Zoom para participação e votação na Assembleia. Caso o acionista não receba as instruções de acesso com até 24 (vinte e quatro) horas de antecedência do horário de início da Assembleia, deverá entrar em contato com a secretaria societária da Companhia, por meio do e-mail secretariasocietaria@portosudeste.com.br, com até, no máximo, 2 (duas) horas de antecedência do horário de início da Assembleia, para que seja prestado o suporte necessário. Nos termos do artigo 126 da Lei das S.A., para participar e votar na Assembleia os acionistas deverão apresentar à Companhia, aos cuidados da secretaria societária - secretariasocietaria@portosudeste.com.br, até o dia 28 de abril de 2024, via digitalizada dos seguintes documentos: (i) documento de identidade oficial com foto de seu titular; (ii) atos societários pertinentes que comprovem a representação legal, conforme o caso; e (iii) cópia autenticada do instrumento de outorga de poderes de representação, caso aplicável. O representante de acionista pessoa jurídica deverá apresentar, ainda, cópia simples digitalizada dos seguintes documentos, devidamente registrados no órgão competente: (i) contrato ou estatuto social; e (ii) ato societário de eleição do administrador que (ii.a) comparecer à Assembleia como representante da pessoa jurídica, ou (ii.b) assinar procuração para que terceiro represente a acionista pessoa jurídica. No tocante aos fundos de investimento, a representação dos cotistas na Assembleia caberá à instituição administradora ou gestora, observado o disposto no regulamento do fundo. Nesse caso, o representante da administradora ou gestora do fundo, além dos documentos societários acima mencionados relacionados à gestora ou à administradora, deverá apresentar cópia autenticada digitalizada do regulamento do fundo, devidamente registrado no órgão competente. Para participação e voto por meio de procurador, a outorga de poderes de representação deverá ter sido realizada há menos de 1 (um) ano, nos termos do art. 126, §1º da Lei das S.A. Em cumprimento ao disposto no art. 654, §§1º e 2º da Lei nº 10.406/2002 ("Código Civil"), a procuração deverá conter indicação do lugar onde foi passada, qualificação completa do outorgante e do outorgado, data e objetivo da outorga com a designação e extensão dos poderes conferidos, contendo o reconhecimento da firma do outorgante ou ter sido assinada por certificado digital emitido por autoridade certificadora autorizada pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileiras (ICP-Brasil). As pessoas naturais acionistas da Companhia somente poderão ser representadas na Assembleia por procurador que seja acionista, administrador da Companhia ou advogado, consoante previsto no art. 126, §1º da Lei das S.A. A Companhia reforça ainda que será de responsabilidade exclusiva do acionista assegurar a compatibilidade de seus equipamentos com a utilização das plataformas para participação da Assembleia por sistema eletrônico, e que a Companhia não se responsabilizará por quaisquer dificuldades de viabilização e/ou de manutenção de conexão e de utilização da plataforma digital que não estejam sob controle da Companhia. A documentação pertinente à ordem do dia está à disposição dos acionistas para consulta na sede da Companhia. Itaguaí/RJ, 22 de abril de 2024.
Oscar Pekka Fahgren - Presidente do Conselho de Administração

PARA A PUBLICAÇÃO DE ATAS, BALANÇOS, EDITAIS, FATOS RELEVANTES E UNDERWRITING NO DIÁRIO COMERCIAL, FALE COM SUA AGÊNCIA DE PUBLICIDADE OU NOS CONSULTE

Este documento foi assinado digitalmente por JORNAL DIÁRIO COMERCIAL LTDA - CNPJ: 33.270.067/0001-03. Para verificar as assinaturas vá ao site <https://www.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código 196A-3DC3-5457-B7EB.

O Diário Comercial é o jornal ideal para suas publicações legais. Possui o melhor custo-benefício e um atendimento ágil.



Fale com quem entende de Publicidade Legal.

- Atas
- Avisos
- Balanços
- Comunicados
- Editais
- Fatos Relevantes

Diário Comercial

www.diariocomercial.com.br

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma IziSign. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/196A-3DC3-5457-B7EB> ou vá até o site <https://www.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: 196A-3DC3-5457-B7EB



Hash do Documento

98486046DB74B459E455DD2BC5FFF3E5C2590A1694E796D005CE4C53930C26EA

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 22/04/2024 é(são) :

- Marcos Nogueira Da Luz - ***.729.427-** em 22/04/2024 21:59
UTC-03:00
Tipo: Certificado Digital - JORNAL DIARIO COMERCIAL LTDA -
33.270.067/0001-03

